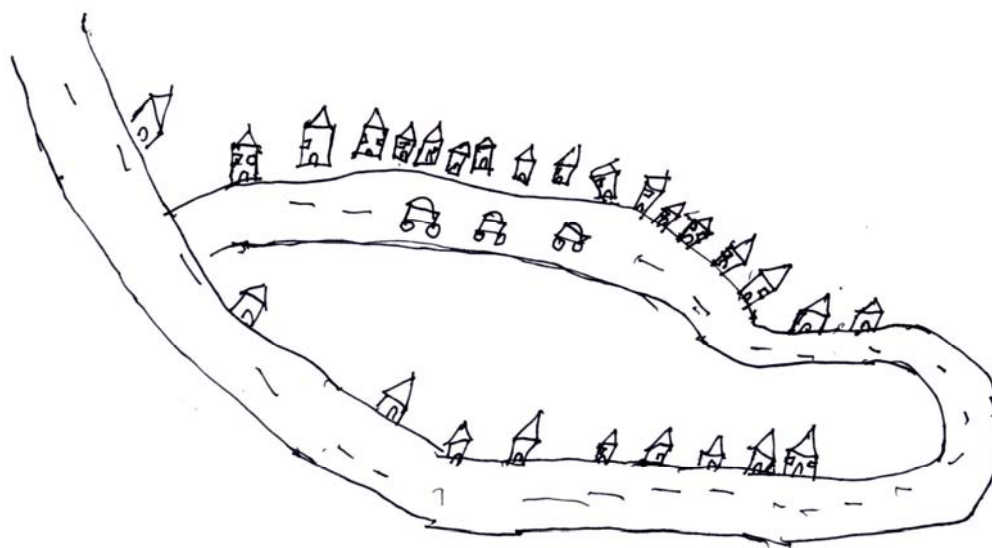


SAMY LANSKY

NA CIDADE, COM CRIANÇAS
uma etno-grafia espacializada



Belo Horizonte
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
Fevereiro de 2012

SAMY LANSKY

NA CIDADE, COM CRIANÇAS uma etno-grafia espacializada

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito final à obtenção de título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa

Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas.

Orientadora

Prof^a Dr^a Ana Maria Rabelo Gomes.

Coorientador

Prof. Dr. Roberto Luis de Melo Monte-Mór.

Belo Horizonte
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
Fevereiro de 2012

Banca Examinadora

Prof. Dra. Ana Maria Rabelo Gomes – Orientadora
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Roberto Luis de Melo Monte-Mór – Coorientador
Faculdade de Ciências Econômicas
Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. João Teixeira Lopes – Orientador de estágio em Portugal
Instituto de Sociologia
Universidade do Porto
Portugal

Prof. Dr. José Márcio Barros
Curso de Ciências Sociais e Comunicação Social
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. Alfio Conti
Colegiado de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dra. Jupira Gomes de Mendonça
Escola de Arquitetura
Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dra. Maria Cristina Soares de Gouveia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

Para Isabela Vecci

Agradecimentos

Aos meus pais, minha família e meus amigos.

À minha orientadora Ana Maria Rabelo Gomes, pela abertura e pela parceria.

Ao meu coorientador Roberto Luis de Melo Monte-Mór pelas valiosas sugestões.

Ao meu coorientador João Teixeira Lopes, pelo apoio além mar.

Aos professores da Faculdade de Educação da UFMG, especialmente Maria Cristina Soares de Gouvea, Nilma Lino Gomes, Bernardo Jefferson de Oliveira, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, Juarez Dayrell, Tarcísio Mauro Vago e Eliene Lopes Faria, pela recepção e sugestões de leituras.

Aos funcionários da Faculdade de Educação da UFMG, por tudo.

Aos colegas do grupo de estudos sobre a infância e aprendizagem: José Alfredo Oliveira Debortoli, Rogério Correia da Silva, Levindo Diniz Carvalho, Renata Silva Bergo, Suzana Escobar, Verônica Mendes Pereira, Glaucinei Rodrigues Correa, Cláudio Márcio Oliveira, Rosely Augusto, André Felipe Pinto Duarte, Adriana Torres Máximo Monteiro, Adriana Drumond e Sâmara Santana, pela cumplicidade e apoio.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos durante o período de março a julho de 2010.

À CAPES, pela bolsa de estágio sanduíche na Universidade do Porto, Portugal durante o período de agosto de 2010 a fevereiro de 2011.

À Universidade do Porto, especialmente ao Instituto de Sociologia, pela recepção.

Aos professores do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, especialmente José Virgílio Borges Pereira, José Machado Pais e Helena Villaça, pela recepção e pelas sugestões.

Ao pessoal do escritório: Joyce Aline, Carla Medina, Rodrigo Martins, Camila Zyngier, Danila Ferreira, Sérgio Luciano e Luciana Guizan, pelo apoio.

Ao Lauro Fráguas e João Paulo Fontoura de Souza, pela colaboração com os mapas.

Aos usuários e trabalhadores dos arredores da Barragem Santa Lúcia, especialmente Sebastião e Zilda.

Aos meninos e meninas da Barragem Santa Lúcia.

RESUMO

O objetivo com este estudo foi investigar formas de observar, conhecer e mapear o espaço urbano *com* crianças numa fronteira em Belo Horizonte. Com base na experiência de projetar “espaços para crianças”, o pesquisador-arquiteto distancia-se de seu ofício para se aproximar do sujeito por meio de uma etnografia dos “espaços *com* crianças”, ou seja, não as considera um grupo social isolado e busca os usos (im)previstos e as brechas que encontram para se apropriar da cidade, apesar das demarcações impostas pelo mundo adulto. Para enfrentar esse desafio sem perder de vista seu lugar de planejador, estabelece como fio condutor de sua pesquisa o exercício de espacialização dos dados mediante o registro gráfico das informações que vão desde a escala macrorregional à escala local e às cenas da vida cotidiana. A exploração de outro tipo de leitura do espaço urbano, de alternância de posicionamentos, de perspectivas e de registro gráfico especializado é denominado, neste estudo, *forma etno-gráfica espacializada*. O recorte espaciotemporal adotado na investigação é singular: os arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia em Belo Horizonte, localizado entre uma favela e um bairro de classe média alta – uma fronteira urbana. Ocasão de presença em ambiente ambíguo, na investigação revelaram-se alguns aspectos que, de forma mais abrangente, caracterizam espaços públicos na cidade grande brasileira e a experiência urbana: a descontração e, ao mesmo tempo, a violência multifacetada e multidirecional. Os *mapas etnográficos* – realizados por meio de programas de geoprocessamento e de programas interativos de espacialização – não são figuras estáticas, mas, sim, revelam o processo do exercício de elaboração de um instrumento que, sempre se propondo como uma ferramenta em andamento, possibilita o cruzamento de dados oriundos de diferentes fontes e em escalas distintas. Assim, pretende-se que a *forma etno-gráfica espacializada* proposta possa ser apropriada tanto por urbanistas, arquitetos, educadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, gestores públicos quanto por não especialistas.

Palavras-chave: Cidade. Criança. Espaço público. Violência. Mapa. Etnografia.

ABSTRACT

The aim of this study was to investigate ways to observe, know and map urban space with children in a Belo Horizonte border. Based on the experience of designing "spaces for children", the researcher distances himself of his craft as architect to approach to the subject through an ethnography of "spaces with children", not considered a social group isolated and search the (un) provided uses and the gaps that they find to appropriate city spaces, despite the boundaries imposed by the adult world. To meet this challenge without losing sight of his place as planner establishes as guiding of his research the exercise of spatialization data through the graphical record of information ranging from macro-regional scale to local scale and scenes of everyday life. The exploration of another kind of reading of the urban space, alternation of positions, perspectives and spatialized graphic record is called, in this study, spatialized *ethno-graphic* form. The spatiotemporal cut adopted in this research is unique: the surroundings of Barragem Santa Lucia Park in Belo Horizonte, located between a slum and an upper middle class neighborhood - an urban frontier. Occasion of presence in an ambiguous environment, the research revealed some aspects that, more broadly, characterize public spaces in big Brazilian cities and urban experience: the fun and, at the same time, the multifaceted and multidirectional violence. The ethnographic maps - made through GIS and interactive programs of spatialization - are not static figures, but rather reveal the process of the exercise of drawing up an instrument, always proposing as a tool in progress, enables crossing data from different sources and at different scales. Thus, it is intended that the spatialized *ethno-graphic* form proposed may be appropriated by planners, architects, educators, sociologists, anthropologists, geographers, public managers and also non-specialists.

Keywords: City. Child. Public Space. Violence. Map. Ethnography.

Sumário

INTRODUÇÃO	13
Parte I – BREVE HISTÓRICO SOBRE A URBANIZAÇÃO DA REGIÃO DO SANTA LÚCIA	35
Capítulo 1 – Morro do Papagaio	41
Capítulo 2 – Bairros São Bento e Santa Lúcia	47
Capítulo 3 – Barragem Santa Lúcia	52
Parte II – POR UMA ETNO-GRAFIA ESPACIALIZADA	57
Capítulo 4 – Considerações iniciais sobre a pesquisa de campo	58
Capítulo 5 – O urbano e o espaço público	68
Capítulo 6 – A criança e a cidade	77
Capítulo 7 – Espaços <i>com</i> crianças: definindo os termos desta pesquisa	85
Capítulo 8 – O movimento à procura de <i>brechas</i>	90
Capítulo 9 – A espacialização gráfica das informações	104
Parte III – JOGO E GUERRA NOS ARREDORES DA BARRAGEM SANTA LÚCIA	135
Capítulo 10 – O mundo dos bairros	140
Capítulo 11 – O mundo do morro	165
Capítulo 12 – O movimento entre a escola e a casa	188
Capítulo 13 – Circulando pela fronteira	195
Capítulo 14 – Nos espaços <i>com</i> crianças	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
REFERÊNCIAS	292
ANEXO	302

Lista de Figuras

Introdução

	página
Figura 1 – Município de Belo Horizonte, sua divisão em regionais e a distribuição da renda do responsável pelos domicílios.	29
Figura 2 – Regional Centro-Sul de Belo Horizonte com destaque para os arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia, escolas, equipamentos e manifestações culturais, da assistência social, áreas verdes e a distribuição da renda do responsável pelos domicílios.	30
Figura 3 – Parque da Barragem Santa Lúcia. Foto do autor.	31

Parte I

Figura 4 – Foto do ano de 1955. Coleção José Góes, APCBH.	35
Figura 5 – Planta Cadastral do extinto Curral del Rei, comparada com a planta da nova capital.	38
Figura 6 – Planta do Morro do Papagaio. APCBH, 1986.	42
Figura 7 – Estrutura do aglomerado. PGE Santa Lúcia, 2003.	46
Figura 8 – Protesto contra construção das ‘torres’ (<i>folder</i>). APCBH, 1991.	49
Figura 9 – Imagem publicada pela <i>Revista Encontro</i> , 2011.	51
Figura 10 - Intervenção do autor sobre croquis de implantação do projeto, realizado pela arquiteta Liana Valle.	56

Parte II

Figura 11 – Foto realizada pelo autor.	63
Figura 12 – Praça em Belo Horizonte durante evento musical. Foto do autor.	65
Figura 13 – Planilha organizada pelo autor com base nas anotações em cadernos de campo.	102
Figura 14 – Definições para as colunas da planilha.	103
Figura 15 – Mapa da distribuição da população infantil na RMBH.	114
Figura 16 – Mapa da densidade de analfabetos entre 15 e 24 anos na RMBH e no município de Belo Horizonte.	115
Figura 17 – Mapa de escolas públicas de ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Belo Horizonte.	116

Figura 18 – Mapa das estruturas municipais de cultura e o investimento no setor.	117
Figura 19 – Mapa das bibliotecas municipais na RMBH.	118
Figura 20 – Mapa das comunidades quilombolas na RMBH.	119
Figura 21 – Mapa da distribuição de crianças até 5 anos, equipamentos culturais e escolas de Educação Infantil na Regional Centro-Sul.	121
Figura 22 – Diário de campo espacializado. 23 abril 2011.	129
Figura 23 – Mapa da concentração de crianças na Regional Centro-Sul de BH, renda, escolas e áreas verdes.	131
Figura 24 – Mapa da concentração de crianças nos arredores da Barragem Santa Lúcia, renda, escolas e áreas verdes.	133

Parte III

Figura 25 – Mapa dos arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia com destaque para os fluxos da investigação.	137
Figura 26 – Opções de caminhos para circulação pelos bairros entre a Barragem e o Instituto da Criança.	141
Figura 27 – Rua Helena Antipoff. Fotos do autor.	142
Figura 28 – Avenida Bento Simão. Foto do autor.	145
Figura 29 – Referências e usos de trecho da Av. Bento Simão e da Av. Cônsul Cadar.	148
Figura 30 – Referências, escolas e usos da Rua Kepler.	156
Figura 31 – Morro do Papagaio. Foto do autor.	165
Figura 32 – Morro do Papagaio. Fotos do autor.	169
Figura 33 – Desenhos extraídos da descrição que Jacques (2002, p. 44) realiza sobre a Favela da Maré no Rio de Janeiro.	170
Figura 34 – A presença da arte no Morro. Fotos do autor.	172
Figura 35 – Caminhos realizados pelo autor com o morador do Morro.	174
Figura 36 – A presença das crianças no Morro. Fotos realizadas pelo autor.	183
Figura 37 – Bairro Santo Antônio. Foto: Pedro Vieira.	195

Figura 38 – Barragem Santa Lúcia e seus arredores.	197
Figura 39 – Pessoas ao redor da “biquinha” e crianças deitadas no piso molhado. Foto do autor.	200
Figura 40 – Tensão e descontração na Barragem Santa Lúcia. Foto do autor.	203
Figura 41 – Homens no campo de futebol. Foto do autor.	207
Figura 42 – Meninos na quadra pequena. Foto do autor.	208
Figura 43 – Bicicletas na Barragem. Foto do autor.	210
Figura 44 – Apelo ao consumo infantil no Parque JK. Foto do autor.	210
Figura 45 – Praça República do Líbano e os usos.	211
Figura 46 – “Flanelinhas” e o Clube da Troca. Foto do autor.	212
Figura 47 – Clube da Troca. Fotos do autor.	216
Figura 48 – Cenas com crianças, acompanhantes, brincadeiras e jogos na Praça República do Líbano.	218
Figura 49 – Regulamento do Clube da Troca.	220
Figura 50 – Desenhos no piso. Foto do autor.	230
Figura 51 – Crianças desenhando no asfalto de uma rua em Londres. Foto de Ann Golzen publicada por Ward (1978, p.81).	231
Figura 52 – Festa de aniversário de criança no parque da Barragem. Fotos do autor.	233
Figura 53 – Cenas com crianças, acompanhantes, brincadeiras e jogos entre o coco e a “biquinha”.	237
Figura 54 – Menino aprendendo a andar de bicicleta. Foto do autor.	238
Figura 55 – Crianças escorregando em um talude gramado – o “skibunda”. Fotos do autor.	240
Figura 56 – O parquinho. Fotos do autor.	253
Figura 57 – Cenas com crianças, acompanhantes, brincadeiras e jogos na quadra e parquinho.	256
Figura 58 – Conflito e jogo nos arredores da Barragem Santa Lúcia.	263
Figura 59 – Densidade de cenas com crianças moradoras do Morro.	267

Figura 60 – Densidade de cenas com crianças moradoras dos bairros.	268
Figura 61 – Densidade de cenas com meninas moradoras do Morro.	270
Figura 62 – Densidade de cenas com meninos moradores do Morro.	271
Figura 63 – Densidade de cenas com crianças pequenas dos bairros.	273
Figura 64 – Densidade de cenas com crianças maiores dos bairros.	274
Figura 65 – Densidade de cenas com todas as crianças.	276
Figura 66 - Fluxos de circulação das crianças do Morro nos arredores da Barragem Santa Lúcia.	278
Figura 67 - Fluxos da circulação de crianças do Morro pela Barragem Santa Lúcia.	279
Figura 68 - Presença e circulação de crianças na Barragem Santa Lúcia.	281

Anexo

Figura 79 – Topografia da Desigualdade	302
--	-----

INTRODUÇÃO

Ao abordar os diferentes modos como as pessoas circulam e usam os espaços da cidade procurei, por meio de um estudo com crianças nos espaços públicos de uma região de Belo Horizonte, formas de observar, conhecer e mapear o urbano na perspectiva dos sujeitos.

A primeira impressão que se tem é de que esses dois temas não combinam: criança não combina com espaços públicos. “Lugar de criança é na escola”; ou em casa. Historicamente, a criança é associada ao domínio privado da vida social, circunscrita aos espaços da família e da escola. Na Europa, o desenvolvimento da noção de vida pública e privada deu origem à separação entre o universo adulto e o infantil e significou o surgimento de uma série de atividades, espaços e objetos considerados adequados às crianças. No entanto, as crianças recriam este universo e redefinem seus espaços para além daqueles determinados pelo mundo adulto.

A separação entre o mundo da criança e o mundo do adulto não é universalizada nem compartilhada, por exemplo, por grupos indígenas brasileiros. Além disso, a percepção de inadequação dos espaços públicos à apropriação das crianças está associada a grupos pertencentes às camadas médias e altas da população urbana moradora de grandes cidades, não partilhada por segmentos populares e moradores de cidades menores.

O interesse pelos temas teve em vista minha atuação como profissional da arquitetura, envolvido com questões relativas ao planejamento de espaços *para* crianças, nas interfaces entre o planejamento urbano, a arquitetura e o *design* em suas diversas escalas. A criança é considerada na relação com os demais grupos etários e se busca aproximar de sua perspectiva por meio de processos metodológicos que consideram sua participação. Na década de 1990, eu desenvolvia projetos de arquitetura paisagística e *design* de mobiliário para parques infantis, especialmente em contextos escolares e de lazer coletivo privado¹. A partir de 2000,

¹ www.lanskyarquitetura.com.br (site atualizado até 2000); veccilansky.com.br.

redirecionei minha atuação profissional ao propor ao Poder Público municipal intervenções em espaços públicos localizados na periferia e favelas da cidade, em que os moradores do entorno participariam do processo de construção, projeto denominado *Ao ar livre* (LANSKY, 2000). Nesse contexto, foram construídas áreas de lazer no Abrigo Granja de Freitas, nas Vilas Senhor dos Passos, Santa Rosa, Apolônia, Independência e no bairro Paulo VI, todas localizadas em distintas regiões do município de Belo Horizonte. Ao buscar conhecer e projetar espaços públicos nesses locais, o foco passou a ser as crianças e famílias das camadas populares.

Essa prática levou-me a ter contato com o campo da educação, da assistência social e com as políticas públicas voltadas para esse grupo e uma atenção direcionada às relações que ocorrem nos processos de produção dos espaços e para seus agentes, dentre os quais os planejadores e os moradores.

Apontou ainda para a possibilidade de exploração do tema da criança urbana, o que exigiu determinados deslocamentos disciplinares. Tal como iniciado na pesquisa de mestrado sobre a apropriação de uma praça na periferia de Belo Horizonte, a Praça Jerimum, que sofreu intervenção com o *Ao ar livre* e no qual atuei como arquiteto em processo participativo (LANSKY, 2006), proponho-me, neste estudo, aproximar-me do campo dos estudos da infância e, principalmente, dos campos da sociologia da infância e da antropologia da criança, mediante uma perspectiva espacial, como é próprio da minha formação e profissão.

Entre outubro de 2009 a julho de 2010, já durante a realização desta pesquisa, colaborei com equipe de planejadores que elaborava diagnósticos e diretrizes para políticas públicas para a região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o Plano Metropolitano². Tendo sido convidado a elaborar diretrizes de políticas para os

² A região metropolitana de Belo Horizonte é constituída por 34 municípios, com uma população aproximada de 5 milhões de habitantes. No segundo semestre de 2009, o Governo do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) contratou a UFMG, por meio do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR) – Faculdade de Ciências Econômicas – para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI/RMBH), cujo coordenador-geral foi o Prof. Roberto Luis de Melo Monte-Mór. Participei da equipe da temática

setores da educação e da cultura com meus professores e colegas, abordei questões relativas às crianças e aos espaços públicos.

Nessa ocasião, além da oportunidade de participar de uma equipe de planejamento em macroescala, a experiência me possibilitou ter contato com uma quantidade e riqueza de dados georreferenciados e georreferenciáveis que dificilmente teria em outra situação. Aproveitei a oportunidade para contemplar os sujeitos da minha atuação profissional e acadêmica – as crianças – por meio dos instrumentos cartográficos e em distintas escalas, da macrorregional à local. Como parte desse trabalho, participei da elaboração de algumas das propostas agrupadas no eixo de políticas denominado *Urbanidade*, dentre elas a Política Metropolitana de Integrada de Democratização dos Espaços Públicos, na qual foi incluído o Programa de Requalificação, Ampliação e Implantação de Espaços e Equipamentos Públicos e o projeto *RMBH da Criança*.

No entanto, considero haver lacunas na atuação profissional do arquiteto e urbanista pela impossibilidade de, numa situação de planejamento, conhecer de forma suficiente e adequada o espaço que será objeto de intervenção, as pessoas que o usarão, além do desconhecimento sobre os usos dos espaços concebidos (LEFEBVRE, 2000), posteriormente ao momento da intervenção. Tento preencher essa lacuna aproximando-me do campo da socioantropologia urbana, na tentativa de entender como os espaços são produzidos e apropriados pelos sujeitos, movimento iniciado desde a pesquisa anterior.

Essa busca justifica a escolha pela etnografia, pois, no exercício profissional como arquiteto e planejador, sentia falta de informações aprofundadas que a etnografia poderia alcançar, já que combina diversos métodos de produção de dados e, principalmente, uma inserção longa e profunda no campo, a observação participante, a interação com os pesquisados e a manutenção de um diário, num processo atento em busca do sujeito. Desenvolvida e adotada originalmente pelos antropólogos em

suas pesquisas sobre povos “primitivos” habitantes de aldeias, a abordagem etnográfica e suas descrições densas são atualmente utilizadas por pesquisadores de diversas disciplinas e em contextos múltiplos, incluindo o urbano. Além disso, é apontada como adequada a dar “voz às crianças e fazê-las participar na produção dos dados sociológicos” (PINTO, 1997, p. 68).

Ao estabelecer como foco desta pesquisa o sujeito no mundo urbano, apoio-me nas análises de Ingold e sua proposta de diálogo entre disciplinas. Para o autor,

A verdade é que as proposições artísticas e arquitetônicas, até onde têm força, devem ser assentadas numa profunda compreensão do mundo vivido, e reciprocamente as considerações antropológicas sobre múltiplos modos em que a vida é vivida, não serão úteis se não forem trazidas para dar conta de investigações especulativas sobre as possibilidades que a vida humana pode ter. Assim arte, arquitetura e antropologia têm em comum o observar, descrever e propor. Talvez tenha uma disciplina esperando para ser definida e nomeada onde estes três campos se encontrem... (INGOLD, 2011, p. xi, tradução nossa).

Para Ingold e Lucas (2007), apesar de possuírem algo em comum, a arte, a arquitetura e a antropologia utilizam de instrumentos distintos. No caso da antropologia,

já estamos acostumados com a idéia de que os resultados da pesquisa antropológica não necessitam se restringir a textos escritos. Podem também incluir fotos e filmes. Mas poderiam também incluir desenhos, pinturas, gravuras ou esculturas? Ou obras artesanais? Ou composições musicais? Ou edifícios? Da mesma maneira, obras artísticas e arquitetônicas não poderiam ser consideradas como formas de etnografia, embora ‘escritas’ em mídias não verbais? (INGOLD; LUCAS, 2007, p. 291, tradução nossa).

Nessa direção, procura-se, neste estudo, explorar outras formas de conhecer e mapear crianças no mundo urbano para além das formas etnográficas mais recorrentes, ou seja, a observação, a interação e a descrição, principalmente por meio de uma escrita textual. A busca pelo sujeito no espaço urbano contemporâneo demanda outra forma de produção de dados e registro, experimentada neste estudo e revelada aqui em seu processo. Desenhos, mapas, croquis, associados a textos,

fotos, etc., são ferramentas utilizadas nesta pesquisa e não devem ser consideradas como figuras finalizadas ou estáticas, mas, sim, provisórias, reveladoras do processo em andamento e de seu movimento ao longo do tempo.

Ao tratar da questão urbana sob um olhar etnográfico

observa-se a ausência dos atores sociais. Tem-se a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de *lobbies* políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade (MAGNANI, 2002, p. 14).

Para explorar e tentar recuperar esta ausência propõe-se nesta investigação uma interface com as teorias do espaço a partir dos pressupostos de Lefebvre, pois, tal como as de Ingold, permitem estabelecer um diálogo entre campos distintos. O espaço social, para o autor, engloba as coisas produzidas, compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade, ordem e/ou desordem (LEFEBVRE, 1991[1974]). É resultado de uma sequência e de um conjunto de operações e, portanto, não pode se reduzir a um simples objeto, apenas um “produto”, pois é fator central no estabelecimento, ou não, de interações sociais.

Para Lefebvre (1991[1974]), as análises do “espaço social” devem considerar três dimensões: o espaço concebido (nas artes, na arquitetura, urbanismo e na literatura), o espaço percebido (fruto das sensações e dos significados nele impressos) e o espaço vivido (aquele que constitui o cotidiano, as práticas socioculturais). Segundo o autor, esse recorte permite estudos locais a diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. O que o interessa é a distância que separa o espaço “ideal”, dependente das categorias mentais, do espaço “real”, o da prática social. Para o autor, é preciso se esforçar para reconstruir uma visão comum aos diversos membros da sociedade: usuários e habitantes, autoridades, técnicos (arquitetos, urbanistas, planejadores).

No combate à noção de cidade sob uma visão principalmente economicista, cujo valor de troca se impõe como hegemônico e absoluto, Lefebvre (1991[1974]) afirma que o que importa são os usos de ruas, praças e edifícios pelas pessoas

principalmente para a festa, os encontros e conflitos, aspectos desconsiderados pelos urbanistas, mas destaca que não existe apenas uma única tendência para a reflexão urbanística.

O urbanismo dos administradores ligados ao setor público estatal. Este urbanismo se pretende científico. Este cientificismo, que acompanha as formas deliberadas do racionalismo operatório, tende a negligenciar o 'fator humano', como se diz. (LEFEBVRE, 2009[1968], p. 31).³

Ao me referir a esses autores, procuro combater uma visão científicista, economicista e excludente. A busca pelo sujeito na cidade e por uma nova forma etnográfica tornou-se, portanto, central neste trabalho. Proponho-me neste estudo realizar outro tipo de leitura, sob um olhar não apenas de um planejador distante dos sujeitos nem de quem somente participa do cotidiano com as crianças, mas alternando a perspectiva e os modos de ver as crianças no mundo urbano. A exploração de uma possível forma etnográfica permitiu progressivamente a construção de um posicionamento singular e exigiu a busca por outras formas de registro de campo. Este conjunto de elementos, de alternância de posicionamento, de perspectiva e de registro gráfico espacializado é que denomino, neste estudo, de forma "etno-gráfica espacializada".

O objetivo central com esta pesquisa foi experimentar outras formas e instrumentos de interação em campo, de produção e registro de informações para gerar elementos que possibilitem uma descrição densa espacializada. O mais importante do processo foi ir apurando, construindo esses novos instrumentos para que essa leitura espacializada fosse possível. Portanto, a produção de instrumentos e de outra entrada na experiência urbana – num espaço vivido (LEFEBVRE, 1991[1974]) – que não fosse "colada" ao sujeito e também não fosse vista "de cima", no nível

³ No entanto, poderia afirmar que essa prática não se restringe a esse tipo de planejamento e não apenas na escala urbana, mas caracteriza, também, a prática do planejador arquiteto em suas diversas escalas e instituições. Poderia exemplificar com a ausência das pessoas nas representações arquitetônicas, em que o espaço é muitas vezes apresentado de forma esvaziada. Quando a *figura humana* aparece, resume-se a dar uma noção da *escala humana*, ou seja, objetiva estabelecer relações de proporção com a "obra arquitetônica".

distanciado do planejamento, é o eixo central que articula as diferentes partes desta tese.

Apesar de esta pesquisa ter como horizonte a elaboração de informações que possam ser utilizadas no planejamento urbano, não me propus realizá-lo, ou seja, não proponho, aqui, aplicar direta e imediatamente seus resultados. O que interessava nesta investigação era perceber e conhecer o que não se conhecia anteriormente, até mesmo aquilo que não se previa conhecer. O momento de conhecer e o momento de intervir envolvem esforços e tempos distintos. O momento de alcançar o sujeito mediante um processo atento exige um tempo longo, um tempo que o planejamento muitas vezes não tem, caracterizado pela pressa de intervir, resultando em experiências malsucedidas. No entanto, considero que a escolha, por tratar da questão do espaço urbano por meio de uma etnografia "*com crianças*", reflete e afeta a maneira de pensar do arquiteto-planejador do espaço.

Com o uso da expressão "*com crianças*" nesta tese, procuro explicitar a escolha de pensar tal sujeito coletivo na relação com os demais grupos sociais. Consequentemente, a expressão *espaços com crianças* alcança recortes para além da ideia de espaços infantis especializados, espaços *de* ou *para* crianças. Além disso, evoca a participação de meninos e meninas nesta pesquisa e na produção dos espaços, aqueles com quem busco interagir e dar visibilidade.

Pesquisando a cidade com crianças

A investigação assume os usos dos espaços pelas crianças como foco da análise, pois tal prática relaciona-se diretamente com a constituição dos distintos modos de vida. Ao estabelecer a infância e a criança como focos da observação, cabe ressaltar que tais conceitos são construídos e modificados ao longo do tempo. Nas últimas décadas "começou-se a perceber a criança como sujeito social" (COHN, 2005, p. 11), resultando numa quantidade suficiente de estudos sobre crianças, oriundos de disciplinas variadas, principalmente a partir da década de 1990.

Da compreensão como período de vida, progressivamente a infância passa a ser compreendida como “construto sócio-histórico” (GOUVEA, 2008, p. 98), para além do conceito de geração proposto inicialmente por Mannheim (1952). Ao tomarem o “lugar de sujeitos nas investigações” (GOMES, 2008, p. 82), as crianças deixam de ser consideradas recipientes vazios do processo de socialização, ou meros objetos de investigação, para serem consideradas agentes.

Se por um lado alguns autores entendem que a infância possui algo de universal, caracterizada pelo lúdico, ou seja, pelos jogos, brinquedos, brincadeiras e demais elementos que constituem as chamadas *culturas de infância*, diversos estudos, principalmente do campo da antropologia da criança, têm dado visibilidade à multiplicidade e à diversidade de formas de viver os primeiros anos de vida nas muitas partes do mundo, o que revela as relações intrínsecas entre distintos modos de vida e ambientes específicos.

Ao analisar os modos de vida nas cidades, cabe destacar que o desenvolvimento dos meios de transporte, a partir do final do século XIX, permitiu que as moradias e os locais de trabalho se deslocassem para longe dos centros urbanos. Como resultado desse processo, os centros passaram a ser caracterizados como espaços de passagem, não mais como espaços do encontro, como anteriormente. A partir da segunda metade do século XX, a radical separação espacial resultou numa fragmentação dos bairros e sua conseqüente segregação. Os espaços intersticiais do encontro deixaram de existir como no século anterior. As praças, de espaços de encontro, tornaram-se espaços do movimento, do deslocamento e da pressa. O espaço público passa a ser de ninguém e visto como perigoso. Para Soja (2000), atualmente ocorre a destruição do espaço público relacionada à ofensiva de segurança com o objetivo de atender à demanda da classe média de isolamento socioespacial. A metrópole contemporânea se caracteriza por espaços policiados, privatizados, ou seja, espaços pseudopúblicos.

O conceito de *não lugar* utilizado por Augé (1994) em sua análise dos espaços urbanos contemporâneos é diametralmente oposto ao espaço vivido e toma

expressão nos espaços públicos de rápida circulação, como aeroportos, estações de metrô além das grandes cadeias de hotéis e supermercados. Segundo o autor, o termo “lugar antropológico” se refere

àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social... o lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentidos para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa (AUGÉ, 1994, p. 51).

Se os lugares antropológicos criam um social orgânico, os *não lugares* criam uma tensão solitária, própria do nosso tempo.

Percebe-se que as imagens do que proponho chamar supermodernidade dão forma a um paradoxo e uma contradição: num sentido, abrem cada indivíduo para a presença dos outros; correspondem a uma circulação mais fácil dos seres, das coisas e das imagens. Mas num outro sentido elas reduzem o indivíduo a ele mesmo, convertendo-o mais em testemunha do que em ator da vida contemporânea. Essa contradição exprime-se exemplarmente no que propus chamar de não-lugares (AUGÉ, 1999, p. 144)

No contexto brasileiro, Magnani (1984; 2006) revela “práticas culturais e de lazer, redes de sociabilidade e relações de troca (e também conflito) no contexto urbano de uma grande metrópole, no caso a da cidade de São Paulo” (2006, p. 173). Se em *Festa no Pedraço* (1984) aborda tais aspectos num grupo circense em que seus integrantes pertenciam às camadas populares, em *Os circuitos dos jovens urbanos* (2006) estabelece recorte etário para a escolha dos sujeitos da pesquisa. Ao estabelecer os espaços, as práticas culturais e de lazer como foco de suas análises, sem encobrir o conflito, busca o lado “positivo” das manifestações e da sociabilidade entre os sujeitos.

Tanto a violência urbana como as práticas culturais e de lazer estão muito presentes no local desta pesquisa: os arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia, localizado entre os bairros Santa Lúcia, São Bento e o Morro do Papagaio. Ao considerar que o local se caracteriza pela desigualdade socioeconômica de seus moradores, poderia afirmar que a violência é multifacetada: da apropriação dos meios de produção, do

recurso financeiro e do espaço pelas camadas médias e altas à ocorrência de crimes contra pedestres, residências, jovens e crianças do Morro. As crianças – tanto moradoras do Morro quanto dos bairros – sofrem com a violenta segregação, o confinamento, a falta de autonomia e de espaços para brincar. No entanto, subvertem a ordem e encontram suas *brechas*, termo adotado neste estudo como uma versão espacializada para as “táticas” de Certeau (1994 [1990]) ou para as “aberturas” de Lefebvre (1991[1968]).

Enquanto para Certeau (1994 [1990, p. 47]) as “táticas” são um constante jogo

com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas... mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’.

‘abertura’ para Lefebvre (1991[1968], p. 200) se define como “não fechamento” num único sistema, mas sim a ocorrência de subsistemas, “entre eles, rachaduras, buracos, lacunas. Não há convergências de formas; elas não chegam a encerrar o conteúdo. Nem a reduzi-lo. O *irreduzível* se manifesta depois de cada redução”. (Grifo do autor).

Segundo Canuto *et al.* (2003, p. 14),

a abertura representa uma instância em que a realidade se torna contraditória em relação ao lugar onde se coloca, como uma utopia (**u**=sem, **topos**=lugar) que é ao mesmo tempo heterotopia (**hetero**=outro, **topos**=lugar). Portanto, não aceita o real dado a priori e nem se deixa esvaecer em possibilidades imaginadas fora do mundo da vida cotidiana. Exatamente neste sentido, uma das características centrais do discurso lefebvriano sobre a cidade e a vida cotidiana que ela comporta e deixa realizar está em sua crítica contra planificações urbanísticas fundadas na ideologia. A abertura comportaria assim um projeto de emancipação dentro da própria realidade onde está inserida, uma tática de inserção que se apresenta como um deslocamento a partir da superestrutura vigente, reforçando assim a idéia da realidade se tornando ‘negação’ da própria realidade. (Grifos do autor)

Quanto aos termos utilizados pelos autores, enfatizo a dimensão espacial. Utilizo o termo “brecha” como uma possibilidade de estar no mundo e, nesse sentido, busco-as. Em outras palavras, procuro os modos como as pessoas se apropriam dos espaços e encontram modos próprios de vivê-los e ainda, como pesquisador, formas de estar em campo, o que será tratado nos tópicos seguintes.

Ao considerar que os espaços e seus usos se distinguem de acordo com a inserção social dos sujeitos, a discussão neste estudo se aproxima das análises sobre a desigualdade e segregação socioespacial. Aborda os modos de vida das crianças de Belo Horizonte e como são materializados nos espaços. Por outro lado, busca conhecer de que forma os espaços públicos interferem na sociabilidade urbana e na construção da noção de cidadania, em especial da criança cidadã.

Cabe destacar que, numa escala ampla, a segregação socioespacial da região metropolitana de Belo Horizonte, tal como em outras regiões metropolitanas brasileiras, é histórica:

Processos identificados com os novos padrões de urbanização e de segregação socioespacial reproduzem, em uma visão macro, o antigo padrão centro-periférico de urbanização, caracterizado segundo Caldeira (2000, p. 218), por: ocupação dispersa, em vez de concentrada; distância física entre as classes sociais – classes média e alta vivendo nos bairros centrais, legalizados e bem equipados, enquanto os pobres vivem na periferia precária; aquisição de casa própria como regra para a maioria dos moradores, ricos e pobres; e, finalmente, sistema de transporte baseado no uso de ônibus para as classes trabalhadoras e em automóveis para as classes médias e altas (MENDONÇA, 2008, p. 49).

Ao tratar da temática da criança no espaço público, cabe reiterar que, no meio urbano, o contraponto moderno-industrial entre vida pública (relacionada ao homem adulto) e vida privada (relacionada à mulher e à criança) deu origem à separação entre o universo adulto e o infantil (SENNET, 1988 [1974]) e significou o surgimento de uma série de espaços e objetos produzidos especificamente para as crianças, tais como as escolas, creches, parques, museus, etc. Tal contraponto não é encontrado em outros meios, como apontam diversos estudos sobre os grupos indígenas brasileiros (NUNES, 2002; COHN, 2005; SILVA, 2011).

A criança urbana progressivamente se torna uma das principais vítimas da segregação socioespacial, resultando em casos de confinamento e/ou controle excessivo para alguns grupos e marginalização para outros. No entanto, a percepção da rua como o lugar do desvio, inseguro, inadaptado às necessidades das crianças corresponde, muitas vezes, a uma concepção europeia não compartilhada pelos grupos populares dos países sul-americanos. Tal percepção pode contribuir com as concepções de infância pobre como inadaptada, marginal, "sem lugar" na sociedade. (LUCCHINI *apud* PARGA, 2004)

O fenômeno de que as crianças urbanas experimentam a segregação socioespacial, não é universal nem encontrado em todos os ambientes urbanos, pois é possível constatar que se distingue, dependendo do local, segundo os grupos sociais que o habitam, e do tamanho da cidade.

A crescente ausência de autonomia infantil em relação à mobilidade nos meios urbanos contemporâneos (NETO, 2006) é um dos fenômenos associados a crianças europeias, norte-americanas e às brasileiras de classe média e alta, moradoras de bairros e condomínios. Por outro lado, em diversos estudos brasileiros, observou-se que o terreno em que a favela se localiza e até mesmo as ruas próximas são exploradas pelas crianças, constituindo, também, um território infantil, onde exercem considerável domínio (LIMA, 1989; GOUVEA, 1990; DEBORTOLI, 1995; LANSKY, 2006; CARVALHO 2007).

Segundo Gulløv e Olwig (2003), a consequência desse processo na produção de espaços para crianças pode ser caracterizada de duas formas: lugares seguros, sem surpresa, aventura, riscos, impedidas de experimentar a diversidade; ou ruas e espaços públicos vistos como inadequados, perigosos. Para as autoras, as instituições criadas para crianças e as residências se tornam os espaços que reafirmam a infância como recipiente da transmissão de valores socioculturais aceitos. Já os espaços públicos urbanos proporcionam maior liberdade de ação e, dessa forma, desenvolvem relações sociais e valores culturais que a sociedade não

necessariamente aprecia. São apontados como espaços de oferta de possibilidades para crianças se desenvolverem como atores sociais independentes dos adultos.

As crianças apropriam-se criativamente da informação do adulto para produzir a sua cultura de pares. Tal apropriação é criativa na medida em que tanto expande a cultura de pares (transforma a informação do mundo adulto de acordo com as preocupações do mundo dos pares) como simultaneamente contribui para a reprodução da cultura adulta. (CORSARO, 2002, p. 114)

Esse processo de apropriação criativa do mundo adulto é o que Corsaro (2002) chama de “reprodução interpretativa”, que permite à criança participar ativamente daquele mundo e, ao mesmo, tempo afirmar sua alteridade.

Compreendendo as crianças como atores sociais que contribuem de forma singular com a cultura de forma ampla e que, assim, usam os espaços planejados para elas, mas também recriam o espaço urbano, redefinem fronteiras e circulam pela cidade, coloco a seguinte questão: Por onde andam as crianças urbanas? Como circulam pela cidade?

Na 5ª Conferência Internacional *Child in the City*, ocorrida em Florença, em 2010 – da qual participaram pesquisadores, gestores do setor público, representantes do terceiro setor e do mercado –, grande parte das discussões sobre as relações entre a cidade e a criança se baseou no programa da UNICEF, *Child Friendly Cities*. Esse programa propõe mecanismos e parâmetros para que o estabelecido na Convenção Internacional do Direito da Criança, que teve como reflexo a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil, fosse implementado nas cidades. Nesses documentos são estabelecidos conceitos de cidadania e, em especial, noções sobre criança cidadã e seus direitos, entre eles aqueles que refletem noções de usos dos espaços urbanos como direito, tais como o de “ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários” e “brincar, praticar esportes e divertir-se”. (BRASIL, 1990, art. 16).

Em palestra nesse evento, Roger Hart aponta diversas formas de participação social da criança nas cidades, dentre as quais nos grupos de pares informais (por exemplo, nas brincadeiras em espaços abertos), nas festas, festivais e rituais, nos media (jornais, sites eletrônicos, rádios, etc.), nas organizações comunitárias locais que incluem crianças e em trabalhos voluntários e não voluntários (como a entrega de cartas e como guias).

Neste ponto, abro outra questão: Como a criança aprende a ser cidadã? Inspirado em Lave e Wenger (2003 [1991]), com base na análise sobre os modos de “aprender na prática social”, em que a aprendizagem é compreendida como processo coletivo – um processo de participação legitimada em comunidades de prática – a participação, a presença e a utilização de espaços públicos poderiam ser consideradas contextos privilegiados de aprendizagem da cidadania (ou se aprende a ser cidadão na escola?). Ao introduzir a questão do poder e da hierarquia nas relações sociais, as diferentes formas de participação no mundo urbano implicariam diferentes posições assumidas pelos sujeitos na cidade e diferentes possibilidades de aprendizagem da cidadania. Portanto, a participação das crianças das favelas seria não legitimada duplamente, por sua condição de criança e de pobre. Às crianças de condomínio é simplesmente negada a participação. Às da favela é reservada a cidade “informal” (cheia de vida e de morte). E às dos bairros? Frequentam os espaços públicos?

No Brasil e em outros países “em desenvolvimento”, as cidades maiores são caracterizadas pela extrema desigualdade social e econômica, resultando em nítida segregação socioespacial. Aos habitantes das favelas nem o direito à moradia é garantido, o que dizer, então, a respeito ao *direito à cidade* (LEFEBVRE, 2009 [1968])? A cidade é “formalmente” dos moradores dos bairros e aos “favelados” cabe um lugar marginal, muito bem demarcado. Reiterando, poderia especular que a criança moradora da favela é duplamente excluída nestes meios, pela sua condição de criança e pela pertença ao grupo social sem lugar na cidade.

Ao considerar o tema da desigualdade, fundamental neste estudo, imprimo uma atenção especial às zonas de fronteiras em que as desigualdades se encontram no

espaço urbano. O Parque da Barragem Santa Lúcia – recorte espacial adotado para esta pesquisa – já foi pesquisado, do ponto de vista do planejamento, por Baptista (2000). O estudo aqui apresentado se distingue pelo fato de se caracterizar por uma incursão etnográfica através da fronteira para produzir um deslocamento entre o mundo do planejamento e o lugar das crianças; um movimento.

Uma fronteira em Belo Horizonte

Belo Horizonte, cidade planejada para 200 mil habitantes como a nova capital do Estado de Minas Gerais no final do século XIX, entra no século XXI com uma população de quase 3 milhões de habitantes. De um plano original que projetava um limite territorial – a Avenida do Contorno –, atualmente, as fronteiras entre municípios vizinhos não são nítidas e muitos de seus habitantes circulam diariamente entre eles. Moram em um município, trabalham em outro e, às vezes, estudam num terceiro, e algumas crianças até mesmo circulam diariamente entre municípios distintos, tal como as moradoras de condomínios, a maioria localizados fora de Belo Horizonte, opção adotada pelos pais, associada à escolha por estudarem em escolas particulares na capital. Barros (2005) afirma a Avenida do Contorno, - planejada inicialmente como uma fronteira - foi progressivamente incorporada ao tecido urbano de Belo Horizonte.

Se a Avenida pretendia delimitar a cidade oferecendo-lhe um sentido de fronteira, a atualidade promoveu uma expansão transfiguradora e uma experiência de multicentralidades que inverte papéis. Agora é a Contorno que se vê cada vez mais contida pela própria cidade. (BARROS, 2005, p. 166)

Atualmente, Belo Horizonte é dividida em nove regionais administrativas, sendo que a Centro-Sul engloba toda a área do plano original, alguns bairros “valorizados” (Mangabeiras, Lourdes, Funcionários, São Bento, etc.), o maior aglomerado de favelas do município, o Aglomerado da Serra e outras duas favelas, o Conjunto Santa Maria e Aglomerado Santa Lúcia. É, portanto, uma das regionais mais desiguais do município de Belo Horizonte, o que contextualiza a escolha de um espaço público nessa região para a pesquisa: uma região de uma grande cidade onde a diversidade e a desigualdade *sociocultural* e *econômica* são marcantes (FIG. 1).

Num espaço de fronteira, um parque foi implantado⁴ próximo a um batalhão de polícia⁵, uma escola⁶ pública, dentre outros equipamentos públicos e privados.

Para se ter uma noção das dimensões dessa desigualdade, pode-se observar, por exemplo, o Índice de Vulnerabilidade Social (I.V.S.) de cada área⁷. Embora pertençam à mesma Unidade de Planejamento (divisão geográfica da cidade utilizada pela Prefeitura de Belo Horizonte), o aglomerado Santa Lúcia e os bairros citados possuem características bastante diferentes no que refere à vulnerabilidade social. Enquanto no Santa Lúcia este índice é de 0,79, em seu entorno ele não ultrapassa 0,28, sendo que na Vila Paris é de apenas 0,14. Mas há contrastes também dentro do próprio aglomerado Santa Lúcia, onde é possível encontrar barracos com apenas dois cômodos e sem instalações elétricas, e também casas com até três pavimentos. Há becos onde o esgoto corre a céu aberto e outros com calçamento e muito limpos. Isto se deve certamente o fato de possuir uma grande extensão e por ser formado por três comunidades diferentes: a vila Estrela, a Barragem Santa Lúcia e a Vila Santa Rita de Cássia (mais conhecida como Morro do Papagaio), totalizando uma população de aproximadamente 30 mil pessoas. (BERGO, 2005, p. 19-20)

⁴ O Parque da Barragem Santa Lúcia foi inaugurado em 1996 (BAPTISTA, 2000).

⁵ O 22º Batalhão de Polícia Militar foi inaugurado em 1993 (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br>>. Acesso em: novembro de 2011).

⁶ A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira foi inaugurada em 1963 (BERGO, 2005).

⁷ O I.V.S. leva em conta aspectos econômicos, culturais, ambientais, jurídicos e de segurança de uma comunidade. Variando entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior é a vulnerabilidade local (BERGO, 2005).

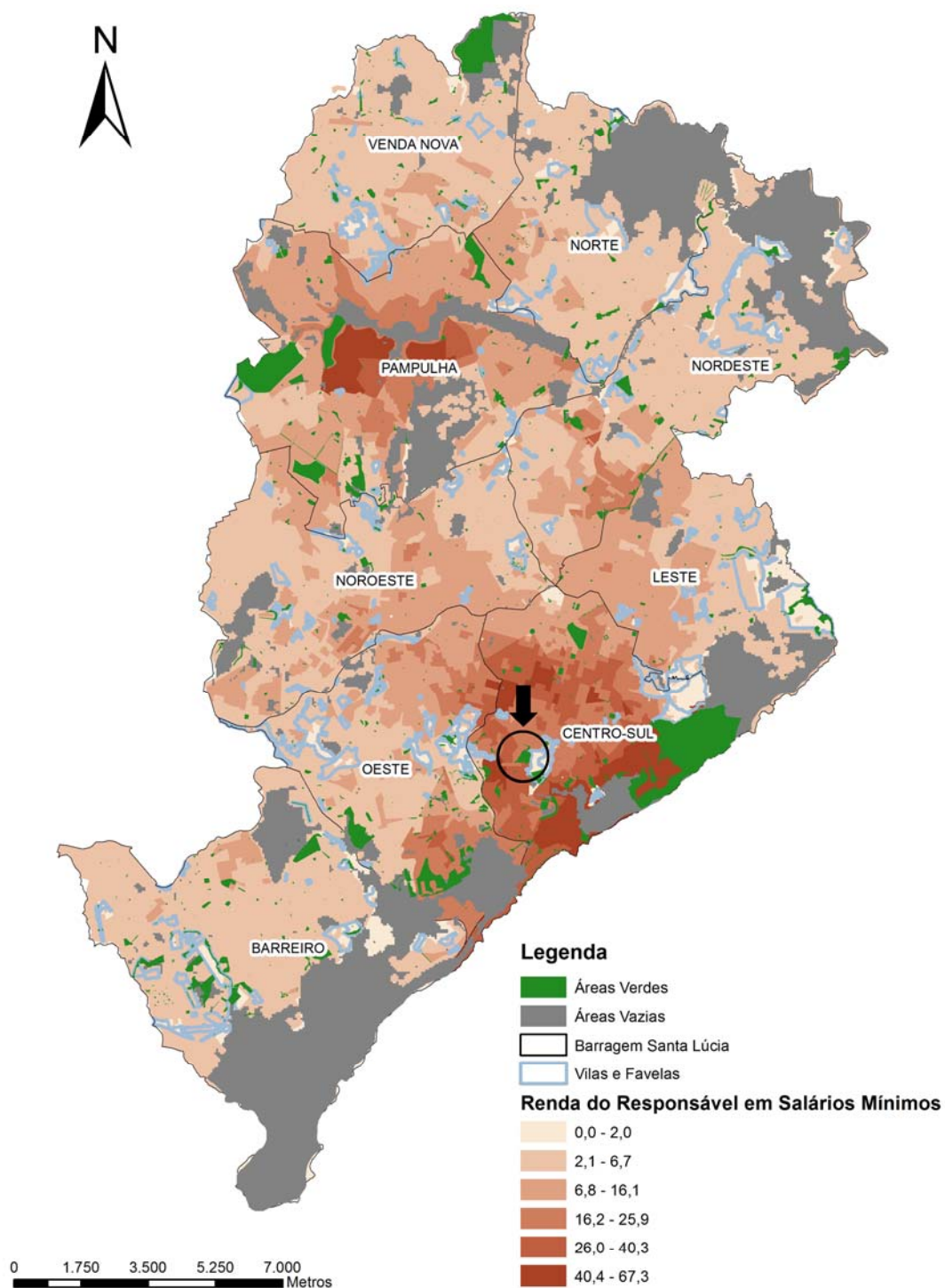


Figura 1 - Município de Belo Horizonte, sua divisão em regionais e a distribuição da renda do responsável pelos domicílios. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas, com base nos dados do Censo 2000.

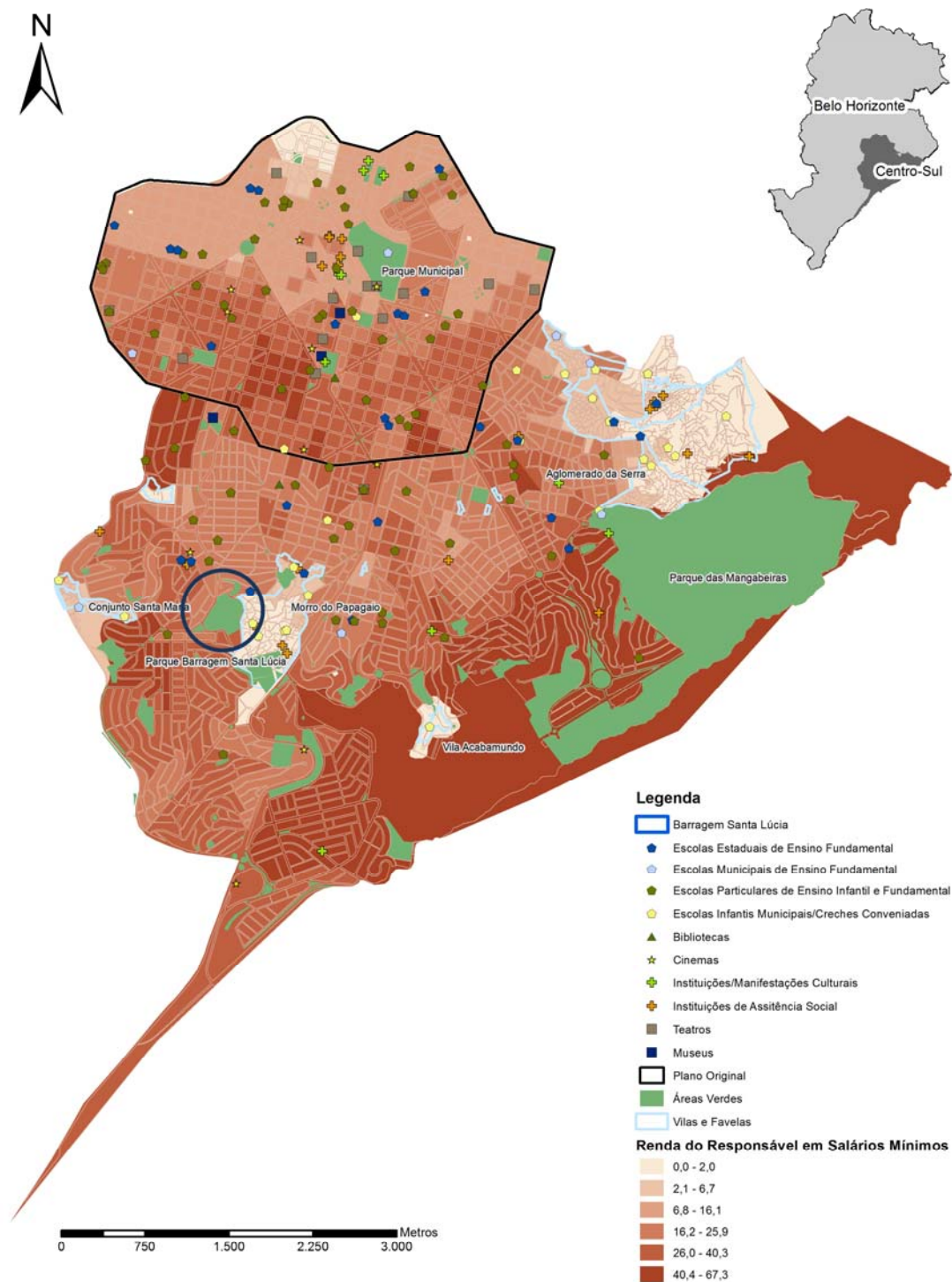


Figura 2 – Regional Centro-Sul de Belo Horizonte com destaque para os arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia, escolas, equipamentos e manifestações culturais, da assistência social, áreas verdes e a distribuição da renda do responsável pelos domicílios.

Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas, com base nos dados do Censo 2000.

Inicialmente foi considerada a possibilidade de pesquisar outros parques públicos, tal como o Parque Municipal Américo Renné Gianetti, localizado no centro da cidade (FIG. 2). Esse espaço, apesar de emblemático em suas relações históricas com as crianças da cidade, é cercado, localizado em região extremamente densa e comercial e não daria visibilidade ao questionamento quanto aos usos cotidianos pelas crianças. Outra possibilidade levantada como local desta investigação foi o Parque das Mangabeiras, localizado em região residencial, entre o Aglomerado da Serra e bairros “valorizados”. O fato, entretanto, de ser cercado e por ser muito grande estabelece maior distância entre os bairros e a favela, o que inviabilizaria este estudo. Já o Parque da Barragem é menor e possibilita observar tanto a favela quanto os bairros de uma só visada (ver FIG. 3).



Figura 3 – Parque da Barragem Santa Lúcia. Ao fundo o bairro Santo Antônio e o Morro do Papagaio. Foto realizada pelo autor.

Outra possibilidade considerada foi o Parque Juscelino Kubitschek, que reúne alguns aspectos similares ao Parque da Barragem Santa Lúcia, pois é localizado na Centro-Sul, entre a vila do Acaba Mundo e o bairro das Mangabeiras, fora da Avenida do Contorno, traçada no plano original para a cidade, é aberto e recebe pessoas diversas. Considerei, entretanto, que fato de já ter trabalhado nesse Parque poderia interferir nas interações com os sujeitos locais, tal como ocorreu na pesquisa de mestrado na Praça Jerimum, em que eu era inicialmente visto como funcionário da prefeitura, ou seja, como alguém que poderia trazer melhorias ao local e resolver alguns problemas de infraestrutura. Além disso, não se observa a favela do local e pelas suas dimensões reduzidas, tanto do parque quanto da favela, ensejaria um encontro com os moradores mais restrito e seria mais difícil não ficar impregnado das relações anteriores.

O caso do Parque Jornalista Eduardo Couri, ou Parque da Barragem Santa Lúcia, é exemplar, pois dá visibilidade a questões levantadas nesta pesquisa (FIG. 2). Em primeiro lugar, por se localizar fora do plano original da cidade limitado pela Avenida do Contorno, traçada no final do século XIX, o que permite estabelecer um contraponto entre o planejado originalmente, a cidade "formal" estabelecida na segunda metade do século XX e o Aglomerado Santa Lúcia ou "Morro do Papagaio", um conjunto de cinco favelas cujos "moradores mais antigos contam que a história do aglomerado começou no início da década de 1920." (CRUZ, 2009, p. 22). Em segundo lugar por se tratar de uma região onde os espaços públicos nos arredores da Barragem, ou seja, o Parque, as praças, largos, ruas e calçadas, são utilizados por muitas pessoas, entre moradores dos bairros, do Morro, de outras regiões da cidade e também pelas que trabalham, estudam ou buscam o lazer ali, configurando-se como uma paisagem diversa, composta por pessoas de distintos grupos sociais, etnias, grupos etários, etc., moradores de bairros "nobres", das favelas "marginais", de outros bairros e municípios.

Além disso, o Parque da Barragem Santa Lúcia é integrado à malha urbana da região, localiza-se entre a favela e os bairros, não é cercado e o acesso não é controlado, fato que, a princípio, permitiria usos mais espontâneos. Outro aspecto

importante desse local é o fato de o Parque localizar-se em região residencial, pois sugeria a possibilidade de encontrar crianças moradoras do entorno imediato, em seus “pedaços” (MAGNANI, 1984; 2000), crianças circulando a pé entre as muitas escolas públicas e privadas e suas residências (FIG. 2).

A composição desses fatores tornou a Barragem Santa Lúcia um local precioso, privilegiado para a questão que abordo e que, portanto, merecia ser estudado. Além de possibilitar acesso a informações que poderiam responder às questões enfrentadas neste estudo, dava melhor visibilidade a uma série de aspectos presentes também em outros locais da cidade de forma menos clara e certamente em outras cidades também. Ou seja, aglutinava elementos que dificilmente encontraríamos juntos em um mesmo local e permitia comparações.

Além da pesquisa de mestrado em arquitetura já citada sobre o Parque (BAPTISTA, 2000), o Morro do Papagaio foi e é objeto de estudos de diversos pesquisadores entre jornalistas, educadores, historiadores, sociólogos (BERGO, 2005; CRUZ, 2009; GOMES, 2004; 2011; GUIMARÃES, 1991; PEREIRA, 2002; dentre outros). Bergo (2005), por exemplo, afirma que ao lado de uma preocupação em oferecer um acompanhamento pedagógico complementar, o problema da segurança e a proteção das crianças moradoras do Morro eram fatores decisivos para a participação delas no Projeto *Reinventando a Escola*, desenvolvido pela Escola Estadual Dona Augusta localizada próximo ao Parque. Nesse contexto, a Escola era uma alternativa aos perigos da rua. Além disso, segundo a autora, o Morro do Papagaio era um lugar onde se concentrava grande variedade e quantidade de projetos sociais tanto públicos⁸ como do 3º setor, artísticos e de instituições religiosas. (BERGO, 2005)

No momento, a Prefeitura de Belo Horizonte tem a intenção de realizar intervenções urbanísticas em grande escala, no programa denominado *Vila Viva*, que conta com verba aprovada e projeto básico em fase de elaboração, apesar da resistência de muitos moradores do Morro. Sobre os bairros Santa Lúcia e São Bento, não foram encontradas pesquisas.

A presença de crianças nos arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia – uma fronteira – permitiu a seleção dos espaços e dos sujeitos para a etnografia. Com o objetivo de contrapor as análises dos usos dos espaços às visões oriundas do planejamento espacial (da arquitetura à escala urbana), pretendeu-se realizar um estudo etnográfico dos espaços *com* crianças.

Este texto foi dividido em três partes e as considerações finais. Na Parte I – **Breve histórico sobre a urbanização da região do Santa Lúcia** – abordo o processo de produção da região onde se localiza o espaço adotado como recorte para esta pesquisa – os arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia – por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Foram abordados os processos sócio-históricos relacionados à produção de cada um dos elementos espaciais que compõem o cenário, ou seja, o Morro do Papagaio, os bairros Santa Lúcia e São Bento e a Barragem Santa Lúcia.

Na Parte II – **Por uma etno-grafia espacializada** –, descrevo os aspectos teórico-metodológicos adotados na investigação. Abordo os conceitos e os autores com os quais dialogo e o processo de produção de dados e de elaboração do instrumento de registro espacializado.

Na Parte III – **Jogo e guerra nos arredores da Barragem Santa Lúcia** –, apresento a escrita etno-gráfica espacializada, ou seja, o texto-desenho que descreve e possibilita uma escrita e uma leitura dos dados obtidos por meio da pesquisa de campo, em diálogo com os autores e teorias. Inicialmente, apresento os dados obtidos no movimento por três fluxos – no Morro, nos bairros e entre a casa e a escola. Em seguida, foco nos usos da Barragem Santa Lúcia e verticalizo em alguns dos espaços *com* crianças observados.

⁸ Inclusive do setor de segurança, como o programa *Fica Vivo* destinado aos jovens.

Parte I

BREVE HISTÓRICO SOBRE A URBANIZAÇÃO DA REGIÃO DO SANTA LÚCIA



Figura 4 – Foto do ano de 1955, em que aparecem à esquerda o Córrego do Leitão, ainda sem canalização e o bairro Cidade Jardim à direita.
Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte / Coleção José Góes.

Apresento, a seguir, um breve histórico sobre a urbanização da região do Santa Lúcia – compreendida pelo Morro do Papagaio, bairros São Bento e Santa Lúcia – e sobre a construção do Parque da Barragem Santa Lúcia.

Importante destacar, de início, que a quantidade de trabalhos e pesquisas realizados sobre o Morro do Papagaio (citados na Introdução) é considerável e foi fomentada pela parceria entre dois grupos moradores do local – a Associação dos Universitários do Morro e o Grupo do Beco (teatro) – e o Programa Conexões de Saberes da UFMG, que “surgiu de um antigo interesse de alguns moradores em discutir a memória da comunidade, como forma de problematizar a participação da mesma na história da cidade” (REVISTA DA LAJE, 2007, p. 1). Essa parceria ficou conhecida como *Projeto Memória: para além do horizonte planejado*.

Por outro lado, não encontrei nenhuma pesquisa sobre os bairros Santa Lúcia e São Bento. Em Arreguy e Ribeiro (2008), os bairros aparecem de maneira pontual. A *Revista Encontro* (2011) é uma das poucas referências, ao trazer depoimento de seus moradores e uma visão que tenta recuperar parte da história do seu processo de urbanização.

Sobre o Parque da Barragem Santa Lúcia, mencionei a pesquisa de mestrado realizada por Baptista (2000), que é tomada como importante referência nesta escrita, pois, além de contar um pouco da história da cidade e do processo de urbanização da região do Santa Lúcia, contextualiza e apresenta, por meio de mapas, o Parque concebido pelos arquitetos da Prefeitura. A pesquisa foi complementada pela busca de documentos, fotos e imagens no Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Belo Horizonte e no Museu Histórico Municipal Abílio Barreto.

Belo Horizonte nasce, em seu plano original, com base na percepção do espaço como uma *tábula rasa* (uma não percepção, eu diria), ou seja, um papel em branco a ser preenchido, e nesse sentido desconsidera tanto seus habitantes quanto seus aspectos físicos naturais:

A cidade planejada para substituir Ouro Preto como capital da Província de Minas Gerais, em 1897, buscava com seu desenho negar toda influência colonial portuguesa, afirmando os princípios da República recém-instaurada. Desconheceu, em sua ordem, a existência de século e meio do povoado de Curral d'El Rey, arrasado para dar lugar ao novo, ao nunca visto.

Através de desapropriações, trocas por terrenos e negociações, a Comissão Construtora instituída em 14 de fevereiro de 1894, sob a chefia do Engenheiro Chefe Aarão Reis, desocupou as casas do antigo arraial e aí instalou seus escritórios e alojou as famílias dos funcionários da Comissão. Os antigos moradores, que tanto haviam pleiteado sediar a nova capital, mudaram-se para as cercanias ou para outros distritos (BAPTISTA, 2000, p. 73-74).

La Plata e Belo Horizonte surgem em fins do século XIX, um tempo de invenções óticas, sonhos futuristas e novas realidades políticas. É o tempo da instauração da república moderna e de seus paradigmas de ordem e progresso. É o tempo no qual o homem se prepara para romper a "fronteira" do século, através da ciência, do urbanismo e das artes. É o tempo dos planos de reforma urbana e de construção de cidades ideais. (BARROS, 2005, p. 18 – aspas do autor)



Figura 5 – Planta Cadastral do extinto Curral del Rei, comparada com a planta da nova capital.
Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

A Planta Cadastral acima (FIG. 5) mostra uma sobreposição do tecido urbano planejado por Aarão Reis no final do século XIX, desenhada sob uma geometria ortogonal, comparado com o tecido do extinto Arraial de Belo Horizonte, o Curral del Rei, de traçado orgânico. Ao compará-los, é possível observar a distinção nos modos de ocupação. Enquanto o tecido urbano do século XIX, representado na figura, é constituído dos elementos físicos e do trajeto que as pessoas realizavam a pé, o

tecido proposto para a nova capital do Estado para o século XX é desenhado, nas pranchetas, com réguas e segundo a lógica automobilística, em que era preciso deixar espaço suficiente para a circulação dos veículos e a organização “lógica” do trânsito. Por outro lado, é possível observar que o centro do extinto Arraial é o mesmo local onde os engenheiros projetaram o centro da nova capital, o que pode estar associado aos atributos *socioambientais* existentes.

Importante observar, ainda, que desde os primeiros desenhos a cidade se constituiu sem considerar seus recursos hídricos, ou seja, sua hidrografia não foi considerada e não influi no novo traçado. Em resumo, o plano original da cidade de Belo Horizonte pouco considerou as pessoas, o ambiente, a história, a cultura e a geografia locais⁹.

Poucos anos depois da inauguração oficial da capital, foi criada, em 1899, a Colônia Afonso Pena com o objetivo de abastecer de alimentos a cidade, onde atualmente se localizam os bairros Belvedere, Cidade Jardim, Coração de Jesus, Vila Paris, São Bento, Santa Lúcia e o Morro do Papagaio (ARREGUY; RIBEIRO, 2008). Enquanto para esses autores, além do bairro Coração de Jesus (numa perspectiva que parte do centro) era só mato e a favela começava a se formar na década de 1950, os moradores do Morro contam que a construção de moradias começou na década de 1920 (CRUZ, 2009), na parte de cima da área atual do Morro. A história local – aproximadamente 90 anos na perspectiva dos moradores e 60 na perspectiva externa – indica a consolidação da ocupação perante a cidade, que tem somente um pouco mais de 110 anos. O contraste entre os bairros e o Morro é, portanto, histórico, “cenário onde a desigualdade econômica ‘grita’ às portas do Morro”. (GOMES, 2011, p. 31)

A ocupação, tanto dos bairros quanto do Morro, ocorreu concomitantemente. Enquanto famílias das classes média e alta se mudavam para a região, processo que foi acelerado pela construção da Avenida Prudente de Moraes como resultado da

⁹ Ao caminhar atualmente pela Avenida Prudente de Moraes, principal via de acesso à região do Santa Lúcia, ainda é possível perceber as curvas que o Córrego do Leitão realiza por debaixo do asfalto – área de inundação histórica onde, apesar da densidade de pessoas e coisas, muitos edifícios altos têm sido construídos.

canalização do Córrego do Leitão no final da década de 1960, famílias moradoras do Morro já haviam sido removidas desde 1957, e no mesmo ano foi construída uma sede para abrigar a “Organização Associativa da Comunidade” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 1957).

Emblemática situação é representada pela atual condição contrastante entre dois imóveis, ambos construídos antes da implantação da nova capital, no século XIX. Enquanto a antiga sede da fazenda do extinto Curral del Rei, localizada no nobre bairro Cidade Jardim, abriga o Museu Histórico Abílio Barreto, a Casa da Fazendinha (antiga sede da fazenda do Cercadinho), localizada no Morro, está em estado de conservação muito ruim, quase caiu com as chuvas de 2005 e é habitada por uma família há mais de 40 anos, apesar de já ter sido tombada pelo Patrimônio Histórico de Belo Horizonte em 1992 (CRUZ, 2009).

Capítulo 1

O MORRO DO PAPAGAIO

A formação de favelas em Belo Horizonte está associada a uma decisão política fundante de que não haveria espaço para a moradia dos pobres na cidade. A estes era reservado o lugar do trabalhador braçal mal remunerado e, por isso deveriam ser removidos para longe do centro (GOMES, 2011a). Mesmo assim, os pobres encontravam formas próprias de habitar porções centrais da cidade:

Em 1930, muitas famílias se mudaram para o morro depois de serem removidas do Vale do Córrego do Leitão. Foram feitas remoções para a urbanização do córrego, que deu lugar à Avenida Prudente de Moraes... Embora nas décadas anteriores existissem poucas casas na região, foi em 1960 que a ocupação se intensificou, segundo informações da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) (CRUZ, 2009, p. 23).

Segundo Cruz (2009, p. 24), a urbanização do Morro do Papagaio teve início na década de 1970 e a área do assentamento era maior do que é atualmente, “devido ao processo de urbanização e à expansão dos bairros nobres”.

Nos diversos relatórios anuais oficiais da Prefeitura, o Morro do Papagaio é mencionado em ações de remoção de famílias moradoras, o que demonstra a não aceitação dessa presença na cidade. Somente em 1985 uma melhoria para os moradores é citada nestes documentos: a chegada do programa *Com-luz*, que abasteceria algumas ruas do Morro com energia elétrica (FIG. 6), já como resultado do primeiro programa de urbanização de favelas do município, denominado – Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA). Esse programa foi criado em 1983, com o objetivo de “urbanizar e legalizar juridicamente as favelas por meio do título de propriedade” e “atribuiu uma identidade geográfica a essas regiões, que sequer eram identificadas no mapa oficial da cidade” (GOMES, 2011, p. 50). A constituição do Morro do Papagaio e sua aceitação como parte da cidade foram marcadas pela luta de seus moradores:



Figura 6 - Planta do Morro do Papagaio. Interessante notar a denominação do Morro do Papagaio como Santa Lúcia, o que revela o uso do termo tanto para o bairro como para a favela.
 Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte / Relatório do Prefeito, 1985.

A capacidade de uma vila se mobilizar pelos seus direitos era o que garantia, por parte do poder público, a percepção de sua existência... A conquista de equipamentos públicos representa, no universo de reivindicações dessas comunidades, a aquisição do título de cidadão. O pertencimento à Cidade envolve, desse modo, o morar e usufruir de serviços e direitos outrora disponíveis apenas ao morador da cidade formal (GOMES, 2011, p. 85).

Cabe lembrar que, ao lado das dificuldades financeiras e de condições dignas de moradia, os moradores do Morro esbarravam com as barreiras que o Regime Militar (1964-1985) impôs à participação social no Brasil.

No caso específico de Belo Horizonte, a congregação dos moradores de vilas e favelas em movimentos sociais, no final dos anos setenta, está associada a dois elementos que operaram conjuntamente: de um lado, as fortes chuvas dos anos 1978 e 1979, que deixaram um número significativo de desabrigados, constituído principalmente por famílias que viviam em áreas ocupadas ao longo de córregos e linhas de drenagem, e, do outro, ao aumento do número de remoções forçadas, executadas pela Prefeitura através da Coordenação de Habitação de Interesse Social – Chisbel (CONTI, 2004, p. 190).

Até então as favelas não existiam nos mapas, pois a maioria constava na legislação como “área de preservação permanente da cobertura vegetal” (CONTI, 2004, p. 195). Somente com uma mudança na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1976), 120 favelas da cidade, incluindo o Morro do Papagaio, passam a ser consideradas Setor Especial 4 (SE – 4), figura criada com base no conceito previsto pela Lei Federal 6.766, de 1979 (BRASIL, 1979), de “urbanização específica de interesse social” (CONTI, 2004, p. 195).

A abertura política em meados da década de 1980 e a vitória nas eleições municipais para o executivo da coalizão BH-Frente Popular, em 1993, estabeleceram a habitação como prioridade (CONTI, 2004). A gestão municipal nessa década foi marcada pela adoção do instrumento denominado “Orçamento Participativo” (OP), que, a partir da votação direta dos habitantes sobre a destinação dos recursos, definia as prioridades para o investimento em obras de intervenções nos espaços. Diversas obras foram realizadas no Morro do Papagaio nesse contexto (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2003). Apesar de o instrumento ter tido papel fundamental para a

construção de uma cultura de participação na cidade e para a fundação do associativismo de bairro, para GOMES (2011, p. 86-87), no caso do Morro do Papagaio, teve efeito de esvaziamento dos objetivos das associações de bairro e de deslocamento da função coletiva das lideranças:

A institucionalização de ferramentas de participação política, como o OP, passaram a exercer o papel fundador do associativismo de bairro enquanto mediador entre o morador e a Prefeitura. Essa característica contribuiu a um esvaziamento dos objetivos das associações, na medida em que passaram a definir a sua atuação em função de solicitações da Prefeitura, agindo terminantemente como um órgão submisso ao poder público.

As associações de bairro constituíram a maior alternativa encontrada para mobilizar a comunidade a lutar pela aquisição de direitos sociais, entendidos no direito básico à moradia e aquisição de equipamentos públicos. Apesar de inibir os Movimentos Sociais, a repressão do Regime Militar não conseguiu frear o ímpeto de mudanças que urgia dos mais variados segmentos da população brasileira, sobretudo os menos favorecidos. Além da repressão, a cooptação política representou um dos maiores desafios a esses movimentos populares, que se depararam com lideranças subornadas por vantagens pessoais ou mesmo associações amarradas ao clientelismo eleitoral de políticos ou partidos.

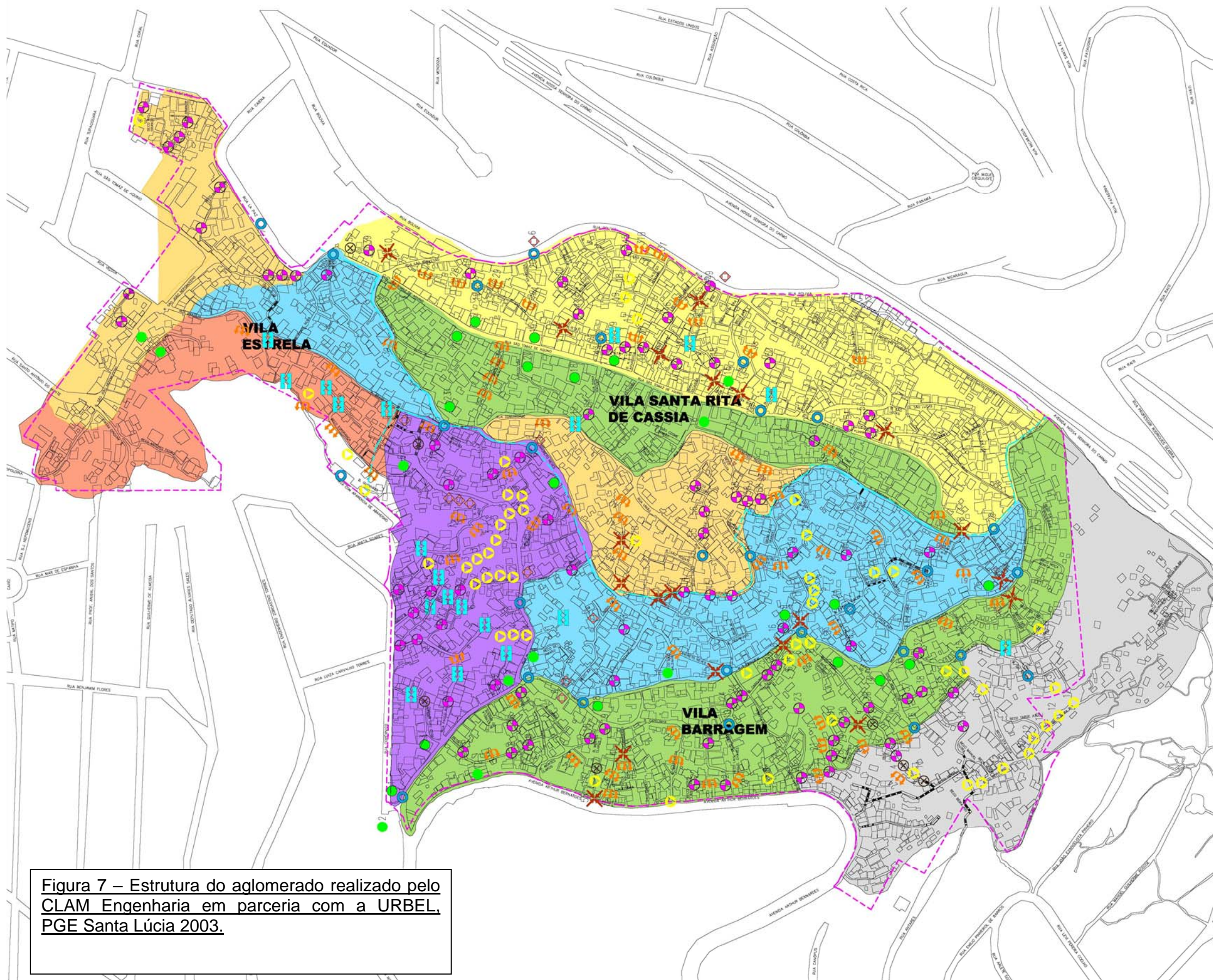
Segundo Conti (2004, p. 197), já na década de 1990 existiam em Belo Horizonte “160 favelas e 21 conjuntos habitacionais, os quais, somados, abrigavam mais de 450 mil pessoas, ou seja 20% da população da capital”. Naquele momento, foi criado o Sistema Municipal de Habitação (SMH), uma resposta à demanda dos movimentos sociais em âmbito nacional por uma participação mais local nas políticas de habitação e deveria preencher “o vazio deixado pela falta de uma política habitacional nacional” (CONTI, 2004, p. 202).

A falta de continuidade nas intervenções geradas pelos OPs e por outras fontes de financiamento, aliada à necessidade de intervir de modo mais abrangente e estrutural nas áreas das favelas, gerou a necessidade de o Poder Público municipal elaborar novos instrumentos de planejamento, que,

dentro da filosofia da intervenção estrutural e após um amplo diagnóstico integrado da realidade do assentamento, priorizavam as intervenções de maneira que pudessem ser implementadas à medida que chegassem os financiamentos... É dessa época a adoção do termo Plano Global Específico – PGE, utilizado pelos técnicos da URBEL (CONTI, 2004, p. 206).

Os PGEs seriam feitos com base em um grande diagnóstico amostral que caracterizaria as comunidades tanto do ponto de vista socioeconômico e organizativo quanto da situação urbanística e domiciliar (dados da edificação, ocupação, infraestrutura, serviços urbanos e equipamentos, principais problemas, etc.). (CONTI, 2004)

O PGE Aglomerado Santa Lúcia foi realizado entre 1999 e 2003, e atualmente serve de base para a elaboração do projeto executivo para o programa *Vila Viva*, que, apesar da resistência dos moradores, prossegue a ritmo acelerado em suas intenções de intervir de forma estruturante no Morro do Papagaio (FIG. 7).



REFERÊNCIAS:



LOCALIZAÇÃO
Município de Belo Horizonte
Regionais Administrativas
Escala 1/350.000

CONVENÇÕES:

LEGENDA:

- Obstruções e Barreiras
- Estrangulamento
- Descontinuidade
- Ponto de encontro
- Insalubridade
- Espaços livres para reassentamento
- Visadas importantes / significativas
- Micro intervenções
- Equipamento / serviços

IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS / SERVIÇOS

- 1 - Assoc.Comunitária Vila Barragem
- 2 - Escola Estadual Dona Augusta
- 3 - Creche Madre Garcia
- 4 - Assembléia de Deus
- 5 - Igreja Petencostal Deus é Amor
- 6 - Creche Esc. Nascer da Esperança
- 7 - Igreja petencostal Deus é Amor
- 8 - Igreja Nossa Senhora do Morro
- 9 - Ig. Assembléia Atos dos Apóstolos
- 10 - Igreja
- 11 - Centro Catequético
- 12 - Ig. Verdadeiro Amor/Rádio União/ Raízes Capoeira
- 13 - Igreja Universal do Reino de Deus
- 14 - Igreja Atos
- 15 - Ig. Comunid. Quadrangular Templo da Fé
- 16 - Esc.Estadual José Carlos Guarná Menezes
- 17 - Ig. Petencostal Deus é Amor
- 18 - Igreja Católica
- 19 - Posto Atendimento da Copasa
- 20 - Igreja Assembléia
- 21 - Igreja Católica
- 22 - Associação Comunitária
- 23 - Escola Santa Paula
- 24 - Creche Grupo Amigo criança
- 25 - Ig. Adventista do Sétimo Dia

BASE CARTOGRÁFICA:

- Edificações
- Sistema Viário
- ZEIS
- Limite Interno das Vilas

URBEL **COMPANHIA URBANIZADORA DE BELO HORIZONTE** **CLAM ENGENHARIA MEIO AMBIENTE**
DIRETOR PRESIDENTE: JOSE FLÁVIO GOMES

AGLOMERADO SANTA LÚCIA

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO	COORDENAÇÃO TÉCNICA
ARG. MARIA CRISTINA MAGALHÃES	ARG. FRANCYS BRANDENBERGER

LEVANTAMENTO DE DADOS
PLANO GLOBAL ESPECÍFICO

MAPA DE ESTRUTURA DO ASSENTAMENTO

R.T.	REGIONAL	FOLHA
ANDRÉ CALSAVARA DE SENNA HORTA - CREA 56.004/D	CENTRO-SUL	02
COORD.	ESCALA	DATA
JOSÉ CLAUDIO NOGUEIRA VIEIRA - CREA 65.970/D	1/2000	MAIO/2000

Figura 7 – Estrutura do aglomerado realizado pelo CLAM Engenharia em parceria com a URBEL, PGE Santa Lúcia 2003.

Capítulo 2

BAIRROS SÃO BENTO E SANTA LÚCIA

O bairro Santa Lúcia teve seu primeiro loteamento aprovado pela Prefeitura em 1928 e, ao contrário do bairro São Bento, sua ocupação também se iniciou pela parte mais alta (BAIRROS..., 2011). A falta de transporte público impediu que o bairro se desenvolvesse, pois somente em 1940 o bonde chegou à região (ARREGUY; RIBEIRO, 2008).

Em 1948, o local manteve as características rurais e assim foi vendido à empresa Bairro Santa Lúcia Ltda... Em 1952, 90% deles (os lotes) já estavam vendidos, mas a ocupação era quase zero (BAIRROS..., 2011, p. 11).

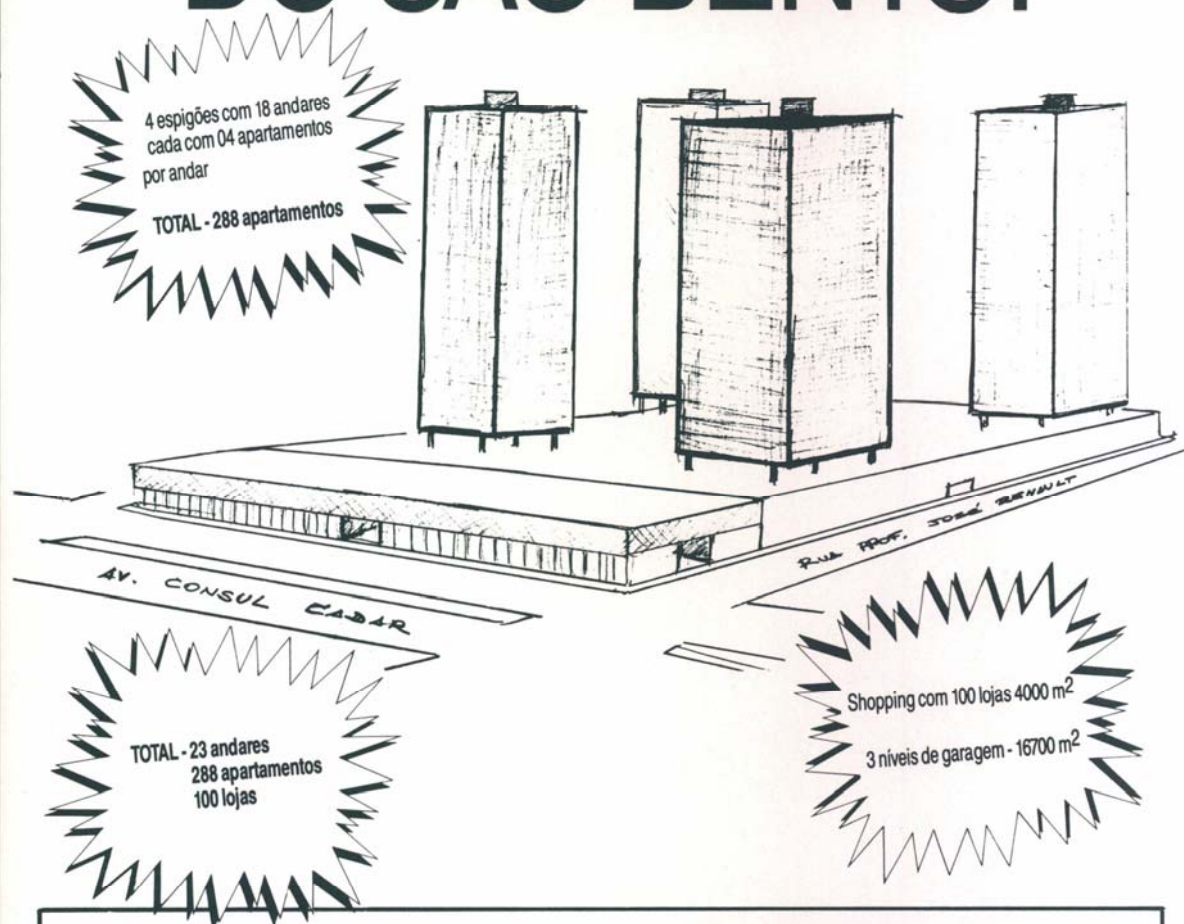
Se até a década de 1990 eram construídos no bairro, principalmente, casas e edifícios residenciais até dez andares, a verticalização do bairro Santa Lúcia se acentuou nos últimos anos, como resultado da mudança na Lei n. 7.166/96 (Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo – LPOUS), modificada pela Lei n. 8.137/2000 (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2000a); do estoque ainda existente de lotes vagos (consequência de sua topografia muito acidentada, que privilegiou a ocupação de outras áreas da Centro-Sul); e ainda pelo “efeito Belvedere”, processo de verticalização e valorização dos imóveis no bairro vizinho ocorrido nas últimas décadas.

O bairro São Bento teve sua origem em um desdobramento do Santa Lúcia, adquirida pela empresa Pampulha, de propriedade da família Simão, em 1963. Segundo a *Revista Encontro* (2011, p. 12), as viagens do proprietário inspiraram sua proposta de criar um bairro com ruas e avenidas largas e lotes maiores, de no mínimo 450 m². Os nomes atribuídos aos diversos elementos dos bairros é um capítulo à parte nesta história e revela alguns dos aspectos peculiares do seu processo de urbanização. A origem do nome do bairro São Bento é associada tanto ao sobrenome das famílias de empreendedores quanto ao mosteiro de monjas Beneditinas, existente na região. Wady Simão, um dos proprietários da empresa, colocou o nome de Bento Simão, nome de seu pai, numa das principais avenidas

locais, onde é hoje um local de encontro e de atividades físicas. Interessante perceber uma relação da construção do bairro com a imigração oriunda do Oriente Médio. A mais movimentada avenida do bairro recebeu o nome do cônsul e imigrante sírio, Antonio Cadar. Além disso, os nomes das Praças República do Líbano, Carmo Couri e do Parque Jornalista Eduardo Couri (nome oficial dado ao Parque da Barragem Santa Lúcia), sobrenomes conhecidos na cidade, explicitam a relação deste local com a região distante. No entanto, as denominações oficiais muitas vezes não são as usadas pelos habitantes e em alguns casos parecem expressar certa ironia, o que será tratado oportunamente neste texto.

O processo de verticalização dos bairros não ocorre sem conflitos. Os temas da verticalização e instalação de comércio no bairro São Bento ainda é um “tabu” (BAIRROS..., 2011, p. 13), pois foi motivo de conflito e de mobilização de seus moradores. Se para o engenheiro-chefe das obras de instalação do bairro desde o início do loteamento havia previsão de instalação de comércio onde hoje é o Center São Bento, pequeno centro comercial local, moradores contestam dizendo que “toda a área era destinada apenas à construção de casas e que a prefeitura, num arranjo ‘mal ajambrado’, autorizou a construção do shopping e de dois edifícios altos no local onde deveria ser construído um clube e a igreja...” (BAIRROS..., 2011, p. 13). O abaixo-assinado dos moradores e o *folder* distribuído pela Associação de Moradores do Bairro São Bento em 1991 (FIG. 8) expressam a luta contra a verticalização e contra a instalação do comércio no local. Como resultado desse movimento, no Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei n. 7165/96), que criou a figura da Área de Diretrizes Especiais (ADE) e a LPOUS, modificada pela Lei n. 8.137/2000, que indicou as regras para sua aplicação, definiu parte do bairro como ADE São Bento, onde seriam permitidos apenas usos residenciais unifamiliares.

O AMANHÃ NEGRO DO SÃO BENTO!



Refleta sobre as consequências que advirão para você e sua família. Pense no trânsito, na rede de esgoto, na rede de água, na rede elétrica, na rede telefônica, no sossego, no barulho, pense!

Já pensou?

Depois de pronto, não adianta chorar!

Ainda há tempo de se evitar a desgraça.

Não seja omissos. Participe!

A comunidade do São Bento, Santa Lúcia e Adjacências, está exercitando sua cidadania e lutando contra esta traiçoeira agressão.

Não espere que (sozinhos) façamos a sua parte.

Estamos diante de uma arrancada definitiva.

Estamos convocando para mais uma reunião da comunidade, quando medidas decisivas serão tomadas, nesta próxima 2.ª feira, dia 08.04.91, às 20:30 horas na Quadra de Peteca do Henrique Bertolino, à Rua Rosarilha Simões Baeta, n.º 125.

Não seja um pessimista.

Acredite!

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DOS
BAIRROS SÃO BENTO, SANTA LÚCIA E ADJACÊNCIAS**

Figura 8 - Protesto contra construção das 'torres' (folder).

Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte / Relatório do Prefeito, 1991.

O edifício Zodíaco é um exemplo emblemático da verticalização recente no bairro Santa Lúcia e, de forma mais ampla, do modelo de “desenvolvimento” adotado na cidade. Tido como “o chique do Santa Lúcia” (BAIRROS..., 2011), seus 22 andares de apartamentos de aproximadamente 400 m², implantados numa rua muito íngreme, são interligados por um elevador especial para carros. Segundo relato de um dos seus construtores, “a construção deste prédio trouxe mais desenvolvimento para a região, tanto que, na época da edificação, terminamos de pavimentar a rua Zodíaco, onde ele está situado” (BAIRROS..., 2011, p. 7). Verticalização, pavimentação e vida “automobilizada” foram, portanto, alguns dos símbolos de desenvolvimento adotados.

A imagem publicada na Revista (FIG. 9) apresenta a Barragem Santa Lúcia e os bairros. Entretanto, o ângulo escolhido para a fotografia exclui o Morro do Papagaio, o que revela a percepção segregada da cidade.

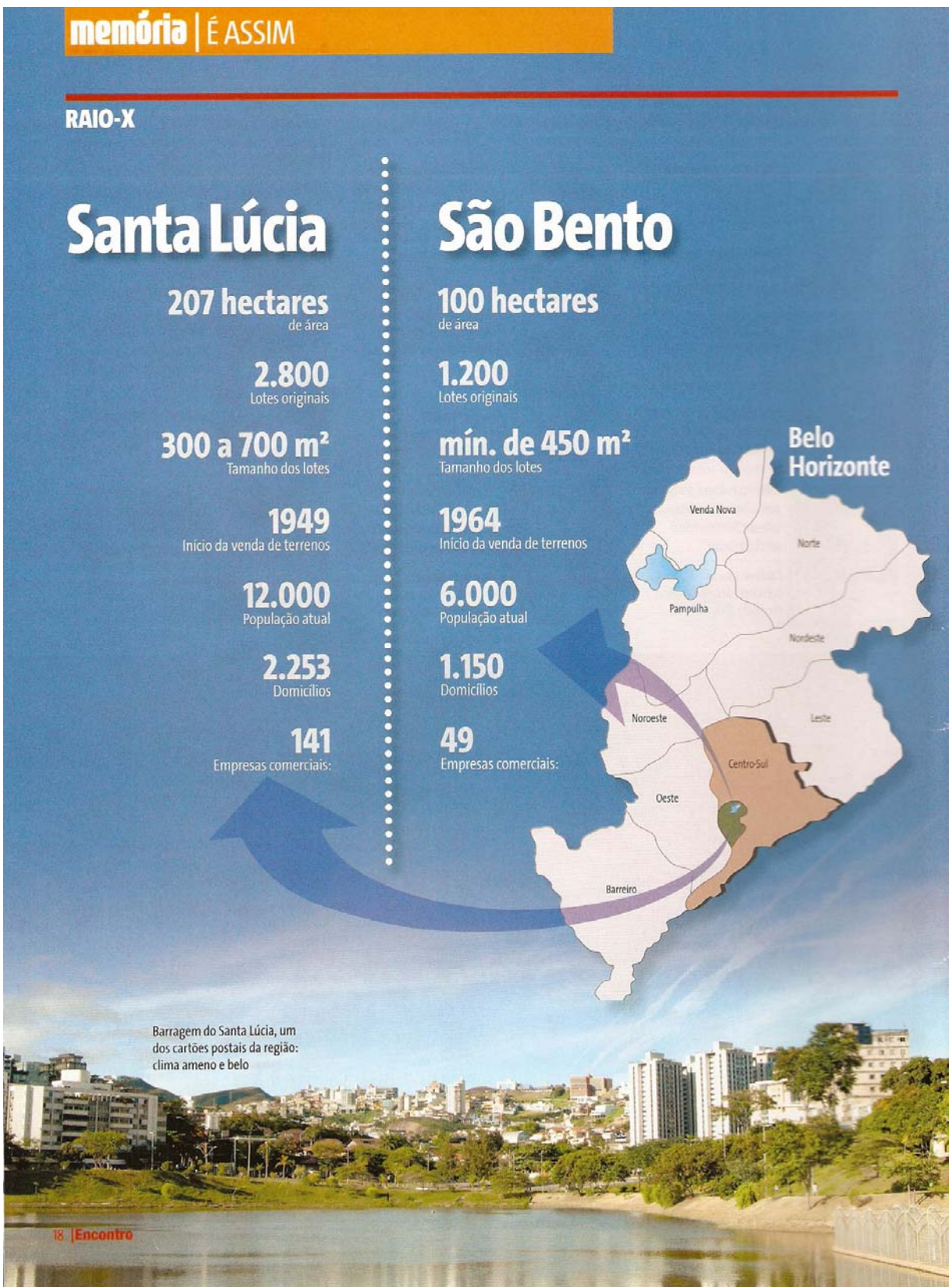


Figura 9 – Imagem publicada na *Revista Encontro*, 2011.

Capítulo 3

BARRAGEM SANTA LÚCIA

A construção da Barragem Santa Lúcia é parte do processo de canalização do Córrego do Leitão, iniciado na década de 1920, nos perímetros da Avenida do Contorno, o que contribuiu para a expansão do bairro Barro Preto. Na década seguinte, a remoção da favela da Barroca e a canalização de mais um trecho do Córrego possibilitou a ocupação do bairro de Lourdes, a construção da Praça Raul Soares e, posteriormente, a finalização da urbanização da área central:

A canalização do Leitão, nessa época, não prosseguia além da avenida do Contorno. Pode-se dizer que a divisão das quadras próximas à avenida do Contorno, já indicada no mapa de 1942, com a abertura da Rua Marília de Dirceu, não prevista no plano original da cidade, para melhor adaptação à topografia do córrego, corresponde, de maneira bastante simplificada, à aspiração de Saturnino de Brito de adequação do traçado geométrico às exigências da hidrografia. Mais tarde, a avenida Prudente de Moraes seguiria o curso do córrego, mas destruiria qualquer memória possível de sua paisagem (BAPTISTA, 2000, p. 98).

Os problemas gerados pelas enchentes na década de 1950 motivaram um convênio da Prefeitura com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, do Ministério da Viação e Obras Públicas, que iniciaram o processo de construção da Barragem Santa Lúcia (SANEAMENTO... 1997 *apud* BAPTISTA, 2000, p. 97), que se estendeu até a década de 1960:

A construção da barragem permitiria, segundo relatório do prefeito, a 'canalização do córrego do Leitão a montante da avenida do Contorno' e a abertura e pavimentação da Avenida Prudente de Moraes, 'que constituirá a sempre reclamada via de acesso aos três grandes bairros, Cidade Jardim, Coração de Jesus e Santa Lúcia'.

A construção da barragem não resolveu o problema das enchentes, pois as obras de terraplenagem e urbanização dos bairros Santa Lúcia e São Bento e o adensamento da favela assoreavam o seu lago de contenção. No final da década de 1970, as enchentes do ribeirão Arrudas resultaram numa série de obras de drenagem urbana e os canais abertos foram fechados. A partir daí, perdeu-se ainda mais a noção da geografia local.

Em 1990, o Parque do Santa Lúcia, definido pela área compreendida pela Avenida Arthur Bernardes, Rua "A", Barragem Santa Lúcia e Rua Miguel Jeha, no bairro Santa Lúcia, foi objeto de decreto da Prefeitura, que transformou a área desse lago em área "para fins ecológicos e equipamentos de lazer" (BAPTISTA, 2000, p. 112).

O Parque

O projeto arquitetônico do Parque sofreu diversas alterações durante o processo de construção, e seus projetistas mudavam em cada uma das etapas. Cronologicamente, participaram a arquiteta Marieta Cardoso Maciel, Dam Engenharia e, na última etapa, os arquitetos Gina Rende, Verônica Matta Machado, Liana Valle, Gilson Moreira Neves, Luciana Bragança e Margarete Araújo (BAPTISTA, 2000). Quando o último grupo de projetistas passou a acompanhar as obras, concluiu que o projeto refletia o desejo dos moradores dos bairros no sentido da segregação:

Inexistência de bancos e arborização inadequada e pela falta de integração entre as praças projetadas, o que se supunha atender às reivindicações dos moradores dos bairros vizinhos de que o Parque não atraísse os moradores da favela: *que não tivesse banco que assim o pessoal não vinha sentar do lado de cá, nem árvores ou recantos que pudessem abrigar marginais* (BAPTISTA, 2000, p. 114).

Segundo a autora, "a solução parecia ser um projeto mais interativo com a população do Aglomerado, melhor articulado com seu entorno" (BAPTISTA, 2000, p. 114). De acordo com uma das arquitetas entrevistadas, em dois dias e à véspera do Natal, a equipe propôs uma setorização constituída de um "espaço aberto, integrado, o mais limpo possível, que nada tivesse que desse medo na sua utilização" (BAPTISTA, 2000, p. 114).

O mais interessante aqui é que as arquitetas imaginaram o projeto baseado na percepção da importância de se criar um espaço de intermediação e de contato entre os bairros e o Aglomerado, uma decisão profissional e ideológica, não baseada em pesquisas específicas com a população, mas na percepção da realidade e em uma proposta política sintonizada com a proposta da administração municipal da época, conforme as entrevistas das arquitetas Gina Rende e Márcia Mourão apontam... O objetivo do projeto de

reordenação foi criar um grande espaço de integração das populações diferenciadas que vivem ao seu redor, reunindo as possibilidades de uma grande área de lazer, articuladora da microrregião, aliada à solução técnica de amortecer as águas das grandes chuvas (BAPTISTA, 2000, p. 114).

Como resultado do momento político de produção do espaço, foram construídas

praças de descanso com bancos e sombra, praças de ginástica com equipamentos, a pista de *cooper*, uma ciclovia e a Praça de Esportes, que abriga dois campos de futebol, quadra poliesportiva, arquibancadas e vestiário... Os nomes dados aos lugares e recantos refletem a proposta paisagística: Praça do Encontro, Mirante, Esplanada, Praça da Sombra, Praça do Sossego, Praça das Crianças e Praça de Esportes (BAPTISTA, 2000, p. 115).

A água foi o elemento articulador conceitual da proposta, representado pela “pequena cascata que abastece o lago” (BAPTISTA, 2000, p. 117). A inclusão de *playground* reforça o caráter democrático da proposta:

A escolha do lugar, próximo ao campo de futebol, buscava atender principalmente às crianças do aglomerado, possibilitando, ainda, a troca: *Os equipamentos seriam do 'lado de lá', pois quem precisa é quem não tem. É bom que a classe média conviva com outra realidade que não seja a dela.* A quadra poliesportiva procurava criar alternativas de lazer para as meninas, cujo acesso ao futebol ainda é restrito (BAPTISTA, 2000, p. 117, grifos da autora [referente à fala de uma das arquitetas]).

Entretanto, a solicitação feita por moradores dos bairros para que a ciclovia não *passasse em frente à favela* não foi revertida e como resultado não contorna toda a represa.

O Parque foi inaugurado em 1996, e no ano seguinte a Câmara Municipal aprovou a proposta do Prefeito para sua denominação: “Parque Jornalista Eduardo Couri” (BAPTISTA, 2000). Ironicamente, esse jornalista foi o responsável por coluna “social” que cobria eventos e festas frequentados pelos chamados *socialites* mineiros, grupo formado por pessoas da elite, em um dos jornais mais lidos do Estado, o Jornal Estado de Minas. Se por um lado a escolha desse nome poderia ser o resultado da

presença de imigrantes do Oriente Médio nos bairros, pode expressar a apropriação do espaço por esse grupo social, uma demarcação territorial.

A análise da concepção do Parque realizada por Baptista (2000) apresenta as intenções democráticas que permearam o projeto, por meio de uma proposta “popular” e explicita ao leitor o papel do arquiteto como mediador dentre diversos agentes condicionantes: moradores dos bairros, moradores do Morro, Prefeitura, falta de tempo e de dinheiro, hidrografia, topografia, entre outros.

Apesar de suas boas intenções, ainda assim o espaço concebido e/ou o resultado das alterações em seu projeto materializa(m) (além do exemplo da ciclovia citado pela autora) e expressa(m) a segregação.

Mais dois desses exemplos podem ser citados: o primeiro diz respeito à localização das quadras em sua planta arquitetônica, próximas ao Morro (FIG. 10). Aliado às suas dimensões e à necessidade de instalar alambrados altos para conter o movimento da bola, acabou por se constituir uma barreira física entre o Morro e os bairros. Soma-se a isso o fato de não apresentarem espaço ao seu redor pelo lado dos bairros, terem sido implantadas em nível topográfico superior ao restante do Parque e por terem sido definidos locais de acesso apenas pelo lado do Morro, o que revela sem dúvida a que público essas quadras foram destinadas. No lugar de oportunizá-las como um lugar de encontro, onde o esporte o potencializaria e poderia assumir papel como mediador, optou-se pela segregação. Ao observar os usos dessas quadras foi possível concluir que foram apropriadas pelos moradores segundo essa lógica, aspectos que serão tratados neste texto.

Outro exemplo seria o lugar da criança (e da mulher) no projeto. A Praça das Crianças foi instalada de forma a atender apenas aos moradores do Morro, neste caso segundo a autora, a partir de uma lógica compensatória. O local escolhido, além de próximo ao Morro, fica entre o Morro, o bairro e exatamente ao lado do Batalhão de Polícia. Ao observar seus usos concluí que, para além de um local destinado às crianças e suas brincadeiras, constituía-se como “posto avançado” da

fronteira que o Parque constitui, onde a violência estava muito presente, aspectos que também serão tratados no decorrer deste texto.

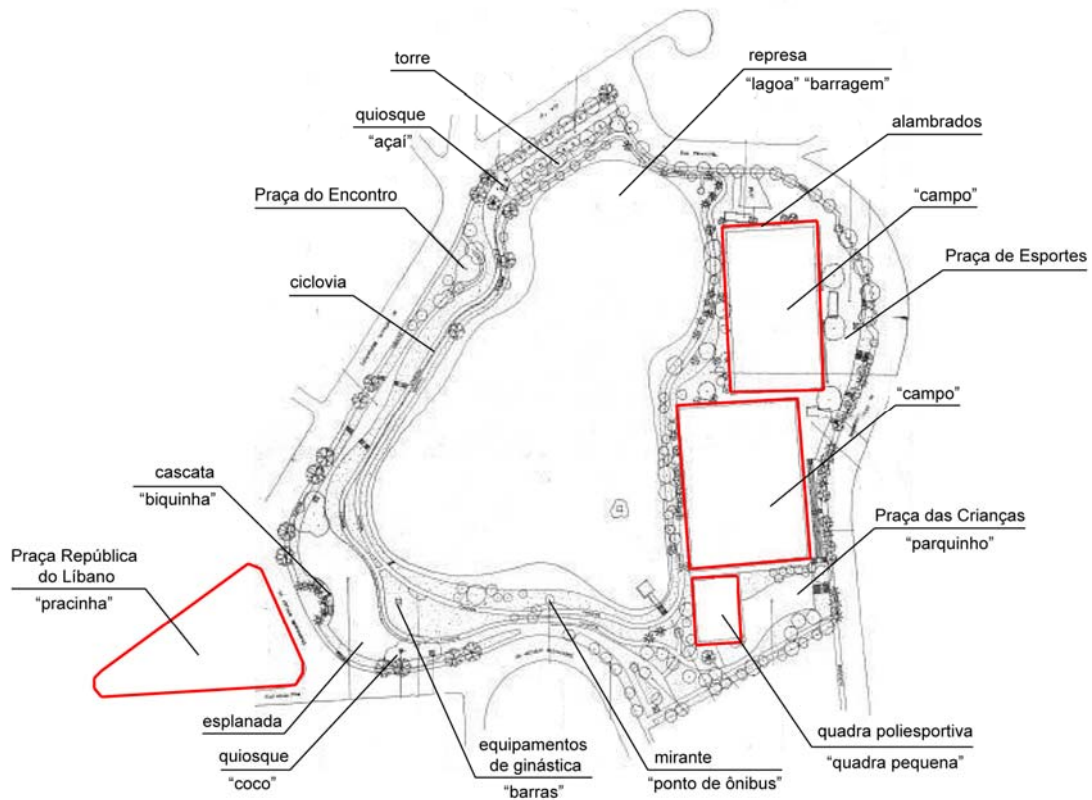


Figura 10 - Intervenção do autor sobre croquis de implantação do projeto, realizado pela arquiteta Liana Valle (BAPTISTA, 2000). Nesta imagem a denominação dos espaços no projeto arquitetônico é contrastada com os termos usados pelos sujeitos no local (entre aspas). Tanto a Praça República do Líbano quanto as alambrados dos campos de futebol – barreiras físicas entre os bairros e o Morro - foram desenhados em vermelho pelo autor com a colaboração de João Paulo Fontoura de Souza.

Parte II

POR UMA ETNO-GRAFIA ESPACIALIZADA

Passo, então, a descrever os aspectos teórico-metodológicos adotados na investigação. A metodologia apresentada a seguir foi desenvolvida no campo, com base nos dados coletados, no exercício de registro, organização e espacialização das informações simultaneamente à leitura de textos e participação em eventos acadêmicos que foram, aos poucos, auxiliando-me nas definições das categorias de análise. Ou seja, o objetivo com a organização da escrita desta forma foi apresentar o estudo com clareza ao leitor, não que a investigação tenha sido realizada nesta ordem ou que as categorias tenham sido definidas *a priori*, fora do campo.

Capítulo 4

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A PESQUISA DE CAMPO

A experiência etnográfica – ao se caracterizar pela entrada no campo do pesquisador em interação direta com os sujeitos da pesquisa em busca da compreensão dos seus pontos de vista e de sua “cultura” – não se desenvolve sem contrastes, sem constrangimentos, próprios do encontro com o outro. A alteridade é, portanto, parte do método etnográfico.

Para Goldman (2008), a alteridade é questão central da antropologia, “princípio que orienta e inflete, mas também limita nossa prática”. Afirma o autor que a tarefa do antropólogo seria descobrir por que aquilo que os sujeitos fazem ou dizem parece-lhes “coerente, conveniente, razoável”, sempre interrogando “sobre até onde somos capazes de seguir o que elas dizem ou falam” e “até onde somos capazes de promover nossa própria transformação a partir dessas experiências”. Com base nas ideias de Castro (2002 *apud* GOLDMAN, 2008), o autor afirma que

em outros termos, o problema é até onde somos capazes de realmente escutar o que um “nativo” tem a dizer, de levá-lo a sério — o que não significa, evidentemente, nem concordar com ele, nem constatar que ele concorda conosco, nem, muito menos, forçá-lo a concordar conosco.

Augé (1999, p. 165) aponta para a possibilidade de uma pesquisa antropológica sem exotismo, tema recorrente na pesquisa antropológica quando anteriormente se falava da distância em outros termos:

A realidade exótica recorda para o observador aquela que lhe serve de referência (a dele). Aquela o faz lembrar o bastante para que se sinta tentado a falar dela nos termos que se aplica a esta. Fala-se então de etnocentrismo – etnocentrismo evidente, por exemplo, nos costumeiros redigidos pelos oficiais ou administradores coloniais franceses que tentavam exprimir nos termos do direito francês as modalidades da vida social e do intercâmbio econômico próprias das sociedades africanas de que estavam encarregados.

A discussão sobre a distância entre pesquisador-pesquisado e a contraposição entre o exótico e o familiar foram fundamentais para o desenvolvimento da antropologia

urbana no Brasil, especialmente na década de 1970. Velho (1978, p. 38) chama a atenção para a complexidade da categoria distância na pesquisa social. Afirma, por exemplo, que os autores marxistas, ao valorizarem a experiência comum de classe, acentuam o “caráter extra e supranacional da luta política” e deixam de enfatizar os “laços comuns, patrimônio cultural de que poderiam participar classes sociais distintas”. Ao relativizar a noção de distância, o autor aponta seu caráter fabricado e produzido historicamente.

A partir da década de 1980, a escrita etnográfica sofreu grande crítica de diversos autores [FISCHER (1983), CLIFFORD (1998), MARCUS (1994), RABINOW (2002)]. A questão de fundo que foi colocada era que toda a produção de conhecimento é política e que o relato etnográfico não poderia ser *a-histórico*, descolado do momento de produção dos dados e de suas condições. Com as ideias de Foucault e seu questionamento quanto ao uso de dispositivos panópticos como ferramentas de disputas pelo poder, passou-se a considerar que os modos de produção de dados antropológicos deveriam ser revelados. Nesse momento, Geertz (1978), um dos principais antropólogos desse tempo, foi alvo de críticas pelo seu desaparecimento de um de seus principais relatos etnográficos sobre a briga de galos. Como desdobramento desse processo, a antropologia contemporânea traz uma questão importante para a pesquisa científica: “Como proceder de modo a não reproduzir, no plano do conhecimento antropológico, as relações de dominação a que os grupos sociais que estudamos se acham submetidos?” (GOLDMAN, 2006, p. 169).

Numa pesquisa etnográfica, a entrada no campo – ou seja, encontrar um grupo social, ser recebido como pesquisador e ter acesso aos espaços-tempos em que a produção de dados seja possível – é uma das fases mais difíceis da pesquisa e que requer atenção especial do pesquisador. Evoco as questões relacionadas à distância, ao estranhamento e à alteridade neste estudo, já que o local desta pesquisa era de fato minha vizinhança, o que exigiu um esforço de reflexão e reposicionamento ao longo de todo o trabalho. Numa típica experiência de quem vive em uma grande metrópole, apesar de morar nesse bairro desde 2002 e frequentar a Barragem Santa Lúcia esporadicamente, eu era um desconhecido no lugar e o desconhecia. Ao

caminhar entre minha casa e o Parque, escolhia o caminho mais fácil, sempre o mesmo, não tinha entrado no Morro, evitava o contato com os desconhecidos e não havia me aproximado de seus habitantes, além daqueles que já conhecia de outras experiências. Quando comecei a fazer esta pesquisa, passei a explorar outros caminhos, outras ruas, tanto dos bairros quanto do Morro, procurei formas de interação e de construir, em movimento pelos espaços, a forma como a produção dos dados se desenvolveria.

A alteridade, no caso desta pesquisa, aconteceu em tríplice dimensão: entre o pesquisador adulto e o sujeito criança, entre o saber do pesquisador e o saber local e entre o pesquisador e parte do grupo dos sujeitos pesquisados, enquanto pertencentes a grupos *socioeconômico-culturais* distintos.

Para além da questão conceitual, os temas da alteridade e da autoria não se apresentaram apenas nas discussões da antropologia, mas se revelaram presentes de forma forte no campo, em contato com os sujeitos. As crianças do Morro me questionavam se eu era “rico”, onde morava, se era em apartamento, se tinha carro, etc. O fato de circular por ali os intrigava, pois, para eles, os “ricos” não ficavam no local e não conversavam com eles como eu fazia, atento a seus movimentos e falas. Além disso, “os ricos” ainda têm medo da favela e dos pobres, e esse sentimento permeia as relações entre estas crianças e os vizinhos dos bairros. Numa ocasião um menino, ao me apresentar para outro que não me conhecia, usou a expressão: *Ele não é rico, não* (DIÁRIO de campo, 23 abr. 2010). Como se dissesse: “Fica tranquilo, é nosso amigo”; ou seja, para ser amigo não poderia ser “rico”.

Em outra ocasião, quando contava a algumas crianças do Morro o que estava fazendo, que estava tentando conhecer a Barragem Santa Lúcia e que precisava que eles colaborassem comigo com desenhos, um menino (10 anos) morador do Morro me perguntou: *Mas, de quem vai ser a autoria?* Inicialmente, não acreditei que era sobre a autoria da pesquisa a que se referia, o que me levou a confirmar com ele: *“Como assim?”*, e o menino confirmou: queria saber quem seria o autor do trabalho final e parecia que isso interferiria no seu desenho (DIÁRIO de campo, 2 abr. 2011).

Por meio da questão colocada, o menino parecia demonstrar conhecimento sobre as discussões muito contemporâneas sobre direitos autorais de produtos culturais ou sobre a autoria de produtos científicos. Assumindo uma postura crítica, ao desenho que realizou nessa ocasião, o menino acrescentou um texto em que revelou aspectos críticos e propositivos para o local:

Eu acho que a Barragem Santa Lúcia é muito legal mais precisa melhorar, ampliar mais as ruas, tira alguns becos, limpa a água da barragem melhorar a segurança, colocar mais verde, colocar uma pista de bicicleta porque as pessoas que fazem caminhada reclamam, mais projetos. (Texto extraído do desenho do menino, realizado em abril de 2011, no Parque da Barragem Santa Lúcia).

Os temas da alteridade e da autoria se revelaram muito mais a partir da fala dessas crianças. Foram colocadas por elas próprias. Se para mim era muito forte o estranhamento, os sujeitos em campo me mostraram que a dimensão de alteridade não é somente um deslocamento conceitual, pois minha experiência em campo foi marcada pela capacidade ativa, até mesmo das crianças, de interagir comigo como pesquisador.

Um aspecto do texto do menino me chamou a atenção. Não somente esse menino, mas diversas outras crianças sugeriram limpar a água da Barragem. Enquanto alguns moradores pensavam em eliminar a “lagoa”, as crianças a apontavam como uma importante referência, que a conheciam e que a usavam de diversas formas, até mesmo para nadar, apesar de suja. Se inicialmente poderia parecer óbvio para um arquiteto urbanista que, querendo ou não, pensa nas potencialidades do espaço, nas possíveis intervenções, confesso que eu não havia pensado na possibilidade de limpá-la para que pudesse ser usada para natação.

Nos arredores da Barragem, o contraste social é facilmente perceptível, característica própria dos locais onde a favela faz fronteira com os bairros nas cidades brasileiras. Segundo Jacques (2002, p. 54), em seu estudo sobre a favela da Maré no Rio de Janeiro, enquanto “o tecido urbano da favela é maleável e flexível”, pois é o percurso realizado pelas pessoas que determina o caminho e que dá forma ao tecido, a planificação urbana tradicional “determina *a priori* o traçado”; portanto, “as ruas da

favela (e todos os espaços públicos) são determinados pelo uso”, o que dificilmente diríamos a respeito da cidade planejada.

Ao pesquisar o Parque da Barragem Santa Lúcia, Baptista (2000) concluiu que espaços públicos de lazer situados nas fronteiras urbanas podem constituir lugares de encontro, ao intermediar realidades sociais, econômicas e culturais distintas. A autora define assim o que considera fronteira em seu estudo:

O conceito de fronteira [...] contempla a questão dos limites entre territórios, vistos como domínio, de certa forma exclusivo, de um grupo social. Embora fique patente a assimetria dos grupos considerados, enquanto interlocutores políticos na determinação da qualidade de seus espaços, nem por isso o domínio de um deles sobre seu território é menor: as *incursões* de um deles no território do outro são precedidas de acordo ou sujeitas a restrições (a polícia observa a turma de adolescentes de baixa renda andando pelas ruas do Bairro São Bento, como os vigias da Favela Santa Lúcia observam quem vem *de fora*) (BAPTISTA, 2000, p. 89, grifos da autora).

Já neste estudo, a fronteira é caracterizada pela linha da desigualdade, visível mediante a observação das formas de morar, de usar os espaços públicos, das distintas maneiras como as pessoas buscavam recursos no local e da visível desigualdade de renda dos moradores, representados até mesmo nos mapas (FIG. 1 e 2). A fronteira apresenta-se visível apesar de muito porosa, onde os usos dos espaços pelos moradores dos bairros e do Morro se cruzam em ocasiões que foram exploradas nesta investigação.

Nesse local, apesar da copresença no espaço, as infâncias dos grupos sociais distintos são também vividas de maneiras muito diferentes, o que dá expressão a distintas infâncias, ou seja, distintos modos de viver esse período da vida. Não somente distintas, mas desiguais – *infâncias desiguais*. De um lado da fronteira, a favela onde moram os “pobres”, e do outro lado os bairros, onde moram os “ricos”. Na foto a seguir (FIG. 11) é possível observar, em primeiro plano, a guarita de segurança particular em uma rua do bairro São Bento; no segundo plano, construções residenciais no bairro Santa Lúcia; e ao fundo a densidade do Morro do Papagaio.



Figura 11 - foto realizada pelo autor.

Moro do lado dos “ricos”. No entanto, mesmo do lado de cá da fronteira, em local “familiar”, não poderia dizer que me identifico ou que o conheço. Retomando Velho (1980), parto da premissa de que o familiar não necessariamente é conhecido. Mesmo morando na vizinhança há mais de cinco anos e tendo nascido e crescido em Belo Horizonte, o desconhecimento e o estranhamento são muito presentes.

A entrada no campo me surpreende em diversas ocasiões e suscita uma série de constrangimentos. Em primeiro lugar, o fato de ser homem adulto pesquisando crianças no espaço público. A primeira associação possível, em que o papel da mídia é inegável, é relativa à violência contra crianças nesse contexto, em que o homem assume o papel de criminoso, especialmente em casos de sequestro, pedofilia, maus tratos, violência física e psicológica. Em segundo, diz respeito ao fato de o pesquisador ser homem de classe média pesquisando grupos populares, associando-se, nesse caso, ao lugar daquele suscetível a certos tipos de violência, ao rico, aquele que dá as coisas e, portanto, é para quem se pede, aquele que tem medo da favela e dos pobres, aquele que é assaltado, aquele que compra drogas e aquele que

mora num prédio. Por outro lado, fica claro que os moradores da favela se desdobram e muitas vezes não são capazes de obter as condições básicas de sobrevivência e qualidade de vida. O contato direto em campo *reacende o peso e a intensidade de tão profundas desigualdades* que se revelam realmente constrangedoras não apenas para o pesquisador, mas para qualquer país que se quer “desenvolvido”.

Estranho meus pares; e esse aspecto se tornou um dos mais fortes no campo. Algumas pessoas da classe média se revelaram muito mais estranhas do que eu me dava conta. Foi possível observar, no campo, uma série de atitudes extremamente violentas, expressas nas relações cotidianas, muitas vezes naturalizadas. Estranho observar ações no sentido do isolamento e segregação, em que a prepotência e o preconceito muitas vezes prevalecem. Estranho a violência, real e visível na presença maciça da polícia, de armas, relatos de balas perdidas, mortes e de casos reais de assaltos sofridos por pessoas próximas e por mim. Estranho a forma como criam estratégias para morar, usar e circular pelos espaços públicos da cidade, tais como, não utilizar o transporte e outros serviços públicos, virar “bicho” quando pegam no volante de um carro, circular muitas vezes desacompanhados em carros grandes de vidro escuro ou com carros que valem verdadeiras fortunas, de último tipo, importados, conversíveis e bastante sofisticados, blindá-los; colocar alarmes tanto nos carros como nas residências; contratar seguranças particulares, muitas vezes armados; fechar os vidros dos carros ao passar por regiões tidas como “perigosas”; sempre que parar no semáforo, ficar alerta e verificar tudo o que acontece ao redor, através dos espelhos do carro; não deixar objetos nos bancos dos carros e jogar lixo pela janela. Estranho, ainda, a prática de evitar estacionar nas ruas, mas quando isso acontecer, sair rapidamente do carro e se alguém pedir para “tomar conta”, se sentir ameaçado, dar dinheiro, outras coisas ou “ficar devendo”. Se pedestre, não andar com nada que possa chamar a atenção, tal como um celular, relógio, jóia, etc. Assumir *atitude blasé* (SIMMEL) e não se envolver com problemas de desconhecidos nas ruas.

Além disso, ao tratar da questão da produção do espaço urbano e das relações de poder, a violência não é menor. Basta citar como exemplo a fúria das incorporadoras imobiliárias e das construtoras pela busca de otimização do espaço urbano com vista a obter lucros financeiros, o que se observa na perda da qualidade de vida dos moradores de Belo Horizonte ao serem obrigados a enfrentar um trânsito cada vez mais congestionado; a carência de espaços abertos públicos e privados; inundações relacionadas à pouca permeabilidade do solo, etc. Importante lembrar que esse ramo de negócios, historicamente, está associado às elites econômicas e políticas e constitui um dos setores que mais investem em campanhas eleitorais e no financiamento de políticos lobistas.

Atualmente, a cidade passa por um processo complexo e violento nas relações de sua administração com os espaços públicos, resultando em uma série de conflitos com seus habitantes. Por um lado, a Prefeitura de Belo Horizonte tenta normatizar os usos de praças e parques para eventos públicos mediante cercamento, instalação de guaritas e controle da entrada e saída nesses locais, além da cobrança de taxas e aumento da burocracia municipal (FIG. 12).



Figura 12 - Praça de Belo Horizonte durante evento musical. Foto do autor.

Por outro, propõe a privatização de diversos espaços públicos por meio da venda de uma série de imóveis públicos, entre mercados, parques e partes de ruas. A principal justificativa da Prefeitura é a necessidade de se preparar para a Copa 2014 e a demanda da cidade por hotéis. Esse processo tem suscitado, por outro lado, um movimento de reação oriundo, principalmente, da classe média, mobilizado pelas mídias eletrônicas e pela a organização das redes¹⁰, e tem tido alguns resultados interessantes, tais como a suspensão (temporária?) do processo de demolição do Mercado Distrital do Cruzeiro, um dos mais tradicionais da cidade, que seria substituído por um *shopping center* e um hotel.

Uma vertente do conflito entre a atual administração municipal e os belo-horizontinos, especialmente os moradores do Aglomerado Santa Lúcia, diz respeito ao programa *Vila Viva*, considerado uma intervenção do tipo “urbanização de favelas”. Apesar de a participação popular ser considerada como direito no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), os moradores do Morro tiveram de entrar com ação no Ministério Público para garantir tal direito no processo de elaboração de projetos e execução da obra. A Prefeitura tem pressa em intervir.

Enfim, diante desse cenário em que questões já bem conhecidas do planejamento e da etnografia se associam a questões novas e desafiadoras na fronteira desses campos, cabe refletir, como arquiteto fazendo etnografia, que, apesar de não ser minha primeira experiência, considero estar aprendendo a fazer fazendo. Desse modo, reporto-me a análises que abordam a aprendizagem. Para Ingold e Lucas (2007, p. 288),

é errado pensar a aprendizagem como a *transmissão* de um corpo de informações prontas, antes de sua *aplicação* em contextos particulares da prática. Ao contrário, nós *aprendemos fazendo*, no curso da realização das tarefas da vida... Isto é o que Jean Lave (1990) quer dizer quando afirma que aprendizagem é uma questão de *compreender na prática*, não de adquirir cultura (grifos do autor, tradução nossa).

Nesse aspecto, o processo de aprendizagem da etnografia se aproxima do fazer arquitetônico, pois a cada projeto acumulam-se experiências, mas cada uma delas é distinta da outra. Seja pelas características locais, seja pelos usos propostos, pelos futuros usuários ou pelas inovações tecnológicas, a cada projeto aprendemos, e pode-se afirmar que a arquitetura é também algo que se aprende fazendo, tal como a etnografia.

A seguir, trato das teorias sobre o espaço público urbano e a atração, medo e violência que evocam, visto que esses temas caracterizam o local desta pesquisa. Logo em seguida, trato das teorias que relacionam os temas criança e cidade.

¹⁰ Alguns destes movimentos em Belo Horizonte: Praia da Estação, o Carnaval 2011, a Feliz Invasão do Mercado do Cruzeiro e, em São Paulo, o Churrascão da Gente Diferenciada.

Capítulo 5

O URBANO E O ESPAÇO PÚBLICO

Desde o início do século XX, o *estrangeiro* é uma das principais categorias associadas aos sujeitos nas análises sociológicas do espaço urbano, tratado inicialmente por Simmel (1908) e que introduz um dos fenômenos que caracterizam as grandes metrópoles contemporâneas: o medo e a violência.

Ao tratar do tema do conflito, Simmel (1908) estabelece um paradoxo: tanto o encontro como o conflito são formas de socialização, pois, toda interação entre os homens é uma socialização¹¹. Para o autor, um grupo absolutamente harmonioso é irreal. Assim como o universo precisa de “amor” e “ódio”, forças de atração e repulsão, uma sociedade precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia. A oposição é um elemento da própria relação. Não é só um meio de preservar a relação, mas uma das funções concretas que verdadeiramente a constituem. Onde as relações são puramente externas e ao mesmo tempo de pouca importância prática, essa porção pode ser satisfeita pelo conflito em sua forma latente, isto é, pela aversão e por sentimentos de mútua estranheza e repulsão, que, num contato mais íntimo, não importa quão ocasional, transforme-se imediatamente em ódio e lutas reais.

Sem tal aversão não poderíamos imaginar que forma poderia ter a vida urbana moderna, que coloca cada pessoa em contato com inumeráveis outras todos os dias. Toda a organização interna da interação urbana se baseia numa hierarquia extremamente complexa de simpatias, indiferenças e aversões, do tipo mais efêmero ao mais duradouro [...] A antipatia é a fase preliminar do antagonismo concreto, que engendra as distâncias e aversões, sem as quais não poderíamos, em absoluto, realizar a vida urbana (SIMMEL, 1955[1983], p. 128).

¹¹ Socialização ou “sociação” (tradução oriunda do inglês *sociation*, termo usado pelos simmelianos norte-americanos): forma pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. “Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teológicos, formam a base das sociedades humanas”. Sociabilidade: forma lúdica de sociação. Autorregulação do indivíduo em suas relações com os outros. Princípio: “cada indivíduo deveria oferecer o máximo de valores sociais (alegria, realce, vivacidade) compatível com o máximo de valores que recebe” “[...] esse caráter democrático só pode se realizar no interior de um dado estrato social: sociabilidade entre membros de classes sociais muito diferentes é amiúde inconsistente e dolorosa” (SIMMEL, 1955[1983], p. 169-172).

Simmel preocupou-se, primordialmente, com as reações do indivíduo diante do mundo urbano. Ao reconhecer as consequências das mudanças de contexto, o autor estabeleceu contraponto entre o tipo metropolitano e o morador de cidades menores. O foco de suas análises recaía sobre as relações que distanciavam ou aproximavam as pessoas e os grupos, não o espaço “geográfico”, geométrico.

Na metrópole moderna, passou a ocorrer a interação entre distintos atores sociais, ou seja, grupos distintos passaram a viver como vizinhos. Especialmente nos textos “A metrópole e a vida mental” (1902) e “O estrangeiro” (1908), Simmel discorre sobre os sentimentos dicotômicos provocados pela metrópole no indivíduo, entre eles: proximidade, afastamento, distância social, vizinhança, isolamento, solidão, abandono e indiferença.

Ao discorrer sobre os distintos tipos sociais que encontrava na cidade, “o estrangeiro”, “o pobre”, “o aventureiro”, “o mediano”, “o renegado”, Simmel percebeu que cada um deles se movia num círculo muito singular, deduzindo, então, que o fenômeno social mais evidente provocado pela industrialização e urbanização foi a ampliação assombrosa dos círculos em que cada um se inseria. Anteriormente a extensão dos círculos em que um indivíduo vivia era mínima; eram conexos, rígidos, hierárquicos, sólidos.

Na metrópole moderna, a configuração era outra. O operário podia estar submetido ao olhar do patrão, mas quando deixava o ambiente do trabalho, ao contrário do súdito ou do servo feudal, ele cultivava outros círculos. Em outras palavras, a vida moderna urbana oferecia uma possibilidade quase ilimitada para um indivíduo ser muitas coisas ao mesmo tempo, alargando suas possibilidades de liberdade.

Para se defender da quantidade e intensidade de estímulos, o indivíduo metropolitano adota uma postura de aversão, de reserva, que o autor denomina de “atitude *blasé*”, ou seja, os nervos cessam de reagir. Como resultado dessa reserva, frequentemente nem sequer conhecemos de vista aqueles que são nossos vizinhos por anos (SIMMEL, 1967[1902], p. 20). Para o autor, mesmo as crianças urbanas

acabam desenvolvendo esses sentimentos de reserva: “Toda criança metropolitana demonstra quando comparada com crianças de meios mais tranqüilos e menos sujeitos a mudanças” (SIMMEL, 1967[1902], p. 18). No entanto,

o que aparece no estilo metropolitano de vida aparentemente como dissociação, na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização.

Essa reserva, com seu tom exagerado de aversão oculta, aparece por seu turno, sob a forma ou a capa de um fenômeno mais geral da metrópole: confere ao indivíduo uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal que não tem qualquer analogia sob outras condições (SIMMEL, 1967[1902], p.20).

Para Simmel, a modernidade se caracteriza pela seguinte ambiguidade: maior liberdade individual caminhava lado a lado com maior impessoalidade.

Na segunda metade do século XX, Lefebvre inseriu a discussão do espaço na perspectiva marxista e analisou as disputas pelo poder através do espaço em que o Estado, as empresas, os urbanistas, arquitetos e os usuários se apresentavam como polos distintos do jogo. O autor partiu da compreensão de que a sociedade se urbanizou completamente. O que alguns denominavam de sociedade pós-moderna, pós-industrial, técnica, de lazeres, de consumo, etc., ele chamou de sociedade urbana, “hoje virtual, amanhã real” (1999[1970], p. 15).

Marx não mostrou (em sua época não podia fazê-lo) que a urbanização e o urbano contêm o sentido da industrialização. Ele não viu que a produção industrial implicava a urbanização da sociedade, e que o domínio das potencialidades da indústria exigia conhecimentos específicos concernentes à urbanização (LEFEBVRE, 2009[1968], p. 85).

Já Soja (1993 [1989], p. 7), com objetivo de “espacializar a narrativa histórica” e associá-la ao que denominou de “geografia humana crítica permanente”, atribuiu a “submersão” do espaço no pensamento social crítico a um crescente historicismo ocorrido nas últimas décadas do século XIX:

A crítica socialista consolidou-se em torno do materialismo histórico de Marx [...] Essa ascensão de um historicismo desespacializante, que só agora começa a ser reconhecida e examinada, coincidiu com a

segunda modernização do capitalismo e com a instauração de uma era de oligopólio imperialista e empresarial. Tamanho foi o sucesso com que ela ocluiu, desvalorizou e despolitizou o espaço como objeto do discurso social crítico, que até mesmo a possibilidade de uma práxis espacial emancipatória desapareceu do horizonte por quase um século (SOJA, 1993 [1989], p. 10-11).

O autor afirma que Harvey e Castells – alguns dos pioneiros da geografia marxista – insinuaram que Lefebvre havia dado “ênfase exagerada” à questão espacial urbana e havia colocado o espaço “numa posição intoleravelmente central e aparentemente autônoma”, pois “em sua conceituação do urbanismo, Lefebvre lhes parecia estar substituindo o conflito de classes pelo conflito espacial/territorial como força motivadora da transformação social radical” (SOJA, 1993 [1989], p. 98). Ao que chama de “lógica rigidamente categórica” desses autores, Soja (1993 [1989], p. 99) responde que

a estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada [...]. Ela representa ao contrário um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais.

A obra de Lefebvre é ainda questionada ao desconsiderar a diversidade dos sujeitos habitantes do espaço urbano, ou seja, para os críticos, o autor considera o ser humano universal. Joseph (2005), por exemplo, acusa “a ausência espantosa de qualquer menção aos estrangeiros na obra de Lefebvre”. Ao expressar seu fascínio pelas “*comunidades de exaltação recíproca*: grupos de militantes, fidelidade de irmãos unidos por crenças comuns, sociedades de pares, o autor se distancia dos salões, dos bares, dos rituais da conversa” (JOSEPH, 2005 – grifos do autor). Autor pouco conhecido dos brasileiros e com textos publicados apenas em espanhol e francês, Isaac Joseph declara seu interesse pela “temática da noção de proximidade, nas formas de vizinhança no espaço residencial ou nas formas de copresença no espaço público” (JOSEPH, 2005).

O encontro (e o conflito) com o diferente, o outro, o estrangeiro, especialmente em grandes cidades, é o que interessa a Joseph, e tal interesse remete à discussão sobre democracia, em que o espaço público é ambiente privilegiado para tal debate,

pois encerra uma “presunção de igualdade”, compreendendo tal noção como um “dispositivo de regulação e um princípio da ordem das interações”. Dessa forma Joseph (2005) destaca a importância de tratar qualitativamente o espaço urbano, “o que garante o sentido e a pertinência do modo como os cidadãos vão usá-los”.

Para Bauman (2007), atualmente ocorre uma inversão do papel histórico da cidade. Se anteriormente as cidades significavam o refúgio contra os perigos externos, hoje os perigos se mudaram para o coração delas. A guerra contra a insegurança, os perigos e os riscos estão hoje na metrópole:

Trincheiras e *bunkers* fortemente blindados destinados a separar os estranhos, mantê-los à distância e barrar sua entrada estão se tornando rapidamente um dos aspectos mais visíveis das aglomerações urbanas contemporâneas – embora assumam diversas formas e seus arquitetos façam o possível para fundir suas criações à paisagem, ‘normalizando’ desse modo o estado de emergência em que vivem os moradores viciados em segurança (BAUMAN, 2007, p. 97).

A insegurança alimenta o medo. Não surpreende que a guerra contra a insegurança ocupe lugar de destaque na lista de prioridades dos planejadores urbanos (BAUMAN, 2007, p. 101).

A “arquitetura do medo” trabalha, segundo Bauman (2007), com base em duas tendências: a invisibilidade e a intimidação. A *invisibilidade* planejada significa que as edificações não devem ser transparentes, abertas para a rua. A tentativa é de se esconder, ficar invisível. Para isso, constroem-se casas/muros, casas/*bunkers*, em que nada que acontece lá dentro pode ser percebido pelo lado externo, e vice-versa. Ao trabalhar na tendência da *intimidação* a aparência das edificações é atemorizante, desconcertante e humilhante, “devido à profusão de guaritas de verificação e seguranças uniformizados altamente ostensivos” (BAUMAN, p. 98). Para Bauman, a ambição modernista propunha o aniquilamento e o nivelamento das diferenças. Já a modernidade líquida aprofunda e as “calcifica”, por meio da separação e do estranhamento mútuos.

Ao descrever distintas paisagens urbanas contemporâneas utilizando como exemplo a cidade de Los Angeles, Soja (2000) cita o que chama de “arquipélago carceral”,

resultante do estranhamento, do medo e da insegurança. Como consequência da tentativa de intensificação do controle, da radicalização da privatização, do policiamento e da vigilância, a paisagem urbana contemporânea passou a ser caracterizada por modelos de espaços protegidos e fortificados: ilhas enclausuradas com proteção contra os perigos reais e imaginados da vida urbana. Para o autor atualmente ocorre o que chama de destruição do espaço público relacionada à ofensiva de segurança com objetivo de atender à demanda da classe média de isolamento socioespacial. Como consequência, prevalece a demanda pelo "urbanismo 'obseguro'" (*security obsessed urbanism*, tradução nossa) e a "arquitetura do medo", que utiliza de alguns aparatos tais como: grades metálicas, cercas eletrificadas, arames farpados, aspersores de água noturnos contra os mendigos. Dessa forma, são criados espaços policiados, pseudopúblicos – praças, *malls* suntuosos, centros administrativos, turísticos e culturais –, símbolos visíveis e invisíveis de segregação.

Essas análises se aproximam das de Foucault (1988), para quem o planejamento do espaço, ou seja, a arquitetura e o urbanismo, é, muitas vezes, utilizado como ferramenta de controle, pois é possível, mediante a organização espacial, implantar sistemas de disciplina, vigilância e punição. Para o autor, a clausura (representados por muros e cercas), o quadriculamento do espaço (colocando cada indivíduo em local pré-determinado) e as localizações funcionais (criação de espaços úteis, que facilitem a vigilância e permitam o controle das comunicações perigosas) são mecanismos socioespaciais inicialmente utilizados em quartéis e hospícios e posteriormente aplicados em conventos, fábricas, escolas e no espaço público.

No contexto da antropologia urbana brasileira, Zaluar (1985) aponta o medo como resultante de um processo histórico de estigmatização dos pobres. Para a autora, a separação dos locais de moradia

está embutida nos rituais de dominação de classe. Duplamente excluídos por serem 'outros' e por serem incultos e perigosos, os pobres urbanos vivem, neste olhar etnocêntrico e homogeneizador, o avesso da civilização (ZALUAR, 1985, p. 12).

Segundo Caldeira (2000), a fala do crime elabora preconceitos e naturaliza a percepção de certos grupos como perigosos. Para a autora, o universo do crime oferece um contexto fértil, no qual os estereótipos circulam e a discriminação social é moldada. Como consequência, observamos a reclusão de alguns grupos sociais em “enclaves fortificados” - novo padrão de segregação urbana que representa o lado complementar da privatização da segurança e transformação das concepções de público e exemplifica a emergência de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano. Para Caldeira (2000), os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados, monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos.

Nas favelas brasileiras, há grupos que se apropriam dos espaços coletivos com o objetivo de alcançar o poder. “Bandidos” controlam o comércio de drogas, definem territórios por meio de armas e impedem a circulação de certas pessoas em algumas regiões da cidade. Em algumas situações, só entra e sai quem é autorizado, nos horários determinados por representantes desses grupos. Para alcançar o objetivo de manter o controle de tal comércio, utilizam a violência real, a tecnologia da comunicação (em especial os telefones celulares), a exposição do arsenal bélico e o “panoptismo das lajes”, ou seja, distribuição de integrantes dos grupos por pontos estrategicamente localizados sob as coberturas dos barracos (as lajes), conferindo vigilância vista de cima. Os moradores do entorno se tornam reféns da atividade. Desde crianças são envolvidos pela atração que o dinheiro fácil exerce sobre a precariedade de recursos que vivem.

Em outro viés da análise desses fenômenos, mas ainda numa perspectiva antropológica, Ceccheto, Farias e Moraes (2011, p. 24) exploram os temas da violência urbana, masculinidade e juventude.

A partir de uma visão essencialista sobre a ‘agressividade masculina natural’, é preciso considerar o processo de construção cultural da

masculinidade que envolve o aprendizado de posturas e valores de uma masculinidade violenta, legitimada socialmente.

Em seu estudo etnográfico sobre distintos contextos, tanto de classe média como de grupos populares, Cecchetto (FARIAS, 2011) associou o fenômeno ao que Elias denominou de "*ethos* guerreiro", disposição do perfil masculino para atacar o inimigo e até aniquilá-lo. Ao pesquisar galeras *funk*, jovens lutadores de jiu-jitsu e adeptos do ritmo charme explorou o campo do lazer para a investigação e demonstrou como estas práticas podem informar certas noções do que era ser homem e de como a violência poderia ou não ser um fator determinante para estas noções. Ao comparar os três grupos, a autora desconstruiu a noção de herança biológica violenta associada ao masculino e demonstrou distintas noções guerreiras de masculinidade, formas de cultivar o corpo e de vencer o inimigo. Os adeptos do charme, por exemplo, buscavam vencer por meio da "dominação elegante", distinta da dominação por demonstração de força, característica dos outros grupos pesquisados. Em estudo anterior sobre o uso de anabolizantes por jovens rapazes, Cecchetto, Farias e Moraes (2011, p. 24) concluíram: "Desconstruir qualquer resquício de herança biológica no caráter que assume a masculinidade em determinado contexto, frisando-a como construto cultural, portanto, é um primeiro passo – mas não o único."

Esses temas são tratados neste estudo visto que o medo e a violência estão muito presentes no campo e permeiam as relações que ocorrem no local da pesquisa, incluindo as relações com as crianças. No entanto, apesar de o tráfico de drogas ocorrer nos arredores da Barragem Santa Lúcia, alguns moradores do Morro não o relacionam com a "guerra" presente.

Ocorrem três dimensões interligadas de violência no local: a violenta disputa pelo espaço, em que grupos que detêm o poder socioeconômico são os principais agentes (LEFEBVRE 2009 [1968]; CALDEIRA, 2000), a violência urbana como expressão de revolta (ZALUAR, 1985) e a violência entre pares (CECHETTO, 1998). Basta observar que enquanto no bairro Santa Lúcia a densidade populacional é de aproximadamente 35 hab./ha, na Vila Barragem Santa Lúcia é de 306 hab./ha (IBGE, 2000), ou seja, os

moradores do bairro dispõem de aproximadamente nove vezes mais espaço que os da favela. Além disto, foram observadas ações no sentido de obter controle privado dos espaços públicos, como veremos adiante.

É importante destacar que tanto Simmel quanto Bauman, Lefebvre e Soja assumiram posturas otimistas com relação às possibilidades de interação e resistência que o espaço público urbano pode oferecer. Para Bauman (2007), se por um lado os espaços públicos conduzem a sensações de repulsa, por outro, a atração que exercem sobre os indivíduos tem chance de superar ou neutralizar tal repulsão. É possível para Bauman (2007, p. 103) permitir a diversidade no espaço público, fomentando assim a integração sem suprimi-la: “Isso se aplica aos espaços que reconhecem o valor criativo e da vivacidade da diferença, ao mesmo tempo em que encorajam as diversidades a se engajar num diálogo significativo.”

Lefebvre (2009[1968], p. 84-85), numa proposta de inversão da lógica capitalista e em tom de manifesto, propõe o *direito à cidade*, à sociabilidade e ao encontro em ambientes urbanos, acessos que deveriam ser garantidos a todos:

O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca [...] Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível..

Diante dos distintos modos de interação, de encontro com o diferente e de conflito que o espaço público urbano possibilita, torna-se inquestionável seu papel nos processos de aprendizagem da cidadania. Ao desenvolver instrumentos de leitura e de escrita gráfica do mundo urbano nesta pesquisa, tentei contribuir para a exploração dessas possibilidades e das potencialidades que esse tipo de instrumento – ao focar nos usos que as pessoas fazem destes espaços – pode revelar.

Capítulo 6

A CRIANÇA E A CIDADE

A limitação da vida pública aos adultos teve uma gênese interessante: ela é em parte proveniente das gradativas distinções feitas entre as formas de jogos infantis e forma de jogos adultos (SENNETT, 1988 [1974], p. 121).

Neste capítulo, apresento teorias, programas e experiências de intervenção em espaços urbanos tendo como foco as crianças. Cabe destacar inicialmente que nas sociedades ocidentais são definidos espaços adequados e inadequados à presença das crianças. Para Gulløv e Olwig (2003), três temas representam diferentes dimensões de espaço que possuem importância central nos estudos da infância: i) *oportunidade e controle*: revela aspectos de poder, vigilância e observação panóptica, em que a infância urbana se configura como o setor mais controlado da existência; ii) *relações geracionais*: a distinção entre crianças e adultos revela a polarização entre dominadores e dominados, portanto a infância opera como ferramenta de segregação espacial; e iii) *questão de pertencimento*: focaliza relações entre comunidades locais, identidade e esferas globais, em que a migração e a formação de “guetos” se apresentam como fenômenos centrais (GULLØV; OLWIG, 2003, p. 5-17, tradução nossa).

Assim, ao tratar das relações entre a *criança* e *cidade*, torna-se fundamental discorrer sobre a criação de espaços *especializados* – resposta do urbanismo ao processo de fragmentação da vida urbana ocorrida com base no desenvolvimento da indústria e do transporte no século XIX (SENNETT, 1988 [1974]; LEFEBVRE, 1991 [1974]) – onde a cada coisa e a cada pessoa seriam determinados espaços específicos. Ou seja, locais de moradia, de trabalho, de lazer, do homem, da mulher, da criança, do pobre, etc. – cada qual em seu devido lugar.

Nesse sentido Jacobs (2000 [1961], p. 18) afirma que esta “teoria urbanística ortodoxa”, acaba com a cidade. Ao comparar os usos dos espaços das ruas com os espaços de conjuntos habitacionais americanos, onde tudo teria um lugar predeterminado, a autora afirma que enquanto as ruas geram segurança pela vigília

que as pessoas – mesmo que desconhecidas – imprimem aos espaços, nos conjuntos habitacionais as crianças são mais suscetíveis à violência. Além disso, a autora afirma, com base em relatos de jornalistas, que os parques e os *playgrounds* são lugares violentos e que não atraem interesse da criança, tanto quanto as ruas.

As 'gangues de rua' travam suas 'brigas de rua' principalmente em parques e *playgrounds*. Quando o *New York Times*, em setembro de 1959, fez uma retrospectiva das piores batalhas de gangues juvenis durante a década na cidade, absolutamente todas ocorreram num parque. Além do mais, e cada vez com maior frequência, não só em Nova York como também em outras cidades, as crianças que participam desses horrores são identificadas como moradoras dos conjuntos habitacionais das superquadras, onde se conseguiu tirar das ruas as brincadeiras cotidianas (as próprias ruas foram eliminadas na maioria) (JACOBS, 2000 [1961], p. 83).

O requisito para qualquer uma dessas variedades de recreação informal não é a existência de nenhum tipo de equipamento rebuscado, mas sim de espaço num local conveniente e interessante (JACOBS, 2000 [1961], p. 94).

A argumentação apresentada por Jacobs (2000 [1961]) no sentido de valorização das ruas e de espaços não especializados, incluindo o papel que ocupavam na qualidade de vida das crianças, já havia sido apontada por Lynch e Lukashok (1991[1990a]) sobre as memórias de infâncias urbanas. Ao analisar a presença dos espaços de brincar (*play areas* no original) nos discursos dos entrevistados, concluem: "Uma das coisas mais interessantes que surgiram nas entrevistas é que as crianças parecem preferir brincar em qualquer lugar, menos no *playground*" (LYNCH; LUKASHOK, 1991[1990b], p. 159, tradução nossa). Com o intuito de estabelecer parâmetros para o planejamento dos espaços considerando as crianças, os autores afirmam que a oportunidade de modificarem os espaços de acordo com suas necessidades é fundamental e que a apropriação de áreas imprevistas pelas crianças deve ser vista de outras formas pelos planejadores.

Uma brincadeira de criança é mais satisfatória quando permite uma maior oportunidade de manipular o ambiente de acordo com sua necessidade: imaginar, criar e esconder. Um mundo bem diferenciado e que seja plástico para suas mãos e mente, é o seu desejo [...] É o suficiente para nos dar uma pausa no nosso tratamento de áreas

'abandonadas' ou 'desordenadas', ou em projetos de áreas de brincar (LYNCH; LUKASHOK, 1991[1990b], p. 161, tradução nossa).

Lynch e Banerjee (1991[1990b, p. 175]), tratando de pesquisas com crianças moradoras de diversas cidades em que foram registradas falas, desenhos e as crianças levaram os pesquisadores por passeios pela cidade, os autores destacam os espaços não programados como um dos preferidos pelas crianças.

Eles gostavam de usar espaços 'não programados' – as ruas locais, os pátios entre blocos de apartamentos, as escadas ou os espaços entre os edifícios. Estes são os lugares aonde conversam e se encontram e andam juntos, brincam com bolinhas de gude ou jogos informais. Ruas estão imediatamente a mão e eles podem fazer o que querem ali – diferente da moradia, onde a demanda dos adultos é prioritária (tradução nossa).

Nesse estudo, ao comparar o raio de ação das crianças, os autores afirmam que enquanto a região de Melbourne na Austrália parecia vazia para as crianças – algumas das mais "afortunadas" crianças pesquisadas – e constantemente falavam sobre "tédio e falta de coisas pra fazer" (LYNCH; LUKASHOK, 1991[1990b], p. 177, tradução nossa), as que moravam num bairro central polonês não se sentiam entediadas:

Elas eram bastante conscientes da sua sorte de estarem próximas da agitação da cidade. Seus ambientes eram mais perigosos, desafiadores, e aprendiam a lidar com o trânsito e com a violência latente. Mas sentiam falta de espaços externos onde poderiam brincar (LYNCH e BANERJEE, 1991[1990b], p. 177, tradução nossa).

Já Tonucci (1996, p. 10), ao propor uma transformação da cidade partindo de parâmetros que consideram a criança, ressalta, entre alguns pontos, que é preciso "renunciar aos espaços para os jogos das crianças"¹², o que revela o mesmo tipo de percepção dos autores citados anteriormente:

Os espaços do jogo para as crianças, separados e especializados, são exatamente iguais em todas as nossas cidades e em todo o mundo, e seu objetivo, como disse acima, não é a satisfação dos desejos das

¹² No original: *Renunciar a los espacios para el juego de los niños.*

crianças, mas sim a resposta às preocupações adultas. A fim de atingir tal objetivo, o projetista não só define a área, mas além disto indica também de modo presunçoso os tipos e as modalidades de jogos que a criança poderá realizar no lugar. E se tratamos de nos recordar quais eram os melhores lugares para nossos jogos quando éramos crianças, notaremos com surpresa que eram os que 'não serviam aos adultos', e portanto estavam disponíveis às crianças. (tradução nossa).

Para o autor, ao priorizarmos as crianças como usuárias do espaço público, incluí-las nas decisões sobre a organização urbana e considerarmos seus desejos, todos os demais públicos se sentem contemplados. O autor desenvolve na municipalidade de Fano, na Itália, o projeto denominado *La Città dei Bambini* (A cidade das crianças – tradução nossa) em que considera a cidade como um laboratório educativo extraescolar para o estudo, projeto e experimentação de intervenções urbanas que assumem a criança como parâmetro. Algumas experiências do projeto: as crianças participam com sugestões de intervenções no espaço urbano que são encaminhadas à Prefeitura local. Muitas dessas sugestões saem do papel; pais e educadores são provocados para que permitam que as crianças caminhem sozinhas de casa para a escola. Atualmente essa perspectiva é adotada por outras cidades, incluindo a Argentina, o que, segundo o autor, requer análises específicas. “A maior parte das crianças querem mais autonomia” (TONUCCI, 1996, p. 78). O autor afirma que, distintamente dos adultos, cujos deslocamentos na cidade são vividos como ligações entre um ponto e outro como projetos de futuro ligados a uma função, as crianças vivem seus deslocamentos

como uma sucessão de momentos presentes, cada um importante por si, cada um digno de uma pausa, de um assombro, de um contato. Então os tempos se alargam, os bolsos das crianças se enchem de pedras, de folhas, de papéis e a mente se preenche de imagens, de perguntas, de novos descobrimentos (TONUCCI, 1996, p. 69-70, tradução nossa).

Ir a pé e passear é para nós um prazer, um presente que nos oferecemos de vez em quando, no entanto para as crianças é uma necessidade (TONUCCI, 1996, p. 69, tradução nossa).

Nesse aspecto, as análises do autor se aproximam das de Ingold (2011) sobre a atividade de andar associada aos grupos excluídos, tais como os pobres, os criminosos, os jovens e os ignorantes, que serão apresentadas a seguir.

Por outro lado, ao tratar da questão partindo do campo da história e da cultura material infantil¹³, é possível afirmar que as concepções adultas do que seria um modelo de “boa” infância têm reflexos na construção dos espaços para as crianças e delineiam a cultura, pois consideram que as crianças são diferentes dos adultos, devem ser protegidas, não devem trabalhar, devem brincar e que uma “cultura material especializada é necessária para possibilitar uma *infância boa e feliz* enquanto experiência de vida” (CONINCK-SMITH; GUTMAN, 2008, p. 2. grifos dos autores, tradução nossa). Ao reunir diversos trabalhos sobre essa temática, os autores partem das seguintes hipóteses:

Que os espaços e cenários realizados para crianças são centrais para a construção da modernidade na sociedade global; e que as crianças são atores sociais em seus próprios direitos de quem usa e interpreta a cultura material em seus próprios termos [...] edifícios e objetos são ‘bons para pensar’ sobre a história das crianças porque a arquitetura da infância molda, tal como é moldada por visões culturalmente construídas de infância ideal (CONINCK-SMITH e GUTMAN, 2008, p. 2, tradução nossa).

Embora possa estar adquirindo visibilidade e densidade neste momento, no planejamento dos espaços abertos públicos urbanos, historicamente, o foco na criança relaciona-se à disseminação dos equipamentos recreativos, tendo os *playgrounds* americanos como exemplo, como expressão da luta dos trabalhadores pelos espaços de lazer e convivência e sob a influência dos *Kindergaerten* (jardins de infância) alemães criados por Froebel (1782-1852).

A experiência brasileira dos *Parques Infantis* em São Paulo, criada e coordenada pelo escritor Mário de Andrade na década de 1930, é um exemplo brasileiro paradigmático, pois propunha uma experiência governamental educacional não

¹³ O que não pretendo abordar neste trabalho, apesar do reconhecimento de sua relevância, mas que, para isso, exigiria esforços em diversas outras direções.

escolar, destinada a crianças de 3 a 6 anos, de famílias operárias, por meio da qual tentava-se garantir-lhes a oportunidade de serem crianças e de brincar (FARIA, 1993).

Ao pesquisar a história dos *playgrounds* e a reconstrução da Europa no pós-guerra, Kozlovski (2008) afirma que o tema envolve uma contradição insolúvel que define o brincar tanto como uma atividade infantil espontânea quanto objeto de intervenção social. Essa contradição, segundo o autor, está contida na Declaração dos Direitos da Criança de 1959, que por um lado considera o brincar um direito e, ao mesmo tempo, o define como instrumento de política social.

Na perspectiva da arte, da arquitetura e do urbanismo, nesse mesmo período do pós-guerra na Europa, Lefaivre (2002, p. 37, tradução nossa) afirma que “a criança tornou-se empoderada como nunca antes”. Esse novo lugar sobre a criança teve expressão nesses campos, tais como nas obras do artista holandês Corneille, do urbanista americano Kevin Lynch e nos *playgrounds* de Aldo Van Eick em Amsterdã, considerados pela autora como esculturas/urbanismo. Enquanto os artistas tentavam imitar o estilo de desenho das crianças, Lynch pesquisou a percepção delas sobre a cidade, Van Eyck usou lápis de cera em seus projetos para recuperação de áreas destruídas pela guerra tendo como foco a brincadeira infantil (LEFAIVRE, 2002, tradução nossa). Foram mais de 700 *playgrounds* construídos entre 1947 e 1978 em colaboração com a Divisão de Desenvolvimento Urbano do Departamento de Obras Públicas do município. A “irresistível força de atração nas crianças e como resultado do *boom* da natalidade” (LEFAIVRE, 2002, p. 60, tradução nossa), os novos tipos de *playground* superlotaram e causaram grande reação nos moradores, a qual foi registrada em diversas cartas enviadas ao Departamento entre 1947 e 1958. Uma delas dizia: “Deixe nossas crianças terem um playground. Elas precisam muito” (LEFAIVRE, 2002, p. 59, tradução nossa), reivindicou uma mãe.

Atualmente, a cidade Rotterdã, na Holanda, investe no programa denominado *Rotterdam, city with a future: how to build a child friendly city* (“Rotterdam, cidade com futuro: como construir uma cidade amiga da criança”, tradução nossa) que visa

combater o decréscimo de sua população ocasionada pela busca de muitas famílias por outras cidades, por não considerarem a cidade um bom ambiente para as crianças crescerem. Esse programa foi apresentado na 5ª Conferência Internacional *Child in the City* (Florença, 2010) e se baseia nos parâmetros do programa *Child friendly cities*, da UNICEF. Nesse sentido, o município assume o investimento na qualidade de vida das crianças e adota os seguintes parâmetros para a criação da cidade amiga da criança: em termos de moradia, compreende as residências unifamiliares com quintais como as ideais, mas considera que apartamentos podem ser adequados para crianças se forem maiores que 85 m², ter relação direta entre sua entrada e a rua, um quarto para cada criança, um *playground* coletivo entre os blocos de apartamentos, uma área aberta privativa que caiba pelo menos uma mesa, dentre outros. Em termos de espaços públicos, determina condições de espaços para brincar, espaços abertos e o uso do espaço em frente à porta da casa e à rua (espaço liminar). Para as instalações de equipamentos públicos e privados, considera que o comércio, clubes e escolas contribuem para a constituição de uma vizinhança coesa. Sobre a segurança no trânsito, propõe a diminuição da velocidade dos automóveis, a criação de áreas exclusivas para pedestres, locação estratégica de equipamentos considerados como *amenidades*, com vista a tornar as ruas seguras para a circulação independente das crianças e a criação de uma rede de ruas amigas da criança, com passeios largos em pelo menos um dos lados das ruas. (CITY OF ROTTERDAM, 2010 – tradução nossa).

No Brasil, podemos citar algumas experiências que trabalham nesta perspectiva: o conceito bairro-escola, elaborado pela ONG Cidade Escola Aprendiz, utiliza de forma integrada os espaços de escolas, praças, parques, igrejas, clubes, etc., como espaços educativos para além do tempo-espaço escolar. Inicialmente foi adotada no bairro Vila Madalena, em São Paulo, posteriormente em Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, e no programa Escola Integrada, de Belo Horizonte.

Diante de um recente, mas considerável, conjunto de estudos, programas e projetos que focam nas relações entre a criança e a cidade (aqui apresentados apenas alguns exemplos), é importante observar que a temática toma expressão em diversos

campos, tanto teóricos como das políticas públicas, organizações não governamentais, mercado, etc. Se diante da quantidade e da dimensão dos problemas que as grandes cidades apresentam atualmente a criança parece um tema “menor”, esses estudos e propostas podem expressar uma possibilidade de inversão na lógica do pensamento urbano. Tal como algumas experiências apresentadas acima, neste estudo, busca-se enfrentar a dificuldade e explorar a esta possibilidade, ao estabelecer o foco no sujeito, em vez do foco setorial (educação, cultura, habitação, mobilidade, etc.) tradicionalmente adotado. A seguir defino os termos utilizados no decorrer deste texto.

Capítulo 7

ESPAÇOS *COM* CRIANÇAS: DEFININDO OS TERMOS DESTA PESQUISA

Independentemente de terem sido concebidos como espaços especializados ou não, busquei, durante a investigação, a presença das crianças nos espaços, ou seja, os espaços *com* crianças, que neste estudo englobam: os espaços produzidos por adultos (espaços *para* crianças ou espaços infantis); espaços apropriados pelas crianças – considerados por Gulløv e Olwig (2003), espaços de resistência, apesar da tentativa de impedimento e da noção de inadequação de tal apropriação (espaços *das* crianças); e a circulação de crianças entre os espaços. Reiterando, essa circulação é, muitas vezes, vista como inadequada e as cidades não são concebidas de maneira que facilite ou estimule tal prática, mas, por outro lado, exerce grande atração nas crianças e é compreendida como direito.

Esse conjunto de espaços analisados é que denomino de “espaços *com* crianças” para além de espaços infantis, espaços para crianças e de crianças, ou seja, simplesmente espaços onde ocorre a presença ou circulação de crianças. Além disso, esse termo, neste estudo, refere-se à participação das crianças tanto nos processos de construção das cidades como de sua participação nesta pesquisa. Ao adotar tal recorte, estabeleço como foco as relações e a copresença de atores no espaço urbano, em contraponto à ideia de espaços especializados¹⁴.

Os nomes oficiais dos espaços não são os que os usuários reconhecem, utilizam e não são capazes de dar conta da complexidade socioespacial presente. Partindo do recorte espacial tomado como foco central da análise – o Parque da Barragem Santa Lúcia – observei que os limites do Parque só existiam na esfera da gestão pública e eram pouco visíveis *in loco*, se observados os usos que as pessoas faziam deles. Os usos dos espaços do Parque e da Praça República do Líbano – contígua ao Parque –

¹⁴ Ingold e Lucas (2007, p. 290) afirmam que o campo da antropologia da arquitetura não é nem de perto bem desenvolvido como é o da antropologia da arte e consideram a produção do campo da antropologia *da* arte e *da* arquitetura “bastante estéril”, ao tratar as “obras” artísticas e arquitetônicas como objetos antropológicos. Propõem uma investigação cujo objeto seria as relações entre os campos no nível da prática, uma antropologia *com* arte e uma antropologia *com* arquitetura, em vez de uma antropologia *de*.

eram bastante integrados e, apesar de serem separados por uma via, essa divisão não era clara. O Parque era interligado à Praça, que foi implantada anteriormente, e juntos formam um conjunto próprio vivido para o lazer, principalmente dos moradores da região, tanto dos bairros vizinhos quanto do Morro do Papagaio. Ou seja, apesar de serem divididos, os limites entre um e outro, se analisados os usos e as formas como as pessoas os denominavam, eram quase imperceptíveis. Eu mesmo, como pesquisador, ao caminhar pelos arredores, não percebia tais limites. Só fui me dar conta dessa divisão, ou seja, que uma parte do que é denominado Barragem Santa Lúcia era um Parque e a outra uma Praça, cuja gestão dos espaços era realizada por órgãos municipais distintos, ao me dedicar às análises por meio de mapas e dados secundários.

Além disso, o que era chamado de Barragem Santa Lúcia pelos moradores locais extrapola os limites da “lagoa”, do Parque e da Praça. Ao circular pelos arredores, observo que os usos públicos se espalhavam pelo ambiente, pelas ruas e passeios e não se limitavam, ainda, ao espaço de lazer, pois a parcela do Morro do Papagaio próxima ao Parque era a *Vila da Barragem Santa Lúcia*. Para os moradores desse local, isso significava uma identidade própria, entre a moradia e o lazer, lugar do futebol e da descontração, entre o Aglomerado Santa Lúcia e a cidade “formal”, os bairros Santa Lúcia e São Bento.

Em diversas ocasiões em que as crianças me perguntavam onde eu morava e lhes respondia que morava no Santa Lúcia, elas se surpreendiam, pois consideravam que o Santa Lúcia é a Vila. A mesma indefinição ocorre na percepção de limites entre os bairros Santa Lúcia e São Bento: “De tão interligados, parecem se abraçar, o que dificulta saber se algumas ruas estão num ou noutro bairro” (BAIRROS..., 2011).

Para as crianças moradoras do Morro, o que definia os limites era a condição social dos moradores “ricos” que moravam em apartamentos ou em mansões enquanto os “pobres” moravam em casas “fuleras”¹⁵. Esses termos apareceram tanto na fala das crianças quanto nos desenhos realizados por elas para esta pesquisa.

¹⁵ Termo utilizado por um menino de 10 anos.

Com objetivo de clareza adoto neste texto a expressão “Barragem Santa Lúcia” como o espaço livre público entre o Parque, a Praça e as ruas ao redor. A essa região, constituída pela Barragem Santa Lúcia, o Morro do Papagaio, os bairros Santa Lúcia e São Bento, denomino neste estudo simplesmente de “Santa Lúcia”, termo utilizado pelos moradores e também pelos “de fora”.

Ao considerar a visível desigualdade presente, cabe ressaltar que os distintos cenários eram elementos constitutivos da ordem da interação. Nesse sentido, assumo os dois mundos – o da favela e o dos bairros – como *habitats* constitutivos das formas de vida de seus moradores, espaços que formam e informam a presença e uso dos espaços públicos pelas pessoas, incluindo as crianças.

Associados de maneira evidente à identidade das cidades grandes brasileiras, os termos “favela” e seus moradores “favelados” são carregados de significados pejorativos. Nas últimas décadas, o termo favela vem sendo substituído por vila ou aglomerado, mas esses termos não foram utilizados pelos sujeitos desta pesquisa. Quando se referiam ao local onde os pobres, de maneira geral, moravam diziam “favela”; quando se referiam ao local onde eles próprios moravam, o Morro do Papagaio, usavam o termo ‘Morro’ e é assim que utilizo nesta escrita. Assumo, o termo “favela” ao me referir à parcela da cidade ‘informal’ em contraponto à parcela ‘formal’ da cidade e o termo “Morro” quando me refiro ao Morro do Papagaio – termo que é referido tanto à parte superior do Morro quanto às cinco vilas que constituem todo o Aglomerado Santa Lúcia. A expressão “Morro do Papagaio”, neste texto, refere-se ao conjunto de vilas, tal como no livro de Cruz (2009). O termo “bairros” se refere aos bairros Santa Lúcia e São Bento, pois seus limites são pouco claros.

Apesar de bastante presentes na cena, o encontro com as crianças ocorria ocasionalmente e de maneira fortuita, própria da experiência urbana nas grandes cidades, caracterizada pelo encontro com o estranho e distinto do modo como ocorre nas cidades menores. Em outras palavras, as crianças presentes nas cenas não eram identificáveis, ou seja, não são identificadas neste texto. Sempre que estabelecia

algum tipo de interação com alguma pessoa, deixava claro que estava pesquisando. Mesmo as crianças presentes com mais recorrência com as quais estabeleci relações próximas – meus “amigos”¹⁶ – apesar de identificáveis não as identifiquei neste texto, pois busco uma compreensão dos sujeitos de forma coletiva, sem necessidade de individualização e de correr o risco de, ao falar sobre a vida delas, vulnerabilizá-las ainda mais. Esse mesmo procedimento adotei para os jovens, adultos e para as crianças dos bairros que pesquisei.

Ao observar as pessoas, o pertencimento a um ou outro contexto fica claro, ou seja, não era necessário perguntar onde moravam. A postura, o comportamento, os corpos e o modo de vestir, andar e falar não deixavam dúvidas quanto ao pertencimento, por isso, mesmo nos casos em que esse aspecto não tenha sido explicitado na interação, as categorias relativas ao pertencimento a um ou a outro grupo social e os locais de moradia, bem como a atribuição de raça/etnia, foram atribuídas com base na minha observação. Raros foram os casos em que tive dúvidas, e não eram significativos o suficiente para alterar os registros e as análises. Importante destacar que essa classificação informava as interações no local e que participei dela por meio dessas demarcações. O questionamento veio depois, quando passei a uma análise mais refletida.

Ao me referir aos sujeitos desta pesquisa, adoto a identidade de gênero associada ao pertencimento a determinado grupo etário, com objetivo de caracterizá-las coletivamente sem identificá-las, ou seja, *um menino, uma menina, uma moça, um rapaz, um homem, uma mulher, um idoso ou uma idosa*; e sua condição social é associada neste texto pelo local de moradia – Morro ou bairros.

Cabe, ainda, um esclarecimento para que a definição das crianças, sujeitos desta pesquisa, fique clara. O Morro do Papagaio é constituído por cinco vilas – Barragem Santa Lúcia, Estrela, Santa Rita de Cássia, Esperança e São Bento (CRUZ, 2009; GOMES, 2011) e para os moradores do Morro essa distinção é bastante clara. As crianças presentes cotidianamente no local da pesquisa são todas moradoras da Vila

¹⁶ Termo utilizado pelas crianças quando se referiam uma à outra e a mim.

Barragem Santa Lúcia, enquanto nos finais de semana as moradoras de outras Vilas são presentes. Como a distinção dessa presença assume contornos particulares, quando me refiro às *crianças (meninos ou meninas) da Barragem*, neste texto me refiro a um determinado grupo de crianças, entre 8 e 12 anos, formado de relações de parentesco e vizinhança, presente cotidianamente no local – as crianças do “pedaço” (MAGNANI). As *crianças (meninas ou meninos) do Morro* são as que foram observadas na Barragem Santa Lúcia nos dias livres e moram mais distantes do local, mesmo que ainda no Morro do Papagaio. As *crianças (meninas ou meninos) dos bairros* são moradoras dos bairros Santa Lúcia ou São Bento, sem distinção possível. As poucas crianças com quem tive contato recorrente e que não eram moradoras nem do bairro nem do Morro eram filhos de pessoas que trabalhavam no comércio local e as denomino de *crianças não moradoras do local*.

Capítulo 8

O MOVIMENTO À PROCURA DE *BRECHAS*

O recorte espaço-temporal adotado na investigação era singular. Ocasão de interação em ambiente ambíguo, entre a descontração e a violência urbana, os usos dos espaços nos arredores da Barragem Santa Lúcia revelaram alguns dos aspectos que, de forma mais abrangente, caracterizavam a cidade grande brasileira. Entre o processo de “desenvolvimento” que o país experimenta na última década e a extrema “pobreza”, apresentava tanto características comuns aos “países mais desenvolvidos” do mundo quanto com os mais “atrasados”, ou seja, um dos maiores índices de desigualdade *socioeconomicocultural* marcava o cenário. A experiência nesse espaço urbano específico, assim, caracterizava-se pela diversidade e pelo conflito.

Para realizar este estudo, foi necessário ter muito *jogo de cintura*. Assumo a gíria como procedimento metodológico, que expressa o movimento, uma alternância de lugares, uma proposta de experimento e de mudança de perspectiva. Um confronto entre a minha posição social – adulto, classe média, pesquisador e arquiteto – e a dos sujeitos – pobres e ricos, adultos, jovens, meninos e meninas, os usuários dos arredores da Barragem Santa Lúcia. Ao pesquisar a copresença, a sociabilidade e o encontro desses sujeitos em ambiente urbano contemporâneo, a opção foi a alternância de posições, de lugares, de perspectivas e, sobretudo, o movimento de circulação entre um mundo e outro, uma circulação pela fronteira.

De início cabe ressaltar que foi adotada como procedimento metodológico da observação participante, a interação direta com os usuários no espaço, mediada pela percepção que tínhamos uns dos outros e sem a mediação de qualquer instituição ou de pessoa previamente conhecida por mim. Em ambiente tido como hostil, característica atribuída de antemão a espaços públicos abertos, busquei experimentar se a interação poderia acontecer, de que forma, em quais locais e ainda as zonas de fronteira, as interdições, barreiras e conflitos. Foi necessário encontrar uma *brecha*, um espaço de interstício, uma abertura.

Nesse sentido, expus-me como transeunte, tentando calcular e correndo os riscos próprios da atitude de estar em público, sem proteção prévia. Ao me deslocar a pé pelo campo e me posicionando distintamente, aos poucos ia encontrando formas de conhecê-lo, mediante a interação possível com pessoas nesse ambiente específico com algumas das características próprias dessa experiência no mundo contemporâneo, individualizada, cega para com o outro, indiferente, além de desconfiada para com o estranho, o desconhecido.

Importa reiterar o quanto andar desafia o medo da cidade e as gestões políticas desse medo, impondo, *passo a passo*, o direito de transgredir fronteiras sociais e simbólicas, acabando com as cidades interditas, os bairros do estigma, as separações 'naturais', 'puras' e 'fixas', as abstrações do outro como excluído e marginal, a descoincidência, tantas vezes demonstrada, entre a (in)segurança subjectiva e a (in)segurança objectivamente medida. Aliás, é pela transgressão de fronteiras e pelo *mover-se na fronteira* que as legitimidades dominantes vão sendo, a diversos níveis, questionadas (LOPES, 2008, p. 78, grifos do autor).

Inspirado em Certeau (2001), para quem o ato simples de andar pela cidade pode revelar sentidos e apropriações atribuídos ao espaço para além da ordem dominante, Lopes (2005, p. 72, grifos do autor) evoca a *metodologia andante*¹⁷:

[...] na medida em que enquadra a experiência andante numa recusa da divisão cartesiana entre mente e corpo, razão e emoção. Acrescentaria: entre o pólo masculino e o pólo feminino. Na verdade, andar implica movimento – e movimento implica pensamento, ainda que seja apenas esse pensamento prático, corporal, prereflexivo, essa espécie de inteligência do corpo de que nos fala Bourdieu. Mas andar pode também convocar o pensamento reflexivo, aquele que *pisa e repisa sobre os passos dados*. Um e outro embrenham-se em emoções, ligando o visível (a indiscutível materialidade do espaço urbano, a sua presença física, abrindo e fechando possibilidades, oferecendo barreiras às apropriações, necessariamente finitas e enquadradas) ao invisível (memórias, sentimentos, sentidos), abrindo e construindo cenários interiores a partir de cenários exteriores, de tal forma que o que se cria é um ambiente de síntese inteiramente novo, autênticas *topografias sentimentais* ou *poéticas práticas do espaço*.

¹⁷ Do Centre de Recherche Urbain, sedado na Bélgica.

Explorando a perspectiva de alguns autores sobre o movimento, Ingold (2000) considera que o conhecimento sobre o ambiente sofre formação contínua durante o movimento das pessoas pelo mesmo. Conhece-se *enquanto* caminha-se: “Unidos pelos itinerários de seus habitantes, os lugares existem não no espaço, mas, como nós, em uma matriz de movimento” (INGOLD, 2000, p. 219).

Ingold (2011) argumenta que a mecanização dos pés humanos – mediante o uso de calçados – é parte das mudanças atribuídas à modernidade, tal como o desenvolvimento dos transportes e da arquitetura, o que permitiu atribuir grande peso na distinção entre as atividades da mente em repouso e em movimento, entre cognição e locomoção e entre o espaço da vida social e cultural e o chão sob o qual a vida é materialmente constituída. Segundo o autor, as elites europeias, pelo menos a partir do século XVIII, se conduziam e contavam sobre viagens como se não tivessem realizado percursos; eram apenas conexões entre dois pontos: origem e destino: “Andar era para o pobre, o criminoso, o jovem, e sobretudo o ignorante (JAVIS, 1997, *apud* INGOLD, 2011, p. 38, tradução nossa).

Citando Urry (2000), Ingold acrescenta que, à medida que o transporte público se tornou acessível para pessoas comuns, andar se configurou como uma questão de escolha, não de necessidade, o estigma de pobreza associado aos que caminhavam desapareceu e a paisagem passou a se resumir ao destino aonde se quer chegar. Compara com a disseminação do uso de cadeiras no mundo moderno, que teve sua origem mais como sinal de distinção do que de real necessidade. Segundo Ingold (2011, p. 39), sentados em cadeiras, desenvolvemos uma “percepção sedentária do mundo”, ou seja, pensamos em posição distante do solo, sem tocá-lo, como nas viagens sem percurso e aí está a noção tecnológica fundante para a separação entre pensamento e ação e entre mente e corpo, o que denomina de *groundlessness* (qualidade daquilo que não tem chão, tradução nossa), que caracteriza os modos de habitar em metrópoles modernas. No lugar da noção de transporte, que considera apenas a ligação entre pontos, Ingold (2000, p. 220,) sugere a noção de *wayfaring* (descobrir-caminho, segundo tradução do Núcleo de Antropologia Urbana – USP), as linhas livres, desenho do movimento realizado pelas pessoas na jornada da vida:

O descobrir-caminho é entendido como desempenho habilidoso pelo qual o viajante, cujos poderes de percepção e de ação foram afinados através de experiências anteriores, 'sente seu caminho' rumo a seu objetivo, ajustando continuamente seus movimentos em resposta ao monitoramento perceptivo contínuo do seu entorno.

Wayfaring é o nosso modo mais fundamental de ser no mundo. (INGOLD, 2011, p. 152, tradução nossa).

Já Magnani (2002, p. 18), ao propor um enfoque "de perto e de dentro" para a pesquisa urbana, a diferencia da forma etnográfica, que chama de "passagem". Enquanto a última consiste em percorrer a cidade observando espaços, equipamentos e personagens, em que o relato final muitas vezes se revela por meio de metáforas – no que, segundo o autor, corre-se o risco de terminar refletindo no texto a "fragmentação pela qual as grandes metrópoles são muitas vezes representadas pela mídia, nas artes plásticas e em intervenções artísticas no espaço público" –, o olhar "de perto e de dentro" busca observar o urbano "a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade". Enquanto no enfoque de "passagem" o fio condutor se baseia nas escolhas e nos trajetos definidos pelo próprio pesquisador, no "de perto e de dentro" o foco é no grupo, suas práticas e a paisagem em que se desenvolve tal prática, "entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise". Para o autor, "é o que caracteriza o enfoque da antropologia urbana, diferenciando-a da abordagem de outras disciplinas e até mesmo de outras opções no interior da antropologia" (MAGNANI, 2002, p. 18).

Ao circular pelos arredores da Barragem, era necessário encontrar uma *brecha* onde a pesquisa fosse possível, uma possibilidade de estar em campo, um espaço-tempo livre de obstruções, tais como: a violência e a prioridade dada ao trânsito de automóveis em detrimento da circulação das pessoas; a normatização e privatização dos usos dos espaços livres públicos; o desespero e a revolta dos pobres caracterizadas pela luta pela sobrevivência, que resultam numa tensa relação de disputa por um lugar na cidade entre distintos grupos sociais; o constrangimento que o encontro de uma pessoa de classe média vive quando observa pessoas dormindo nas ruas, quando é assediado por um pedinte ou por um 'flanelinha'; e diante da

ameaça real que a violência urbana impõe. Situação desigual de uma guerra em que os pobres são as maiores vítimas, é importante lembrar que a violência urbana não se restringe aos países desiguais como o Brasil, mas o fenômeno aqui tem suas especificidades.

Assumindo o deslocamento pelo espaço como procedimento metodológico para esta pesquisa, busquei uma forma etnográfica que desse conta da complexidade das práticas cotidianas, dos usos dos espaços e do instável tecido social local. Partia do pressuposto de que, apesar de estabelecer como recorte empírico os usos do Parque da Barragem Santa Lúcia, esse limite territorial não existe, pois o Parque é integrado ao tecido urbano ao seu redor e os modos de vida de seus habitantes informam e formam seus usos. Essa hipótese justifica a decisão de realizar incursões nos arredores do Parque.

A produção de informações iniciava-se mesmo antes de entrar em campo, pois, ao escolher os caminhos a tomar, pensava nas possibilidades de acesso e sobre as possibilidades de encontrar distintas presenças e usos dos espaços. Buscava o tipo de interação presente e possível nesse contexto particular que, suponha, se caracterizava tanto pela troca e descontração própria das interações nos espaços públicos das favelas quanto pela estranheza e distância própria do (não) encontro entre vizinhos moradores dos bairros de classe média, mais afeitos ao isolamento entre pares. Intuí, assim, as dificuldades que enfrentaria em campo.

Ao me deslocar pelo espaço e me localizar em alguns pontos estratégicos, percebi que o próprio ambiente permitia saber das pessoas e que, ao contrário do que inicialmente intuía, mesmo nos espaços dos bairros ocorria a interação. Muitas vezes não era nem mesmo preciso puxar conversa para ter acesso ao que buscava, e a impressão que tinha era de que certas coisas eram ditas para mim ou que bastava sair de casa e circular pelos espaços para conhecê-los. Nesse sentido, a escolha do ponto onde me localizava era definido de acordo com o tipo de pessoa que pretendia interagir e o que buscava conhecer.

Quando me mudei para o bairro Santa Lúcia sem conhecê-lo, há aproximadamente oito anos, fui aos poucos percebendo que ele se situava em zona de fronteira, e isso me chamou a atenção. Ao circular por seus espaços, não parava para pensar o caminho a tomar, pois essa escolha se fazia quase que automaticamente e com critérios de economia de tempo e de energia. Da casa à padaria, à farmácia, à academia ou ao supermercado.

Ao sair de casa para começar a pesquisa, coloquei-me o problema de por onde passar e de que maneira passar com objetivo de ver o que havia me colocado como problema. Até então, não tinha caminhado pelas ruas do bairro desse jeito, era exploração nova para mim e, nesse sentido, “estranho o familiar”. Por que circular de uma forma ou de outra? Onde parar? Usei o mote “em busca da presença” (ou ausência) das crianças para explorar as distintas paisagens locais.

Ao considerar a presença e usos dos espaços pelas crianças como foco da análise, foi ainda necessário encontrar uma brecha possível para estudá-las, pois buscava uma interação direta e, no caso das crianças, a dificuldade de estabelecer contato tem suas especificidades. Tal presença se distinguia de acordo com a inserção social de cada um dos grupos estudados e refletia nos modos como me viam, me recebiam ou não em campo. Nos extremos, enquanto algumas crianças dos bairros experimentavam o controle excessivo ao confinamento, ou seja, eram quase ausentes na cena, algumas, da Barragem, experimentavam a vulnerabilidade e a violência e eram muito presentes no local da pesquisa. Se a relação entre adulto-criança, por si só, encerra uma situação assimétrica, quando a criança é pobre, a assimetria é ainda mais forte. No entanto, apesar das formas de controle e de imposição de modos de vida, ambos os grupos de crianças encontravam suas brechas e alteravam, de forma própria, o ambiente e as relações entre distintos grupos e suas relações com o ambiente.

Atualmente, no campo da antropologia, aborda-se o tema da simetrização das relações em campo, a busca pela ruptura da relação hierárquica de posições sociais entre o pesquisador e pesquisado, ou seja, a subversão dos protocolos de autoridade

(LATOUR, 1994; GOLDMAN, 2008). No caso desta pesquisa, estava lidando com um campo empírico tão assimétrico, por definição e por escolha, que achei muito difícil ter atingido algum grau de simetrização. Eu a considerava como horizonte, mas não me propus, nem foi possível nas condições do campo, elaborar uma interação que pudesse simetrizar com os sujeitos da pesquisa, especialmente com as crianças, pois minha assimetria, como adulto, era muito forte. Como eu estava neste movimento de circular nas zonas de fronteira, onde as posições assimétricas marcam a circulação das pessoas, a busca pela simetria não era possível de trabalhar. A assimetria dada pela demarcação do cenário, desigual e violento, apesar de descontraído e alegre, tornava quase que inviável, que eu, com esse tipo de movimento, conseguisse inverter ou mesmo anular a assimetria, dada por elementos muito fortes.

Apesar de reconhecer a importância desta perspectiva, percebi quão singular era minha posição no campo tanto em relação às experiências etnográficas que tive a oportunidade de conhecer, especialmente do campo da antropologia urbana brasileira, quanto com relação à minha pesquisa anterior, realizada na Praça Jerimum, em que o recorte socioespacial adotado para a pesquisa possuía traços de homogeneidade, pois localizava-se entre um bairro de periferia e uma favela, nos limites do município de Belo Horizonte, habitado especialmente por grupos das camadas populares, apesar das observáveis diferenças internas ao grupo. Uma das características específicas desta pesquisa e que poderia considerá-la singular é o fato de se localizar na fronteira entre mundos muito distintos, o que não é recorrente em abordagens etnográficas.

Ao pesquisar o aumento da violência, o medo e a segregação urbana na cidade de São Paulo, Caldeira (2000, p. 15), por exemplo, entrevistou moradores de diferentes regiões da cidade habitadas por distintos grupos sociais:

Este estudo não é uma etnografia nestas áreas. É, sim, uma análise etnográfica de experiências de violência, da reprodução da desigualdade social e da segregação espacial do modo como são expressas em algumas áreas e pelos moradores de São Paulo que vivem nelas.

Em pesquisa realizada na favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, Zaluar teve medo de entrar em campo, e esse medo só se dissipou quando aprendeu que (1985, p. 10)

estar ali dentro, e não nas ruas ou nos ônibus da Zona Sul do Rio de Janeiro, era até certo ponto uma garantia de minha integridade física. Pois se estava ali era porque conhecia gente do local. Tinha imunidades sociais e morais.

A autora, ao conhecer pessoas no local de sua pesquisa, acabou por se sentir segura e compreender que não precisava ter medo. Sob este aspecto, os locais públicos onde a classe média carioca circula seriam mais perigosos que os das favelas, pois neles as pessoas pouco se conhecem.

Na Barragem Santa Lúcia ocorre, por um lado, algo parecido, mas por outro bem distinto. Parecido, pois é ali, na interação com os “ricos” moradores dos bairros, que os moradores do Morro buscavam recursos para viver, até mesmo por meio de atos violentos. Por outro, o fato de ser conhecido no Morro não garantia integridade física, pois em razão, também, das disputas internas que hoje caracterizam o tecido social das favelas, *basta o fato de ser parente ou amigo de alguém envolvido pode ser alvo para atingir o outro* (Entrevista informal com rapaz morador do Morro, 25 jul. 2010).

Uma pesquisa na fronteira exigiu enfrentar o fenômeno da violência urbana e o medo. Exigiu, ainda, uma recusa à interdição e à própria fronteira: Existe? Como? Onde? Por quê? À medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, fui tomando contato com fatos que solicitavam cautela. O medo e a violência, mecanismos de luta e de disputa na e pela cidade, permeavam os modos como a interação nesse contexto específico se construía. Em outras palavras, a prepotência e a ameaça faziam parte do jogo de busca por brechas nesses espaços da cidade.

Apesar de considerar impossível pensar numa simetria nesse ambiente específico, as crianças me surpreendiam e traziam elementos novos para a pesquisa e para o

questionamento quanto à relação que aos poucos se construía entre pesquisador e pesquisado:

Em uma ocasião, encontrei alguns meninos que pediam no sinal. No momento seguinte, encontro-os batendo suas roupas na grade existente em torno de um piso circular rebaixado. Estavam molhadas, pois, com a chuva, o piso se tornou uma piscina e eles haviam entrado na água. Batiam as roupas para secar. Conversei com eles e um deles me pergunta: 'Você fala português?' (DIÁRIO de Campo, 22 out. 2009).

A questão do idioma pareceu enfatizar a relação de alteridade entre pesquisador e pesquisados. Grupos sociais distintos criavam ali, no contexto urbano aproximado, formas de expressão distintas, características de cada grupo e que os identificava. Mas, obviamente, tal percepção oriunda desses meninos não era proveniente apenas do modo diferenciado de falar, mas também da forma como me percebiam. O questionamento do menino quanto ao modo como eu falava, de certa forma, questionou códigos de autoridade presentes. Por detrás de sua pergunta poderia especular que dizia que ele, sim, sabia falar português e que eu, não; talvez, ainda, que eu era estrangeiro e que, portanto, não sabia me comunicar naquele ambiente. Provocação ou real indagação, poderia ser interpretada ainda como uma demarcação quanto ao pertencimento local.

Em outra ocasião, uma menina, moradora do Morro, perguntou: *Por que vocês caminham aqui?*, demonstrando que estranhava e tentava compreender o fato das pessoas moradoras dos bairros escolherem caminhar em círculos em torno da Barragem, o que para eles era absolutamente "normal".

E ainda mais forte e importante para a pesquisa: apesar da situação de adversidades, da falta de proteção e da necessidade de enfrentamento de diversos obstáculos para estar neste ambiente, como dito, ambíguo, violento e descontraído, algumas crianças do Morro criavam suas formas próprias de estar no local e circulam com muito mais desenvoltura no ambiente do que eu. Não só não tinham medo, não eram assaltadas, como extraíam dessas condições, das oportunidades de interação com o diferente (o "rico"), suas formas próprias de (sobre)viver. Por meio dessas habilidades adquiridas na prática e no cotidiano nesse contexto da pesquisa, eles

participavam como atores na produção de seus lugares. Se por um lado experimentavam a violência urbana na carne e de pé no chão, aprendiam a circular pelos espaços, a brincar entre pares, a fazer amigos nos espaços públicos e com jogo de cintura “se viravam” e (sobre)viviam, ou seja, encontravam as próprias brechas.

Outra busca por *brecha* entre fronteiras foi necessária para a viabilidade desta pesquisa: a brecha entre campos científicos distintos, entre disciplinas. Como estudar o espaço urbano contemporâneo por meio de uma etnografia com crianças num Programa de Pós-Graduação em Educação? Como encontrar uma brecha entre a arquitetura, o urbanismo, a educação, a sociologia, a geografia e a antropologia? Esse foi um dos grandes desafios que me acompanhou nesta pesquisa.

Cenas e cenário

Nesta investigação, foram utilizadas diversas formas de produção de dados em busca pelo sujeito no mundo urbano e por novas formas etnográficas – sem abdicar de sua densidade. Como dito, a produção de dados se deu inicialmente em movimento e a pé, em busca da presença das crianças em público. A caminhada era interrompida quando eram encontradas expressões dessa presença, seja por meio de indícios, tais como os desenhos no piso, sons característicos de vozes infantis, tempos-espacos prováveis de encontrá-los. Procurava, quando encontrava brechas, uma interação com as crianças, sentava-me ou posicionava-me em locais estratégicos, conversava ou somente observava. Mediante incursões nos arredores do Parque foi possível traçar um cenário de fluxos das crianças e ir, aos poucos, compreendendo as dinâmicas da presença e dos usos dos espaços. Nesse sentido, o deslocamento no espaço em busca das crianças foi revelador e só assim foi possível, aos poucos, me deter em alguns locais para um adensamento mais pontual, ainda que no movimento.

Em todo o período da observação, mantive um diário de campo no qual anotava as *cenas* que presenciava, principalmente aquelas *com* crianças. Goffman (1959) utiliza

a metáfora da representação teatral para definir a forma como o indivíduo se apresenta aos outros em público e como essa representação do *self* regula e é regulada pelas interações sociais face a face. Inspirado nas suas analogias das interações humanas com a dramaturgia, *cena*, neste estudo, refere-se a um tempo-espaço em que uma atividade ocorre, cujo cenário é o espaço urbano público aberto e que o pesquisador imprime atenção especial na interação das pessoas, tal como uma “iluminação geral” no teatro: O “canhão de luz”, no entanto, aponta e dá destaque aos meninos e meninas entre 8 e 12 anos aproximadamente. Em outras palavras, o foco neste grupo não coloca os outros atores na sombra da cena.

A *cena* foi, neste estudo, a unidade de análise utilizada para a organização e o registro da observação de campo na Barragem e foi associada a um local e um momento específico do dia, a presença de crianças, o tipo de atividade, a presença ou não de brinquedos, equipamentos e demais elementos do ambiente. Foram associadas categorias temáticas, discursos dos sujeitos e categorias teóricas a esses elementos presentes nas cenas. As crianças presentes nas cenas foram classificadas por gênero, faixa etária, local de moradia (bairros, favela ou não moradores dos arredores) e segundo a presença ou não de acompanhantes (segundo o gênero, a faixa etária, moradores dos bairros, das favelas ou não moradores dos arredores), se estavam no espaço entre pares (classificados por gênero e local de moradia) ou se estavam a sós.

Ao utilizar o termo “cenário”, neste estudo, não estou me referindo a um pano de fundo, a uma imagem que compõe as diversas cenas, mas, sim, a um conjunto de cenas que procuram descrever com densidade os diversos elementos presentes na paisagem, entre pessoas e coisas.

Em busca da espacialização da etnografia, transcrevi o diário para o computador, numerei as cenas, destaquei as categorias e aspectos relevantes e organizei-as em planilhas (FIG. 12).

Além da busca por categorias locais e aspectos recorrentes, essa opção por organização dos dados teve como objetivo a utilização das informações em programa de geoprocessamento.

mai 09		20 cenas										
cena	data	turno	localização	pessoas	acompanhante	tipo de atividade	brinquedo brincadeira	equipamento	aspectos relevantes / destaques	categoria temática	discurso local	fontes
1_1	1/5/2009	fer_man	sao bento	adu_hm_bai				muro grade cameras	poucas pessoas no bairro são bento	isolamento / cidade de muros		fotos
1_1	1/5/2009	fer_man	sao bento	adu_h_tra		trabalho		guaritas	descrição do bairro	segurança / privatização do espaço / serviço		
1_2	1/5/2009	fer_man	bento simao	adu_h_bai	pares	ativ fisica		pista caminhada	a pista fechada da bento simao recebe especialmente os adultos do bairro.	isolamento / produção capitalista do espaço	senhor fala para amigos: "ali dá um empreendimento muito bom".	
1_2	1/5/2009	fer_man	bento simao	criP_hm_bai	adu_hm_bai	ativ fisica	carrinho	pista caminhada	pais levam crianças pequenas nos carrinhos			
1_2	1/5/2009	fer_man	bento simao	criP_h_bai	adu_m_bai	lazer – passeio	carrinho		Cachorro media relações			
1_3	1/5/2009	fer_man	arco	cri_hm_bai	adu_m_bai	lazer	velocipede, desenho no piso			indicio		
1_3	1/5/2009	fer_man	arco	criP_hm_fav	jov_m_fav	circulacao			mocas caminham varias com crianças			
1_4	1/5/2009	fer_man	pracinha	cri_hm_fav	pares	circulacao ludica	bicicleta					
1_4	1/5/2009	fer_man	pracinha	cri_hm_fav	pares	jogo	pau no litro – garrafas pet		objeto do cotidiano vira brinquedo.	reprod interpret		
1_4	1/5/2009	fer_man	pracinha	cri_hm_fav	pares	recreacao	desenho no piso		Menino desenha no piso com caco de ceramica			
1_4	1/5/2009	fer_man	pracinha	cri_hm_fav	pesquisador	recreacao	escrita no meu caderno		Menina me confunde ao mudar de nome declarado			
1_5	1/5/2009	fer_man	pista	adu_h_bai		caminhada			cachorro media relações			
1_6	1/5/2009	fer_man	rua	adu_hm_fav	só	lavar vender carro						

Figura 13 – Parte da planilha organizada pelo autor com base nas anotações em cadernos de campo. O conjunto completo das planilhas é constituído por 62 páginas A3.

Cena: Tempo-espaço em que ocorre a presença de pessoas. Representadas na planilha por meio das diferentes cores.

Turno: Período do dia em que ocorre a cena.

Localização: Onde acontece a cena. Esse território é definido pelo(s) elemento(s) que o caracterizam e que se relacionam com a ocorrência de certo(s) uso(s), ou seja, uma característica do ambiente, equipamento ou um mobiliário urbano intimamente ligado à ação e ao(s) uso(s) de tal espaço.

Pessoas: Os dados levantados levam em conta a faixa etária, gênero, moradia e foram abreviados na planilha da seguinte maneira:

Faixa etária	Abreviatura
Criança (entre 7 e 12 anos aproximadamente)	cri
Criança pequena (até aproximadamente 5-6 anos)	criP
Jovem	jov
Adulto	adu
Idoso	ido
Gênero	
Masculina	h
Feminino	m
Moradia	
Morro	fav
Bairro	bai
Trabalhadores não moradores dos arredores	tra

Acompanhantes: subcategoria associada às crianças que qualifica a presença delas no espaço, segundo a presença ou não de outra pessoa acompanhando-as. A categorização dos acompanhantes leva em conta a inserção geracional, gênero, moradia e foram abreviados na planilha da mesma maneira descrita acima. Quando eram da mesma faixa etária e moradia, foram considerados "pares". Foram observadas crianças: sozinhas, entre pares, acompanhadas de jovem(ns), de adulto(s), de idoso(s) e da família.

Dados complementares receberam colunas específicas na planilha: tipo de atividade; brinquedo ou brincadeira presente na cena; equipamento, mobiliário ou característica do espaço que interfere na cena; aspectos relevantes ou destaques; categoria temática; discurso local se refere à fala dos sujeitos; e fontes, que indica ou não se foram produzidos outros tipos de informação, tais como fotos, desenhos ou entrevistas.

Figura 14 – Definições para as colunas da planilha.

Capítulo 9

A ESPACIALIZAÇÃO GRÁFICA DAS INFORMAÇÕES COMO FERRAMENTA DE DIÁLOGO

Nesta escrita, ainda que etnográfica, não estou somente escrevendo textos, mas também grafando. Ou seja, uso formas gráficas para realizar a etnografia para além da escrita textual. Experimento formas gráficas de registro e análise de informações, alternando formas de realizá-las, utilizando os instrumentos próprios da arquitetura e do planejamento: o desenho, mais especificamente, os mapas.

Segundo Ingold (2000, p. 220),

enquanto seria errado, ou pelo menos enganoso, comparar o conhecimento do nativo a um mapa, há certo paralelo que pode ser traçado entre os processos de conhecer e de mapear. Ambos são atividades situadas no ambiente, ambos são realizados ao longo de trilhas de circulação, e ambos se desenvolvem ao longo do tempo.

Para o autor, “existe um paradoxo no coração da cartografia moderna. Quanto mais ela procura prover uma representação exata e abrangente da realidade, menos verdadeira esta representação parece” (Ingold, 2000, p. 242). Nessa perspectiva, Ingold aponta a lacuna presente na representação gráfica do espaço por meio de mapas, pois afirma que toda a jornada realizada por cartógrafos e demais cientistas não aparece nos mapas “moderno-científicos”. Apoiando-se nas afirmações de Turnbull, afirma que, ao contrário, “uma das características impressionantes do mapa moderno é a eliminação, ou rasura, das práticas e itinerários que contribuem para sua produção” e considera um mito “a idéia de que os mapas não dependem de nenhum ponto de vista”, (1996 *apud* INGOLD, 2000, p. 229). Por sua vez, Ingold (2000, p. 225) afirma que

a realidade é que nenhum mapa, por mais ‘modernas’ ou sofisticadas que sejam suas técnicas de elaboração, pode ser totalmente divorciado das práticas, dos interesses e da compreensão de seus elaboradores e de seus utilizadores. Ou, em outras palavras, todo mapa está, necessariamente, embutido de um ‘modo de vida’.

Ao analisar as formas como as pessoas se localizam e circulam pelo espaço, o autor contesta a ideia de que mesmo quem não usa ou elabora mapas gráficos tem mapas na mente, os chamados mapas cognitivos. E contesta a abordagem de Alfred Gell (1985 *apud* INGOLD, 2000, p. 223) para a cartografia moderna: “Mapas codificam crenças ou proposições sobre a localização de lugares e de objetos que são verdadeiros (ou aceitas como verdadeiras) independentemente da posição de uma pessoa no mundo”.

Enquanto a cartografia moderna se preocupa em estabelecer credenciais científicas mediante de sua pretensão de produzir representações exatas e objetivas do mundo, Ingold prefere a ideia de que conhecemos o ambiente enquanto caminhamos e que o viajante que conhece enquanto caminha não está elaborando um mapa nem utilizando um. Simplesmente ele está *mapeando*. Assume, assim, a ideia de “cartografia de processo” de Rundstrom (1993, *apud* INGOLD 2000, p. 231), no qual mapear é visto como “aberto, contínuo, sempre levando ao próximo instante do mapear, ao próximo mapa”.

Para o autor, ainda, o conhecimento sobre o ambiente sofre formação contínua durante o movimento das pessoas. Ao adotar a ideia de mapear como uma narração verbal de jornadas efetuadas ao longo do tempo, Ingold (2000, p. 231) afirma que *elaborar mapas* não é *mapear*. Aquele que conhece enquanto caminha não está elaborando nem utilizando mapas, está “simplesmente mapeando”. Ao desconsiderar o movimento dos habitantes num mapa, é deixado de lado todo o movimento e práticas das pessoas, ou seja, parece ao final que nada acontece nesses espaços.

Nesta investigação, *mapeio* e *elaboro mapas*, no sentido ingoldiano. Busco conhecer e registrar o ambiente por meio de uma grafia espacializada, os *mapas etno-gráficos* em processo. Considerando que o desenho é um dos principais instrumentos utilizados pelos arquitetos para observar, interpretar e projetar, ao utilizar o desenho como *etno-grafia*, alterno minha posição entre etnógrafo e arquiteto. Ao utilizar distintas formas de mapear, busco construir uma cartografia que se refira aos

sujeitos e aos usos dos espaços, alternando distintas formas de conhecer, ler e descrever o ambiente urbano.

Os *mapas etno-gráficos* utilizados como escrita nesta tese, portanto, são distintos dos mapas utilizados na cartografia tradicional, por se referirem aos sujeitos (*etno*) e por não serem consideradas figuras estáticas, acabadas, mas, sim, por apresentarem o processo em andamento e as ferramentas utilizadas. Provavelmente os cartógrafos e geógrafos diriam que não são mapas, mas simples figuras, ou croquis. Eu considero que alguns são mapas, outros são desenhos georreferenciados e outros são mesmo croquis.

O exercício da espacialização dos dados etnográficos foi fundamental neste trabalho. Com ele, busquei realizar outro tipo de leitura, por meio de um olhar não apenas de um planejador distante, nem só de quem participa do cotidiano com as crianças, mas alternando as perspectivas e os modos de ver as crianças no mundo urbano. Na experiência anterior com etnografia, os instrumentos utilizados para a escrita sobre os usos da Praça Jerimum, apesar da utilização de diversas imagens, centraram-se numa descrição textual, própria da etnografia. Naquela ocasião, pouco se avançou nas formas de registro e espacialização que auxiliassem na leitura dos usos do espaço.

Essa busca por outra forma “etno-gráfica” mais espacializada se soma àquelas que, diante do desafio de “falar” sobre a cidade, conhecê-la, representá-la e interpretá-la, não se restringiram a textos. Alguns exemplos seriam os trabalhos de Lynch (1988) e de Santos e Vogel (1985).

Em estudo clássico sobre a cidade Lynch (1988, p. 12) ocupa-se “da qualidade visual da cidade americana, estudando a imagem mental que os cidadãos têm dela” e estabelece como parâmetro a legibilidade visual, definida assim: “uma cidade legível seria aquela cujas freguesias, sinais de delimitação ou vias são facilmente identificáveis e passíveis de agrupamento em estruturas globais”. O autor argumenta

que uma imagem clara do meio ambiente é uma base útil para o crescimento do indivíduo. Ao se propor a realizar um estudo piloto e assumindo como objetivo o desenvolvimento de ideias e métodos, Lynch (1988, p. 57) “limita-se aos efeitos dos elementos físicos perceptíveis”.

Para isso, adota como objeto da investigação a percepção visual de moradores de três cidades distintas. Propõe-se a captar a imagem ambiental sobre tais espaços, por meio de mapas mentais e entrevistas com moradores, com o objetivo de criar uma síntese, considerada pelo autor como *imagens públicas*.

Embora se refira a outros tipos de análise em seu texto, elege a forma física e sua materialidade como objeto da análise urbana. Por outro lado, negligencia os processos de construção das cidades e os usos dos espaços, as práticas e os sujeitos: a figura humana não aparece em seus diversos mapas e *croquis* utilizados como elementos gráficos da escrita. Em outras palavras, poder-se-ia afirmar que ele desenvolve um método de representação ambiental, assumindo o conceito de ambiente abstrato, distanciado.

Ao considerar a velocidade das mudanças, das dimensões metropolitanas e de seus problemas, aborda critérios para a *boa* forma da cidade:

Com a presente velocidade de construção, não há tempo para uma adaptação lenta da forma a forças pequenas, individualizadas. Por isso, temos cada vez mais de ter em conta o *design* consciente: a manipulação deliberada do mundo com fins de percepção. Embora na posse de ricos antecedentes de *design* urbano, a operação deve, agora, proceder numa escala temporal e espacial, completamente diferentes (LYNCH, 1988, p. 129).

Já Santos, arquiteto-antropólogo coordenou uma pesquisa etnográfica no bairro do Catumbi no Rio de Janeiro (SANTOS; VOGEL, 1985). A proposta desta pesquisa consistiu em

uma prospecção de processos e de categorias que, à revelia das suposições técnicas ou acadêmicas, organizam as formas de classificar e usar o espaço coletivo. Trata-se de uma opção antropológica (SANTOS; VOGEL, 1985, p. 12-13).

Pretendeu-se estabelecer, ali, um confronto entre as teorias do pesquisador e as do *nativo*, tal como tradicionalmente se faz em trabalhos antropológicos. Ao tentar “registrar costumes, comportamentos e reações regulares ou únicas nas interações e dramas sociais do cotidiano” (SANTOS; VOGEL, 1985, p. 13) recorreu-se à etnografia como uma descrição densa (GEERTZ, 1978[1973]), “um manuscrito que roteiriza o objeto que se deseja conhecer e que permite lê-lo” (SANTOS; VOGEL, 1985, p. 13). O processo de observação do cotidiano local revelou distintas formas de apropriação dos espaços, em que, aos poucos, os pesquisadores “tomaram pé da situação” e tiveram de “ir aprendendo a ver o lugar” (SANTOS; VOGEL, 1985, p. 34). O tema inicial da pesquisa – o lazer – foi alterado para o processo de demolições das casas, presente naquele momento no Catumbi e recorrente nas interações com os moradores locais.

Nessa publicação, foram combinadas diversas metodologias no trabalho de campo, dentre elas a “técnica de combinação fotografia-desenho, usada de forma experimental” e que, segundo os autores, “valeu muito para que apreendêssemos as dimensões internas da vida social no Catumbi” (SANTOS; VOGEL, 1985, p. 15).

Ao considerar as distintas formas de espacialização de informações e a proposta de espacialização etno-gráfica, cabe lembrar que ao longo dos tempos a representação espacial tem passado por grandes mudanças. Os primeiros desenhos eram constituídos por poucas informações precisas e continham apenas algumas das ideias do autor. Segundo Ferro (1979), progressivamente, o desenho incorpora técnicas cada vez mais precisas de representação, possibilitando que o autor dos projetos se distancie do canteiro de obras. Segundo o autor, é exatamente isso que passa a caracterizar o ofício do arquiteto: o *distanciamento* do objeto. Foi a partir do século XVII que as formas de representação espacial progrediram no sentido da precisão,

ao respeitarem uma escala e usarem métodos de projeção, facilitando-lhes a reprodução. Para o autor, mediante uma visão marxista do ofício arquitetônico, o desenho passou a constituir linguagem compreendida apenas por arquitetos e engenheiros e configurou-se como mecanismo de poder e controle daqueles que não possuem tais códigos (operários e futuros usuários por exemplo). Assim, não dispunham de meios para a leitura e interpretação dos projetos e qual seria o resultado final em termos espaciais e de forma.

Nas últimas décadas, presenciamos considerável mudança nas formas de representação e análise espacial dada a entrada dos mecanismos digitais de comunicação, geração de dados e a expansão da interatividade digital na vida das pessoas. Alguns dos programas atuais de representação e análise espacial, além de serem gratuitos, facilitam a compreensão das propostas de planejamento espacial e possibilitam a utilização por pessoas que não detêm o saber técnico, ao se apresentarem de maneira acessível, interativo, simples e com rápida visualização dos resultados.

Nesta pesquisa, são experimentadas duas formas de *mapeamento*: o primeiro utiliza o Sistema Geográfico de Informações (*Gis – Geographic Information System* em inglês) uma das principais ferramentas de geoprocessamento utilizadas atualmente. O segundo utiliza o programa *Google Earth*, cuja característica principal é apresentar um modelo 3D do globo terrestre e a interatividade por meio da internet.

Os programas de geoprocessamento, tal como o *ArcGis*, utilizados na cartografia contemporânea, introduzem novos elementos nas formas de mapear, pois possibilitam o manejo de dados, cruzamento em camadas de dados provenientes de distintas origens e possuem ferramentas de análises espaciais que podem contribuir com os processos analíticos. Além disto, é possível avançar mediante a associação de dados qualitativos aos pontos georreferenciados, com registro de suas características. Ou seja, não se trata de um desenho, uma simples representação do espaço; a cada elemento georreferenciado podem ser associados diversos dados de naturezas

distintas, organizados em camadas de informações com possibilidades de superposição e análise. A elaboração dos mapas, neste caso, a despeito da interferência de seu elaborador, abre campo para o diálogo entre fontes de dados distintas, incluindo dados demográficos. Esse tipo de programa exige do elaborador de mapas *expertise*, só alcançada por aqueles que se dedicam a essa tarefa por algum tempo.

Já os programas do tipo *Google Earth* e *Google Maps* possibilitam gratuitamente e de forma interativa o registro de dados espacializados, associando fotos e demais imagens, registros de lugares, caminhos e criação filmes, como registros sobre imagem de satélite. É possível, ainda, o cruzamento com dados de referência publicados por distintos agentes *on line*. Alguns dados disponíveis dizem respeito à topografia, nomes de ruas e demais referências e fotos dos locais.

Ao buscar uma forma etno-gráfica e se propor utilizar as atuais ferramentas de análise espacial na elaboração de mapas, tanto no âmbito do planejamento quanto na observação das crianças na Barragem, algumas questões se colocam: Seria possível e desejável o cruzamento de dados demográficos em macroescala com dados etnográficos? Seria possível estabelecer diálogo entre um olhar antropológico e as propostas de planejamento? De que forma? Como utilizar dados da pesquisa qualitativa em escala micro no planejamento urbano que opera fundamentalmente privilegiando a escala macro? Quais avanços poderiam ser obtidos nessas direções?

O processo de produção de dados espacializados se desenvolveu em distintas ocasiões, e busquei alternar entre o ponto de vista do arquiteto-planejador e o do etnógrafo. Busquei, ainda, distintas formas de registro espacializado, um exercício de experimentação, no sentido de pensar outro instrumento: entre as ferramentas atuais próprias da cartografia georreferenciada, dos especialistas e planejadores quanto as ferramentas interativas de espacialização utilizadas *on line* por diversos tipos de pessoas.

O processo iniciou-se na ocasião de trabalho em que participei da elaboração de diagnósticos e diretrizes de políticas públicas para a região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o Plano Metropolitano, em que colaborei, de outubro de 2009 a julho de 2010 e concomitantemente em parte, com os procedimentos desta pesquisa, cuja coleta de dados ocorreu em duas fases de observação participante no campo – a primeira entre maio de 2009 a agosto de 2010 e a segunda, de fevereiro a junho de 2011.

A elaboração de mapas na ocasião de planejamento em escala regional

Ao participar de equipe de planejadores – entre colegas, pesquisadores, consultores e professores universitários –, tive a oportunidade de experimentar os instrumentos de geoprocessamento na elaboração de mapas que serviram de suporte para os diagnósticos e a elaboração de diretrizes para o planejamento da região metropolitana de Belo Horizonte. Nessa ocasião de trabalho, além da oportunidade de participar de uma equipe de planejamento em escala metropolitana, tive contato com uma grande quantidade e qualidade de dados que dificilmente teria em outra ocasião.

Ao abordar a cultura, educação, segurança alimentar, trabalho e renda, a área temática transversal da qual participei adotou o tema *cultura* como eixo que articulava as demais temáticas e considerou “cultura como expressão do modo de vida no território” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Produto 2, p. 1 – não publicado) e “o território metropolitano foi considerado como espacialidade e temporalidade das *formas de vida* que se articulam em fluxos diversos, multiescalares, do local ao global” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Produto 2, p. 1 – não publicado). Com base nessa premissa, assumimos o mapeamento como metodologia de coleta de dados, diagnóstico e análise, com o objetivo de produzir “instrumentos que permitissem a leitura do território voltada para a identificação das possíveis articulações intersetoriais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Produto 3, p. 37 – não publicado).

Tendo sido convidado a colaborar com a elaboração de diretrizes para políticas públicas dos setores da educação e da cultura, aproveitei a oportunidade de trabalho com meus professores e colegas para tentar compreender, a partir desse lugar específico, quais seriam as possibilidades de uma abordagem de planejamento em que as crianças fossem consideradas. Nessa etapa, a investigação se deslocou para o mundo do planejamento e passamos a trabalhar com dados sobre a infância em escala macro.

Como pano de fundo para o trabalho, elaborei algumas questões que nortearam minha participação e a contribuição que pretendia oferecer à equipe e ao planejamento da região: diante da complexidade e da macroescala do problema com que nos deparamos ao atuar no planejamento metropolitano, seriam menores as questões infantis? Como os grandes problemas metropolitanos, tais como mobilidade, acessibilidade, violência, desigualdade, dentre outros, afetam a vida das crianças? As crianças devem participar do processo do planejamento e contribuir com os planejadores? Como? Como os planejadores percebem a infância? De que forma podemos conhecer as demandas das crianças e como elas podem ser atendidas? Quais espaços usam, de que forma e onde circulam as crianças especialmente na RMBH?

E ainda: seria possível um planejamento territorial em que as categorias analisadas partissem das especificidades de seus habitantes? Ou seja, no lugar da divisão setorial tradicional (saúde, educação, cultura, transporte, habitação, etc.), poderíamos pensar e analisar uma região partindo de categorias tais como etnia, faixa etária, gênero, etc.?

Sem pretender responder a todas essas questões, a elaboração de um instrumento que permitisse o registro de diferentes tipos de informação se revelou um caminho interessante para explorar possíveis abordagens e propiciar o diálogo entre diferentes atores.

Na direção do mapeamento, num primeiro momento do trabalho, foram lançados dados sobre informações de base demográfica que representaram graficamente a distribuição da população, a despeito do fato de que tal distribuição ter como base os dados do Censo Demográfico de 2000, os mais atualizados no momento (FIG. 15).

Num segundo momento, pretendeu-se identificar e analisar manifestações culturais, equipamentos, espaços, etc. Nessa direção, a primeira meta foi a produção de mapas que incluíssem equipamentos de cultura, educação, lazer, esportes e assistência social, manifestações culturais e populares, grupos culturais, etc. Para além dos dados oficiais obtidos, buscamos dados complementares oriundos de diversas fontes, tais como sites oficiais dos municípios, do governo do Estado de Minas Gerais e do Ministério da Cultura, questionário temático aplicado nas oficinas participativas, pesquisas na internet, estudos de casos e diálogo com interlocutores privilegiados.

No decorrer do processo, tivemos acesso a dados oriundos da Prefeitura de Belo Horizonte em que continham a localização de escolas, museus, cinemas, bibliotecas, parques e praças. Obtivemos, ainda, alguns dados importantes, tais como sobre grupos, espaços e manifestações culturais em vilas e favelas a partir de pesquisa realizada pela ONG *Favela é isso aí*¹⁸.

Com base nesse panorama, foram produzidos alguns mapas com o objetivo de dar visibilidade a certos fenômenos, tais como: a concentração de renda, de analfabetos, a localização de escolas em Belo Horizonte, além de bibliotecas públicas municipais, comunidades quilombolas e estruturas municipais cultura x investimento municipal para o setor cultural, que foram utilizados como apoio para as informações do diagnóstico (FIG. 16, 17, 18, 19 e 20).

¹⁸ Disponível em www.favelaeissoai.com.br. Acesso em abril de 2010.

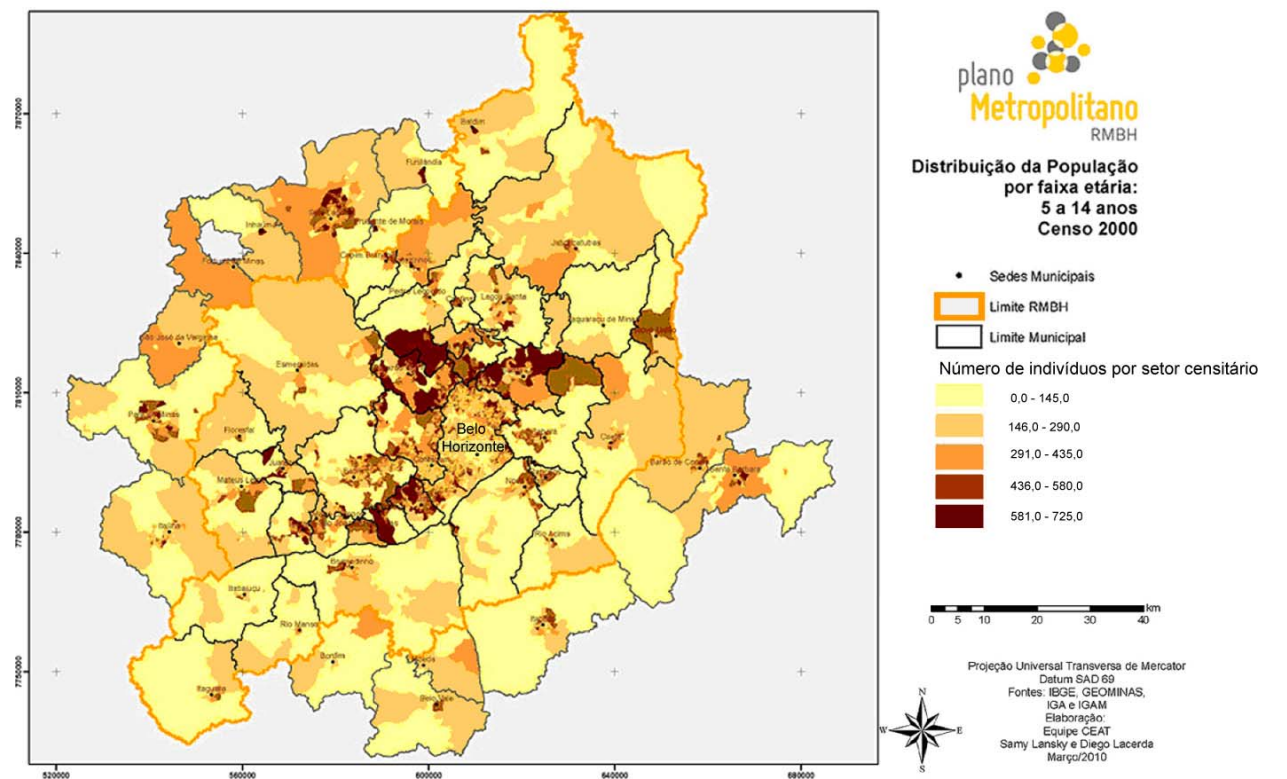
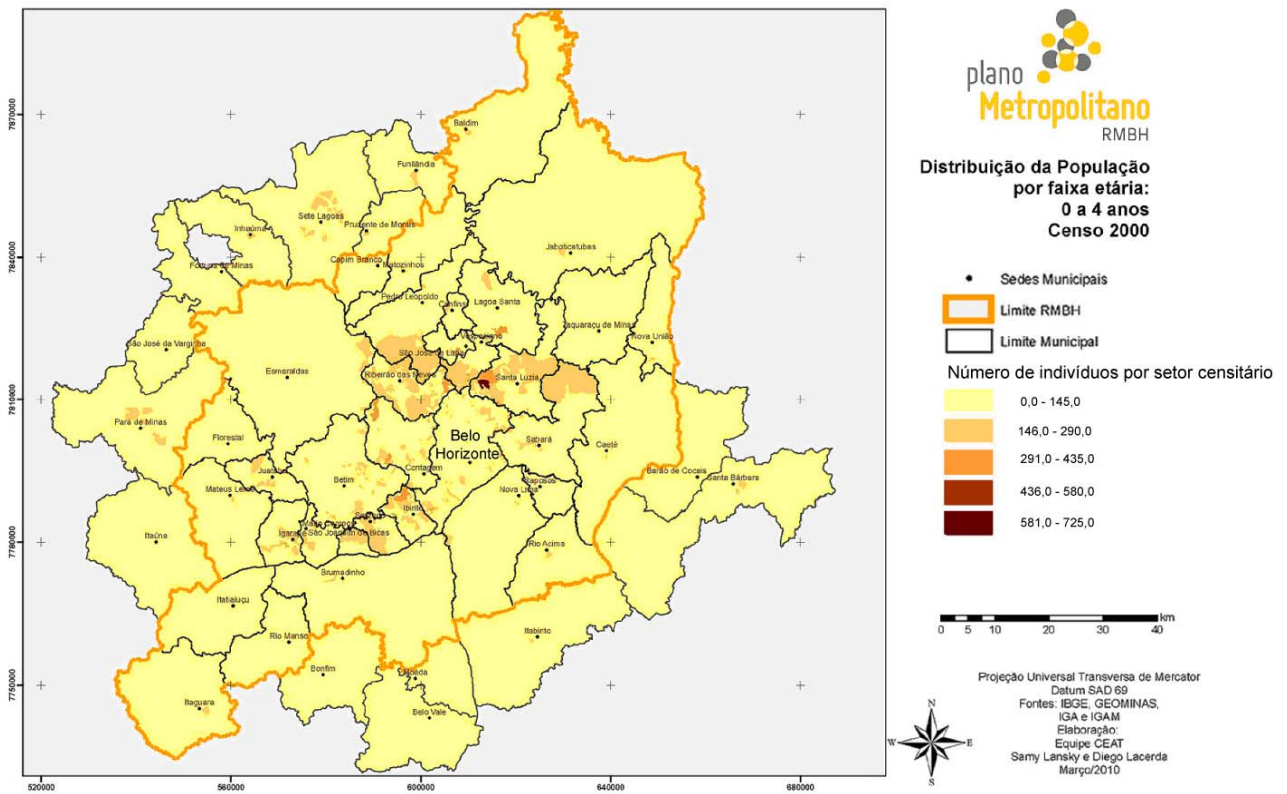


Figura 15 – Distribuição da população infantil. Mapas realizados pelo autor com a equipe da área transversal *Cultura, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho e Renda* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Produto 3 – não publicado).

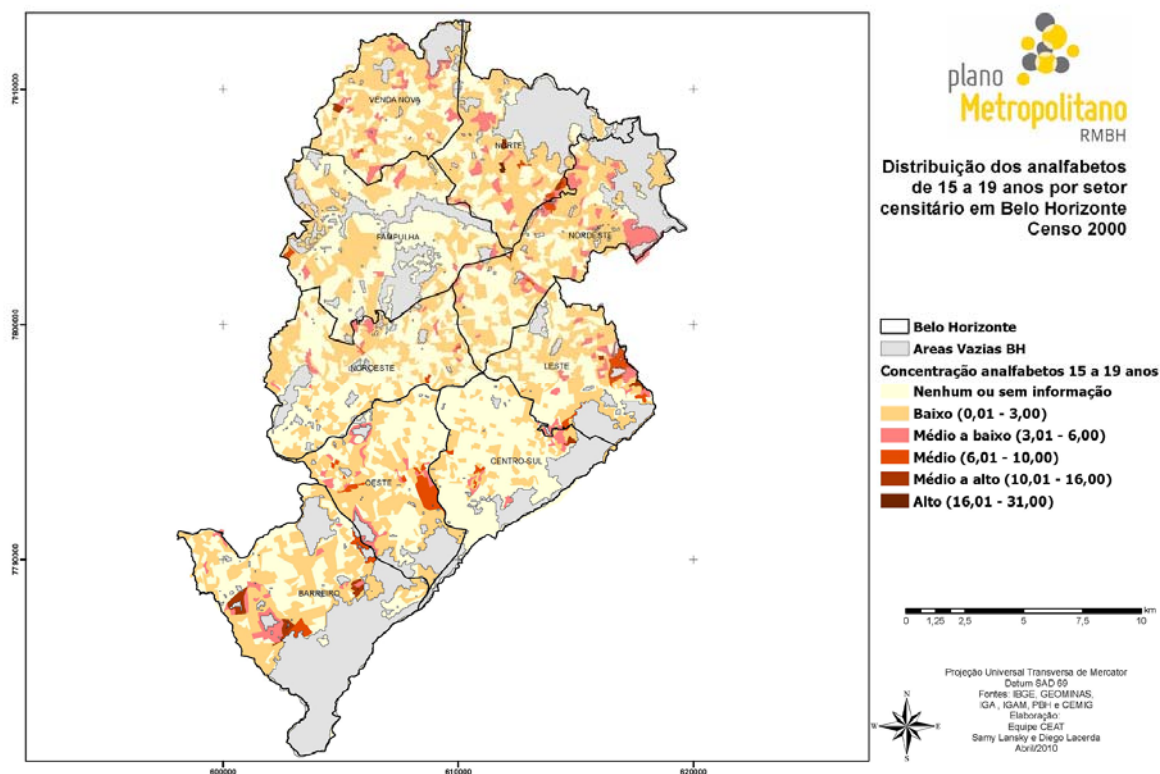
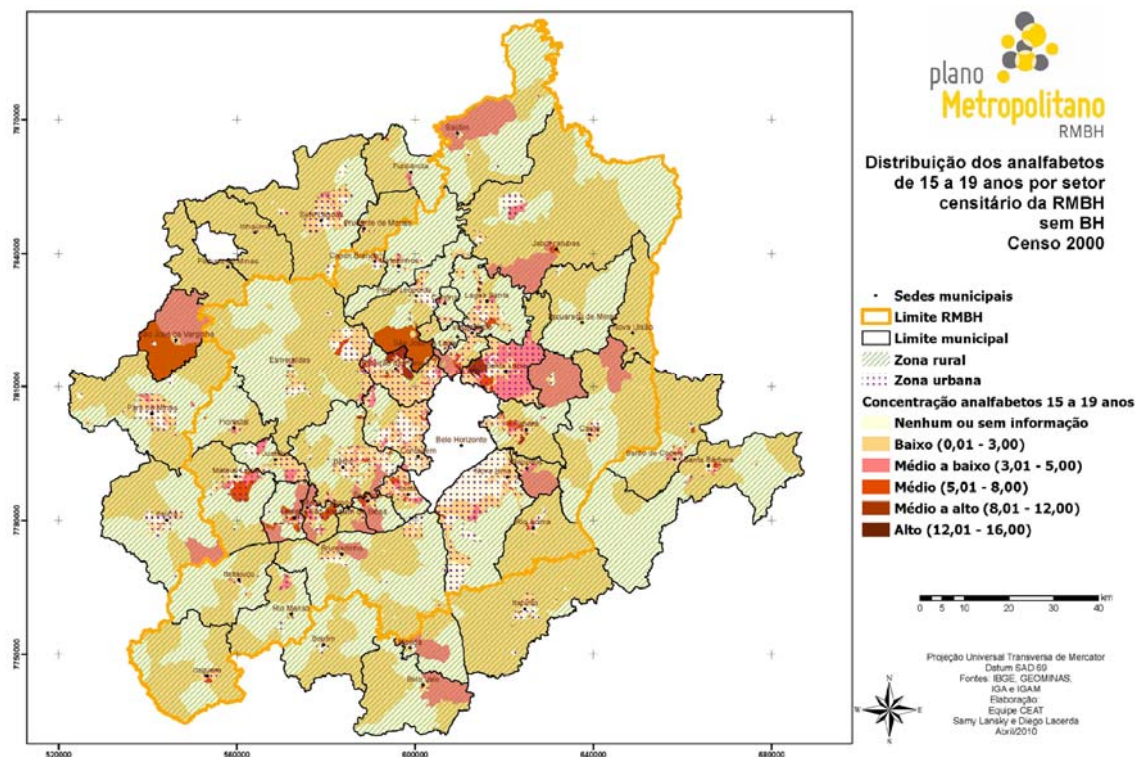


Figura 16 – Densidade de analfabetos entre 15 e 24 anos na RMBH e no município de Belo Horizonte. Mapas da realizado pelo autor com a equipe da área transversal *Cultura, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho e Renda* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Produto 3 – não publicado).

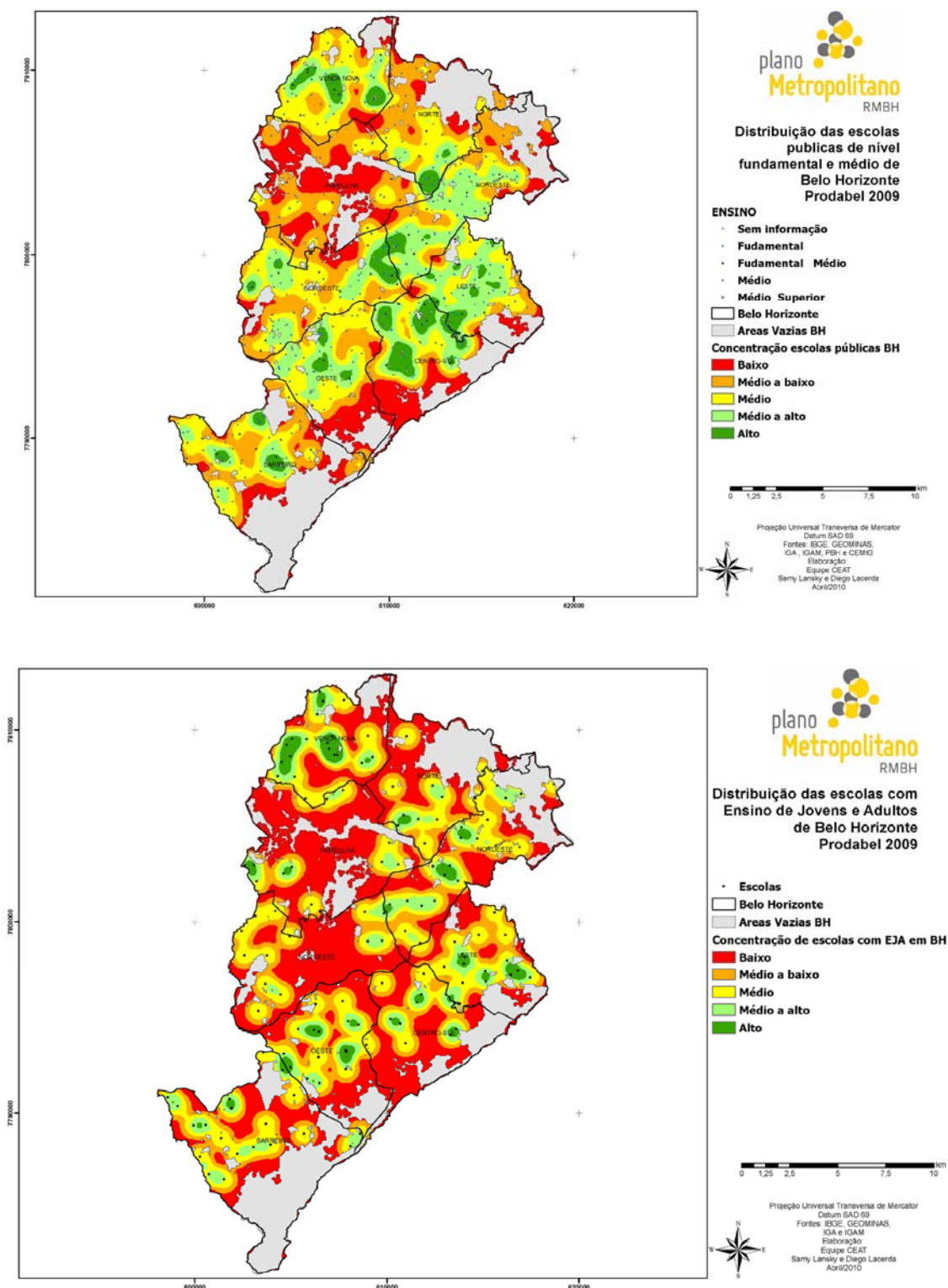


Figura 17 – Escolas públicas de ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Belo Horizonte. Mapas realizados pelo autor com a equipe da área transversal *Cultura, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho e Renda* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Produto 3 – não publicado).

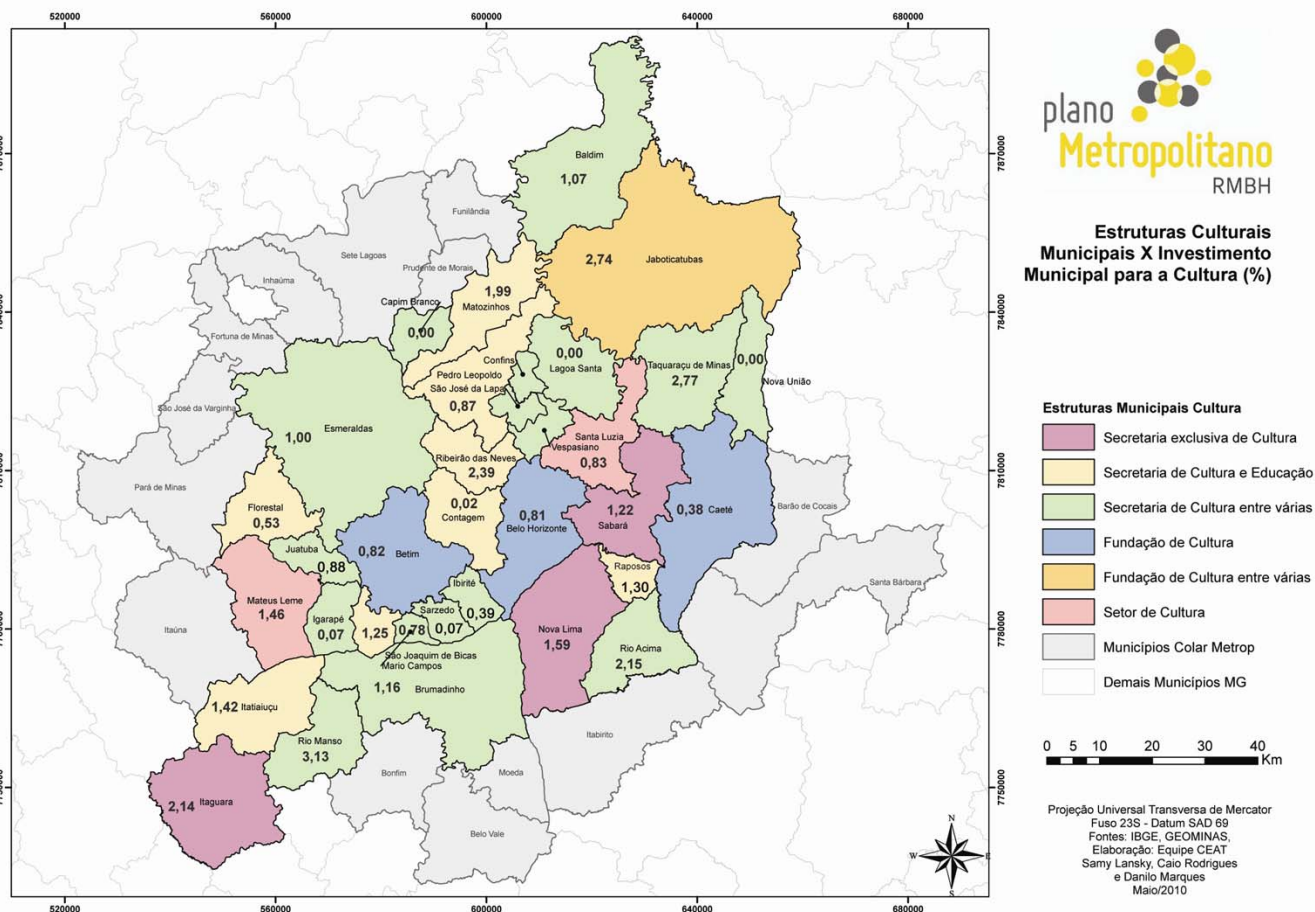


Figura 18 – Estruturas municipais de cultura e o investimento no setor. Mapa realizado pelo autor com a equipe da área transversal *Cultura, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho e Renda* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Produto 4 – não publicado).

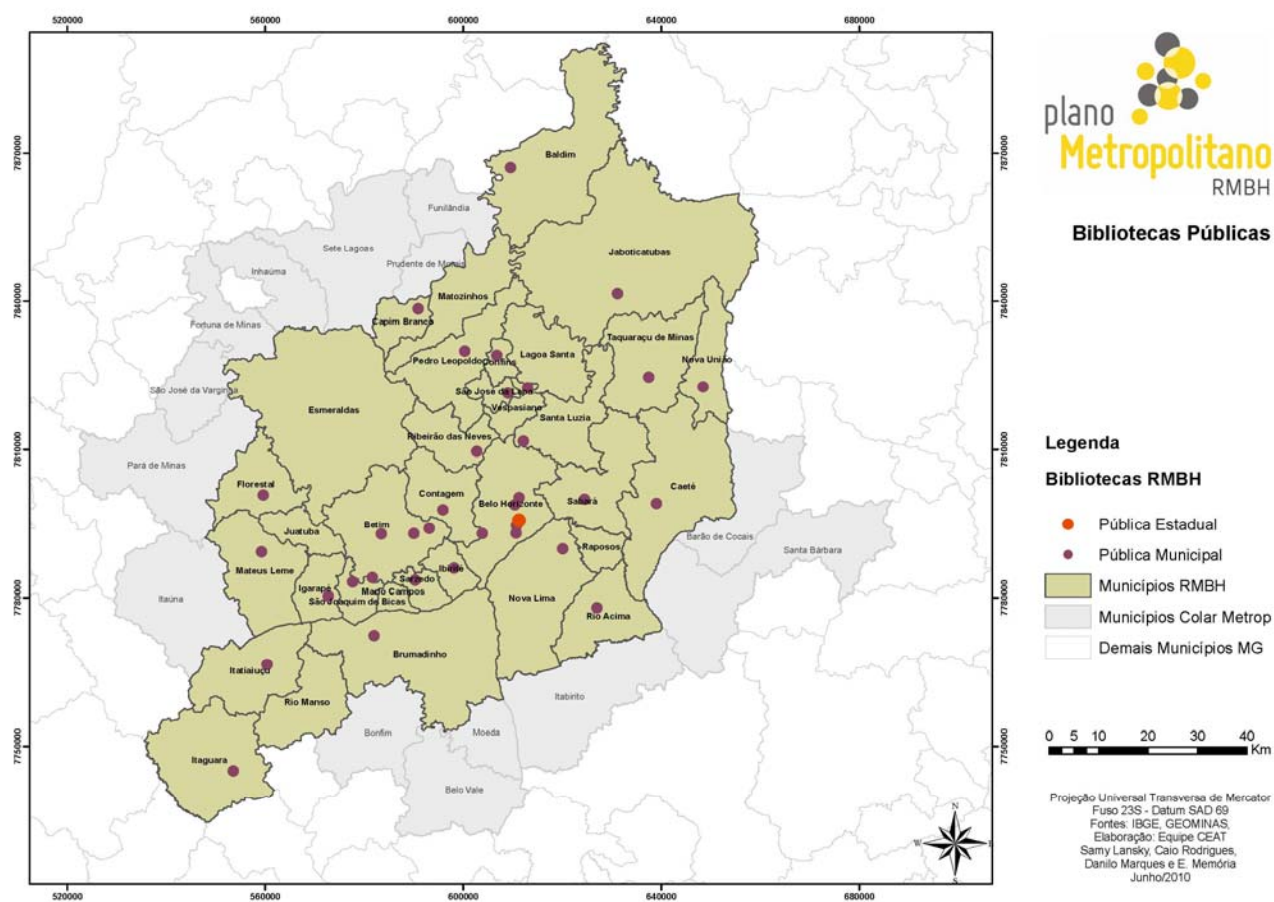


Figura 19 – Bibliotecas municipais na RMBH. Mapa realizado pelo autor com a equipe da área transversal *Cultura, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho e Renda* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Produto 4 – não publicado).

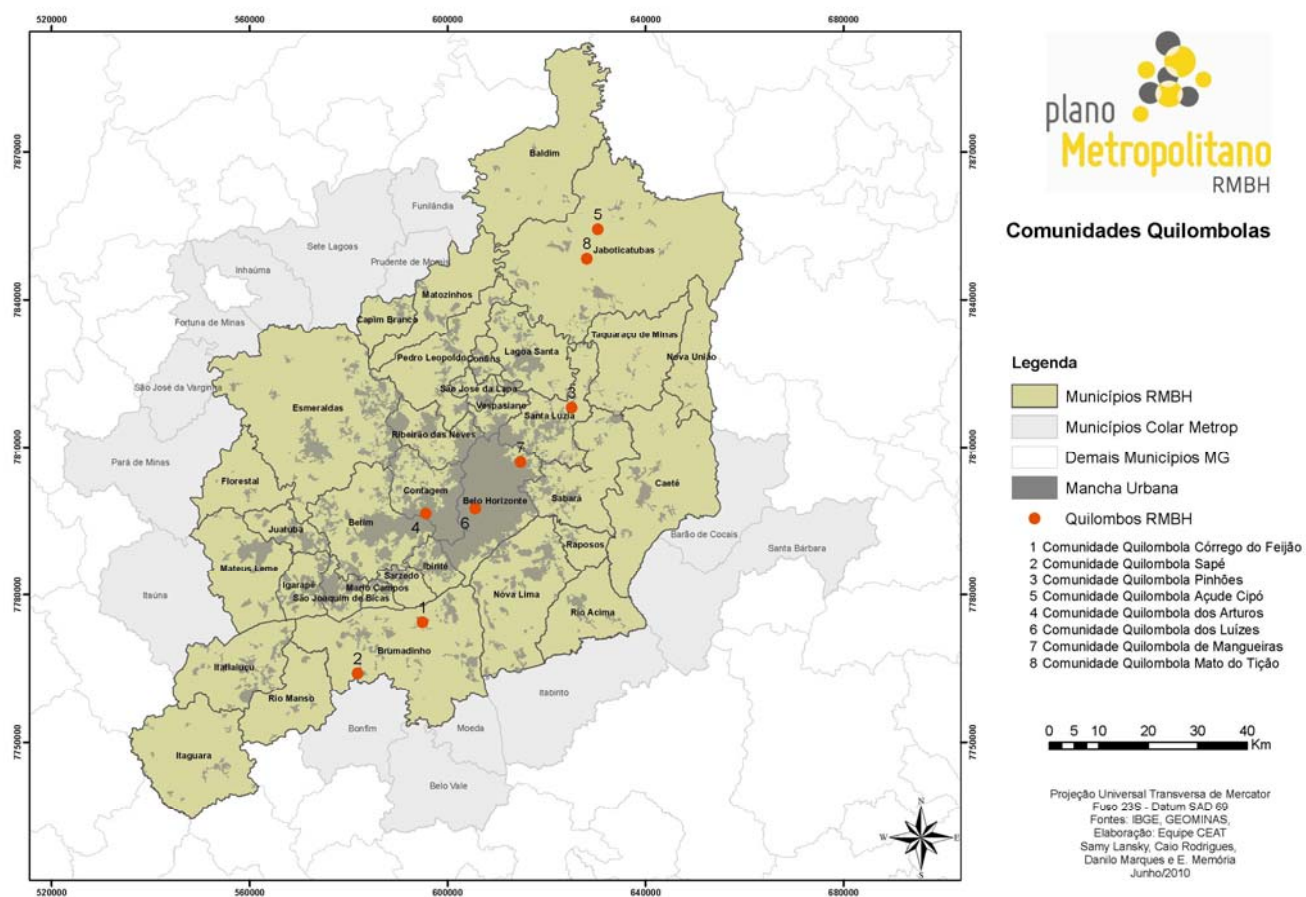


Figura 20 – Comunidades quilombolas na RMBH. Mapa realizado pelo autor com a equipe da área transversal *Cultura, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho e Renda* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Produto 4 – não publicado).

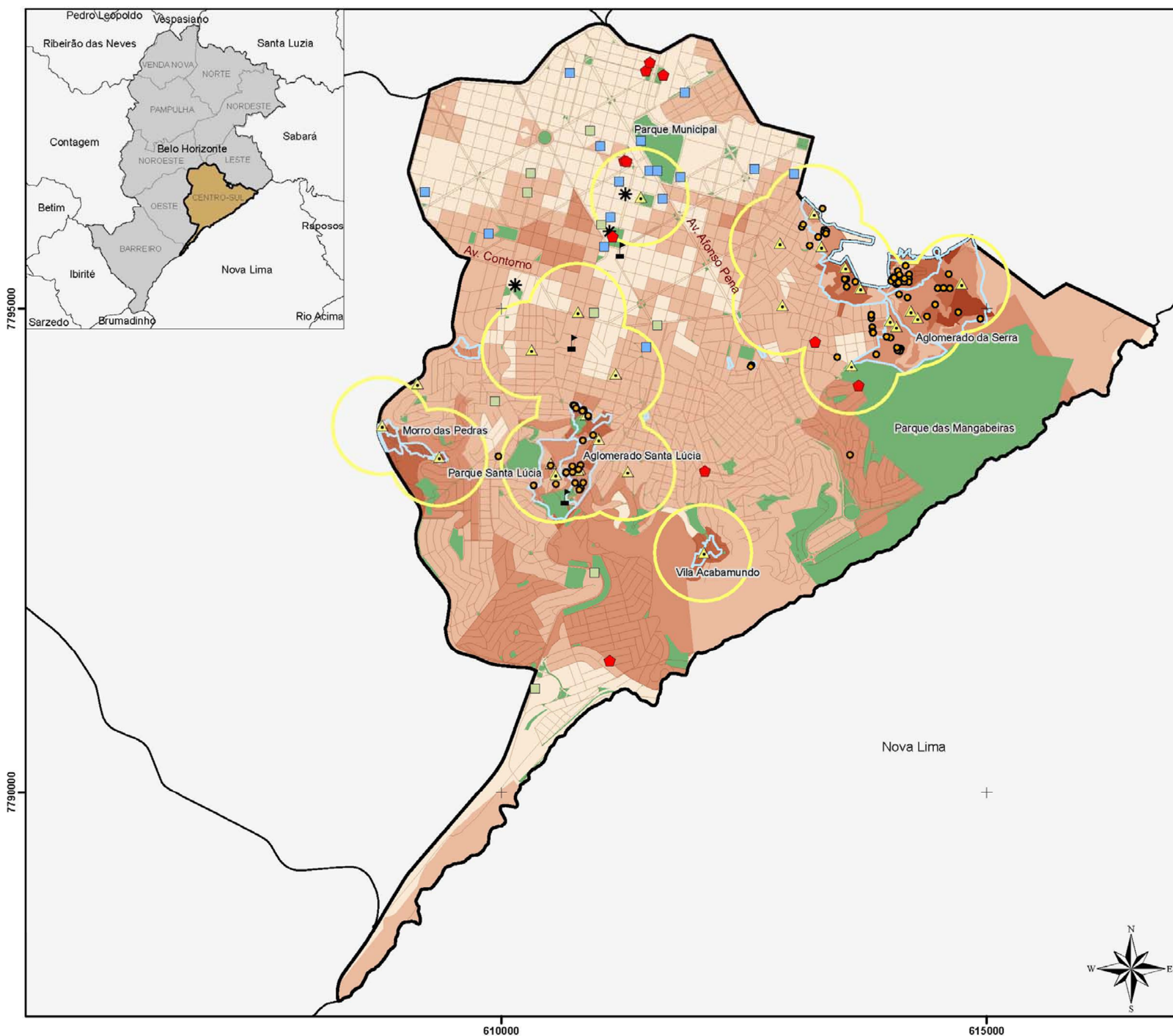
Em seguida, mediante uma análise sobre os mapas de renda das famílias moradoras da região, realizamos alguns outros mapas, dentre eles o da regional Centro-Sul de Belo Horizonte – uma das mais desiguais de toda a região metropolitana. Como recorte e exercício de elaboração do instrumento de mapeamento, partimos para a análise sobre as oportunidades de acesso das crianças a serviços de cultura, educação, proteção, lazer, esportes, informação e comunicação de qualidade – *o direito das crianças à cidade*.

O mapa apresentado a seguir revela um momento de um exercício de análise territorial que propusemos que fosse utilizada na gestão territorial de maneira intersetorial, especialmente da educação, cultura e assistência e pretendia-se que sua publicação via internet no site do Plano Metropolitano possibilitasse a validação e a modificação pelos distintos agentes metropolitanos. Ou seja, consideramos que esse mapa não fosse uma figura estática, finalizada, mas, sim, um *mapa em processo*. Num momento posterior, pretendíamos, ainda, transformá-lo num jogo, no qual as crianças seriam os principais interlocutores, que, por meio de sistema colaborativo, trariam sugestões para atualização de informações que seriam mediadas pela equipe.

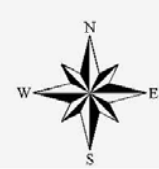
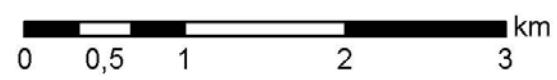
O exercício exposto (FIG. 21) revela a intenção de considerar sujeitos específicos – no caso as crianças – para a análise do território e o repertório de equipamentos e espaços onde, teoricamente, poderiam circular de maneira simples ou até mesmo a pé. Tomando as escolas (no caso as públicas de Educação Infantil – EI) como centralidades, adotamos um raio de abrangência de 500 metros e desenhamos um círculo, com o objetivo de dar visibilidade a possíveis articulações entre equipamentos, manifestações, etc. Não foram consideradas as impedâncias territoriais (relevo, grandes avenidas, etc.), o que se propunha realizar num momento seguinte.



**Recorte regional Centro-Sul
Equipamentos culturais e de
educação infantil
Prodabel 2009**



- Grupos culturais em vilas e favelas
 - ◆ Pontos culturais de referência
 - Teatros
 - Cinemas
 - * Museus
 - ▲ Instituições de educação infantil (EI)
 - Bibliotecas
 - Área de influência das EI
 - Vilas e favelas
 - Vias urbanas
 - Parques e praças
- Distribuição de crianças com 0 a 5 anos**
- 0 - 240
 - 241 - 480
 - 481 - 720
 - 721 - 960
 - 961 - 1200



Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum SAD 69 - Fuso 23 S
Fontes: IBGE, GEOMINAS, IGA, IGAM, PBH e CEMIG
Elaboração: Equipe CEAT
Samy Lansky, Caio Rodrigues, Danilo Marques
e Diego Lacerda
Maio/2010

Instituições de educação infantil: incluem apenas as escolas públicas de educação infantil. Fonte PBH.

Grupos culturais de vilas e favelas: guia cultural ONG *Favela é isso aí*. Esses dados são bastante modificados ao longo do tempo, pois estes grupos sofrem a inconstância de suas formações e novos arranjos, bem como o desaparecimento de alguns deles.

Equipamentos culturais: centros culturais municipais (Fonte site oficial PBH), centros culturais em vilas e favelas (presentes no guia *Favela é isso aí*) e equipamentos de grupos culturais e artísticos de BH (fonte site dos grupos). Esta última fonte revela uma tendência de abertura de novos espaços relacionados a grupos artísticos, tais como Grupo Galpão, Corpo, Giramundo, Uakti, etc.

Teatros, museus, cinemas e bibliotecas: fontes Secretaria Estadual de Cultura, PBH, site oficial do município de BH.

Área de influência da EI: estabeleceu-se um raio de 500 metros em torno das EIs como referência de possibilidade de uma criança se movimentar facilmente e a pé. Como já dito, não foram consideradas as ocorrências de obstáculos para a realização desse percurso a pé, tais como relevo, grandes avenidas, etc.

Vilas e favelas: encontramos cinco áreas com tais características. Dois aglomerados – Aglomerado da Serra (o maior do município) e o Aglomerado Santa Lúcia; duas vilas – Vila Acaba Mundo e Conjunto Santa Maria. Fonte PBH.

Vias urbanas: fonte PBH.

Parques e praças: fonte PBH.

Número de crianças até 5 anos por setor censitário: Fonte IBGE, Censo 2000.

Figura 21 – Distribuição de crianças até 5 anos, equipamentos culturais e escolas de Educação Infantil na Regional Centro-Sul, com seus raios de influência de 500 metros. Mapa realizado pelo autor com a equipe da área transversal *Cultura, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho e Renda*.

Lista de fontes e dados utilizados no mapa
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Produto 4 – não publicado).

É importante observar nesta figura a concentração de crianças até 5 anos nas vilas e favelas se compararmos com a área central do município, ou seja, dentro do perímetro da Avenida do Contorno, limite do plano original da cidade planejada e onde atualmente estão concentrados o maior número de equipamentos culturais, museus, cinemas e bibliotecas de toda a RMBH e apenas uma instituição pública de EI. Poderíamos especular que o baixo número de EIs seria consequência da atual concentração de atividades comerciais e de moradores da classe média alta (poucos colocam os filhos nas escolas públicas) nesta região. Por outro lado, a concentração de tais instituições é exatamente onde temos maior concentração de crianças, o que podemos observar no mapa pelas áreas de influência dessas instituições e a cobertura das principais favelas na Centro-Sul. Por outro lado, por meio desta figura

não nos é possível obter dados sobre a cobertura de tal serviço, o que poderia ser possível ao associarmos dados qualitativos aos pontos.

A presença da maioria de equipamentos culturais no centro revela a concentração de recursos desse setor nessa região, oriundos tanto do município quanto do Estado. Nos últimos anos, o governo de Minas Gerais fomenta tal concentração ao investir na Praça da Liberdade e seus edifícios, transformando-os em espaços culturais. A iniciativa privada também escolhe tal região para investir em equipamentos de cultura, tais como as salas de cinemas. Ao focarmos as crianças, tal mapa poderia revelar dados sobre o público que os frequenta e se tais equipamentos possuem ou não programas e/ou atividades que incluem crianças, o que poderíamos realizar mediante a associação de dados aos pontos marcados no mapa.

Quanto à produção cultural na região proveniente de grupos e artistas individuais, nesta figura trabalhamos com dados apenas das favelas, o que pode incorrer em falsa percepção de que nessas regiões ocorre uma concentração. Não há dúvida de que existe aqui, tal como em diversos contextos populares brasileiros, um rico cenário de produção cultural. Nos últimos anos, estudos provenientes, principalmente, dos campos da comunicação, das artes e da antropologia têm dado visibilidade a esse fenômeno, rico e bastante diverso. Para o campo da arquitetura, as questões culturais e estéticas das favelas “sempre foi um tabu, mesmo sabendo-se que o samba e o carnaval (e várias outras festas populares e religiosas), ícones da nossa cultura popular, se desenvolveram e têm ligação direta com esses espaços” (JACQUES, 2002, p. 51). Por outro lado, nos demais espaços da cidade, isso acontece também, o que neste mapa não se revela. Basta lembrar que a RMBH concentra uma grande quantidade e diversidade de manifestações culturais e artísticas, muitas delas de grande qualidade e com reconhecimento nacional, especialmente nos campos da música, dança, artes plásticas e visuais, dentre outros. No entanto, a ocorrência de uma concentração de grupos e artistas nas favelas não é um fato que podemos desconsiderar.

Sobre espaços institucionalizados para o lazer, ou seja, praças e parques, no mapa revela-se apenas que existem alguns equipamentos de grande e média escalas até mesmo próximos aos principais aglomerados. O que não quer dizer que sejam acessíveis, suficientes ou de qualidade. Um importante avanço nesse mapeamento seria se, para além do registro das praças e parques, pudéssemos obter dados sobre espaços apropriados de forma espontânea para atividades deste tipo. Mas esses são dados de difícil apreensão na escala macro.

A produção de dados e o registro espacializado da observação de campo

Na **primeira fase da observação participante no campo**, como dito, realizei, inicialmente, incursões em distintos dias da semana, horários e espaços, com o objetivo de identificar a presença de crianças, a circulação e os usos dos espaços por elas. A recorrência de certas presenças e situações acionou interlocuções aproximadas com algumas crianças, que foram acompanhadas em suas brincadeiras, conversas, no deslocamento, etc.

Inicialmente, só consegui estabelecer interação com meninos e meninas da Barragem e com crianças pequenas dos bairros, que eram mediadas por adultos, especialmente suas babás. Em busca de coletar informações sobre seus pontos de vista sobre o espaço, de uma interlocução com as crianças maiores dos bairros, focos da pesquisa, e de maior aproximação com as demais, propus que desenhassem, no local da pesquisa, em mesinhas da barraquinha de coco e no próprio piso desse local e próximo ao parquinho. Sugeri, inicialmente, que desenhassem a Barragem Santa Lúcia, por ser esse um dos locais privilegiados para a observação das questões abordadas nesta pesquisa. Além da presença visível de crianças, da diversidade de pessoas e de usos, a desigualdade era igualmente visível. Por outro lado, a topografia local e a organização do espaço permitiam uma visada bastante ampla de todo o Parque. Era, ainda, uma das principais entradas do Parque para quem vem de carro e local de passagem para quem circula entre o Morro e os bairros.

Nessas ocasiões ainda não foi possível estabelecer interação com meninos e meninas maiores, moradoras dos bairros, por isso a participação na atividade se restringiu aos mesmos grupos com os quais havia estabelecido interação.

Na circulação recorrente pelo espaço em busca da presença de crianças nos arredores, outro fenômeno me chamou a atenção: a concentração de pessoas, incluindo crianças, principalmente as dos bairros, em torno da banca de revistas localizada na Praça República do Líbano, em horários específicos, ou seja, aos sábados e domingos pela manhã e nos finais de tarde. Ao observar a presença recorrente de pessoas, incluindo crianças, em torno da banca de revistas, em ocasiões permeadas pela troca, passei a observar esse tempo-espaço com mais atenção. Percebi que, apesar da presença feminina, os meninos, rapazes e homens eram a maioria e modificavam a paisagem local, quando se encontravam ali, principalmente nos finais de semana, durante os dias de clima bom. Meninas e meninos da Barragem e dos bairros estavam presentes, mas participavam de maneira distinta do jogo – o Clubinho da Troca.

Como a presença recorrente e visível das crianças moradoras dos bairros não havia sido observada até então, decidi me aproximar e focar minha observação nesse recorte espaciotemporal. Aos sábados, essa presença era ainda mais intensa, pois, além de o Parque receber maior número de pessoas em seus tempos livres, ocorria a feira de verduras e frutas no passeio do Parque próximo a essa Praça, e esse comércio atraía muitas pessoas dos bairros, que aproveitavam para comprar um jornal ou uma revista e trocar figurinhas e, ao mesmo tempo, interagir com pessoas desconhecidas. Nos dias de semana, famílias de moradores dos bairros buscavam as crianças nas escolas, as quais, ainda uniformizadas, compravam e trocavam figurinhas ali.

Com o objetivo de compreender como aconteciam as relações de interação, especialmente daquelas de que os meninos dos bairros participavam e de que forma a organização do espaço interferia nessas interações, comprei o álbum e passei a fazer parte do jogo.

O contato com as crianças realizado ao participar da atividade resultou, ainda, numa interação sem mediação de pessoas adultas apenas com meninos da Barragem, mesmo porque a presença deles era mais recorrente. Os meninos dos bairros, com apenas aproximadamente três ou quatro idas ao local, completavam os álbuns e deixavam de frequentar o Clube. Além disso, a mediação adulta na atividade de troca de figurinhas dificultava o contato com as crianças moradoras dos bairros, apesar do meu esforço.

No total, nessa primeira fase de observação, foram 88 dias de campo descritos em diário. Além da circulação pelos arredores da Barragem Santa Lúcia, foram realizadas três visitas ao Morro do Papagaio; circulei pelas padarias e outros estabelecimentos comerciais, academias de ginástica, conversei com diversos usuários desses espaços, recolhi informações e *folders* a respeito do funcionamento; fixei-me em torno de algumas das escolas particulares dos bairros Santa Lúcia e São Bento; e explorei a presença e usos das crianças do Parque JK, espaço também cogitado para a realização desta pesquisa e que também se localiza numa “fronteira”.

No total, foram registradas 266 cenas, por meio das quais foi possível estabelecer interação sem mediação de pessoas adultas com 11 crianças entre 6 e 11 anos (4 meninas e 7 meninos), todas moradoras do Morro, com as quais realizei 12 seções de fotos e 2 filmes curtos. Além disso, recolhi 17 desenhos das crianças e realizei 16 entrevistas informais.

Nessa fase da observação, as cenas registradas nos cadernos de campo foram organizados em planilhas (como apresentado no tópico anterior), com o objetivo de utilizar as informações em programa de geoprocessamento. Os resultados desse exercício são apresentados a seguir.

Após o registro e a espacialização dos dados sobre os usos desses locais em diversos dias e horários diferentes, estabeleço um recorte ainda mais apurado, informado pela densidade da presença das crianças nas cenas e, a partir daí, defino os passos seguintes da pesquisa e a forma de presença em campo.

Na **segunda fase da observação no campo**, ocorrida em 31 dias, entre fevereiro a julho de 2011, estabeleci recorte espaciotemporal e verticalizei a observação, ou seja, fixei-me em local privilegiado de interação com os usuários do espaço: ao redor da barraquinha de coco e nos finais de semana. Foi nessa recorrência que acabei conhecendo outras famílias, estabelecendo proximidade, e pedi às crianças que desenhassem a Barragem Santa Lúcia. Nessa fase da observação, a atividade de desenho foi mais sistematicamente utilizada como procedimento metodológico do que na primeira fase e passou a me caracterizar como pesquisador. As crianças, especialmente as moradoras do Morro, passaram a solicitar o material para desenho.

Nos últimos esforços para a produção de dados, ao realizar contato com o Programa de Extensão da Escola de Direito da UFMG, *Polos da Cidadania*, que possui um Núcleo de Mediação de Conflitos no Morro e que, dentre outras ações, acompanha os moradores no Programa da Prefeitura, o *Vila Viva*, que pretende urbanizar a favela, fui convidado a participar de audiência pública para discutir as propostas de intervenções urbanísticas no espaço. Nessa ocasião, representantes do poder público, moradores e demais presentes, incluindo eu, tivemos a oportunidade de participar com opiniões e sugestões sobre o projeto. Com o objetivo de dar suporte técnico aos moradores apresento minhas colocações. No final desse encontro, que ocorreu em tom acirrado, pois muitos moradores se colocaram contra a intervenção, escutei de alguns deles: *Bem-vindo à comunidade!* Nesta ocasião percebi que poderia, a partir dali, *entrar no campo*, um outro campo, o do Morro do Papagaio. No entanto, esta entrada e uma pesquisa etnográfica neste local não seria possível no âmbito desta pesquisa, cujo recorte *socioespacial* era outro.

Além do diário de campo, também mantido durante essa fase de produção de dados, recolhi 72 desenhos de crianças (34 meninas e 38 meninos), moradoras do Morro e da Barragem, um de uma mulher moradora do Morro e apenas um de uma menina moradora do bairro. Meninos e meninas do Morro dessa faixa etária, acompanhadas e não acompanhadas, eram muito presentes na Barragem Santa Lúcia, o que não ocorria com as crianças moradoras dos bairros, ausentes da cena.

As fotos que tirei, em que as pessoas poderiam ser identificadas, bem como os desenhos que as crianças fizeram para esta pesquisa, não serão analisados e publicados nesta tese, pois, como dito, considereei que ao identificá-las poderia vulnerabilizá-las. Além disso, muitas das crianças que desenharam estavam desacompanhadas e não obtive autorização dos responsáveis para que elas participassem da pesquisa. Por outro lado, para analisar os desenhos e fotos realizadas pelas crianças, era necessário um tipo de esforço, de aproximação e de leitura que se tornaram inviáveis neste trabalho. Assim, apresento apenas as fotos em que as pessoas não são identificáveis e recorro à produção das crianças pontualmente, apenas, quando as indicações espaciais são claras.

Nessa segunda fase da observação, busquei formas mais diretas de espacialização das informações etnográficas. As anotações em diário de campo, a presença, a circulação e as falas das crianças foram diretamente lançadas no *Google Earth*, além dos caminhos realizados por mim em busca da presença das crianças, constituindo diários de campo espacializados (FIG. 22).

Ao considerar os usos dos espaços pelas crianças como chave analítica para conhecer a cidade, investiguei as práticas cotidianas e os movimentos, bem como os princípios gerais de relações sociais e processos de mudança.

O movimento em campo contribuiu, ao final, para a construção de outra locação em campo, distinta da experiência anterior com etnografia, realizada, principalmente, por meio do corpo a corpo direto com os sujeitos. A alternância de perspectiva, ainda que etnográfica, permitiu estabelecer outro olhar, outra entrada na forma como a etnografia se construiu, ou seja, permitiu construir e experimentar outras hipóteses para a metodologia empregada, outra forma etno-gráfica – uma *etno-grafia espacializada*.



Figura 22 – Diário de campo espacializado. 23 abril 2011.

Croquis do autor sobre aplicativo *Google Earth*. Neste desenho foi experimentado o uso de ícones próprios do aplicativo.

De perto e de longe, as crianças em diferentes escalas

Se, segundo Ferro (1979), a prática arquitetônica se caracteriza pelo distanciamento do objeto e das pessoas, nesta pesquisa por meio da alternância, buscou-se a aproximação, mesmo que inalcançável. Enquanto Magnani (2002) propõe uma pesquisa etnográfica de perto e de dentro, esta etno-grafia se localiza, *de perto e de longe*, as crianças em diferentes escalas.

E neste ponto retomo Tonucci e sua proposta de incluir parâmetros que levem em conta a vida das crianças no planejamento urbano:

Hoje a projeção urbanística inicia com as escalas 1:10.000; a cidade é vista do alto, de longe, e nessa distância tomam-se decisões da maior importância: onde precisa passar a marginal, onde

desenvolver novas urbanizações, onde prever um parque, um centro comercial, um *campus* escolar, um centro esportivo. Lá de cima não se vê quem mora no ponto onde passará a marginal ou onde se criará um centro esportivo; não se vê onde moram as crianças [...] Então a projeção deveria ter duas direções: *do longe ao perto e do perto ao longe*. Para todos aqueles que passam quase todo o tempo na cidade pequena, em seu bairro, deveriam ser previstas algumas garantias irrenunciáveis também na projeção realizada de longe – por exemplo, a integridade dos próprios bairros, [...] a continuidade dos percursos para pedestres, a presença de espaços verdes públicos e praças (TONUCCI, 2005 [2002], p. 134-135, grifo do autor).

Baseando-se na fala de uma das crianças que participa do conselho infantil da cidade de Rosário na Argentina, incumbido de dar sugestões ao poder público, participante do projeto *Città dei bambini*, Tonucci (2005 [2002], p. 134) sugere:

Façam-se muitas praças, mesmo que forem pequenas, o que importa é que sejam próximas de suas moradias, que as crianças possam ir sozinhas, que os pais não tenham medo. Construir espaços públicos próximos e de fácil acesso significa enfrentar de forma nova os temas da mobilidade. O jardim e a praça que ficam em frente à casa de uma criança tornam-se distantes se forem separados por uma rua de muito tráfego. Para torná-los próximos, o projetista deve garantir que se possa atravessar com segurança, diminuindo o tráfego, estreitando a rua, levantando as faixas de pedestres. As praças e os parques, as escolas e os lugares de compras, as paróquias e os centros esportivos deverão ser ‘aproximados’ às moradias, com soluções de garantia para a mobilidade dos pedestres e dos ciclistas.

Devolver vida aos bairros, devolver aos bairros uma praça, um mercado, desenvolver a possibilidade de os cidadãos se movimentarem a pé ou de bicicleta e de estarem livres de um tráfego automobilístico agressivo e invasivo poderá ser o caminho útil para reconstruir um verdadeiro tecido urbano (TONUCCI, 2005 [2002], p. 135).

Com base no Mapa das crianças e dos equipamentos culturais e de educação na Regional Centro-Sul, realizado na ocasião de planejamento, apresentado acima (FIG. 21), reelaboro-o de outro lugar, o do pesquisador, não mais o do planejador, e o apresento a seguir (FIG. 23).

O objetivo com essa reelaboração é avançar na clareza e riqueza da representação gráfica das informações, além de, a partir desse ponto do texto, ir apresentando o que chamo de *mapas etno-gráficos*, que, neste estudo, se referem à representação

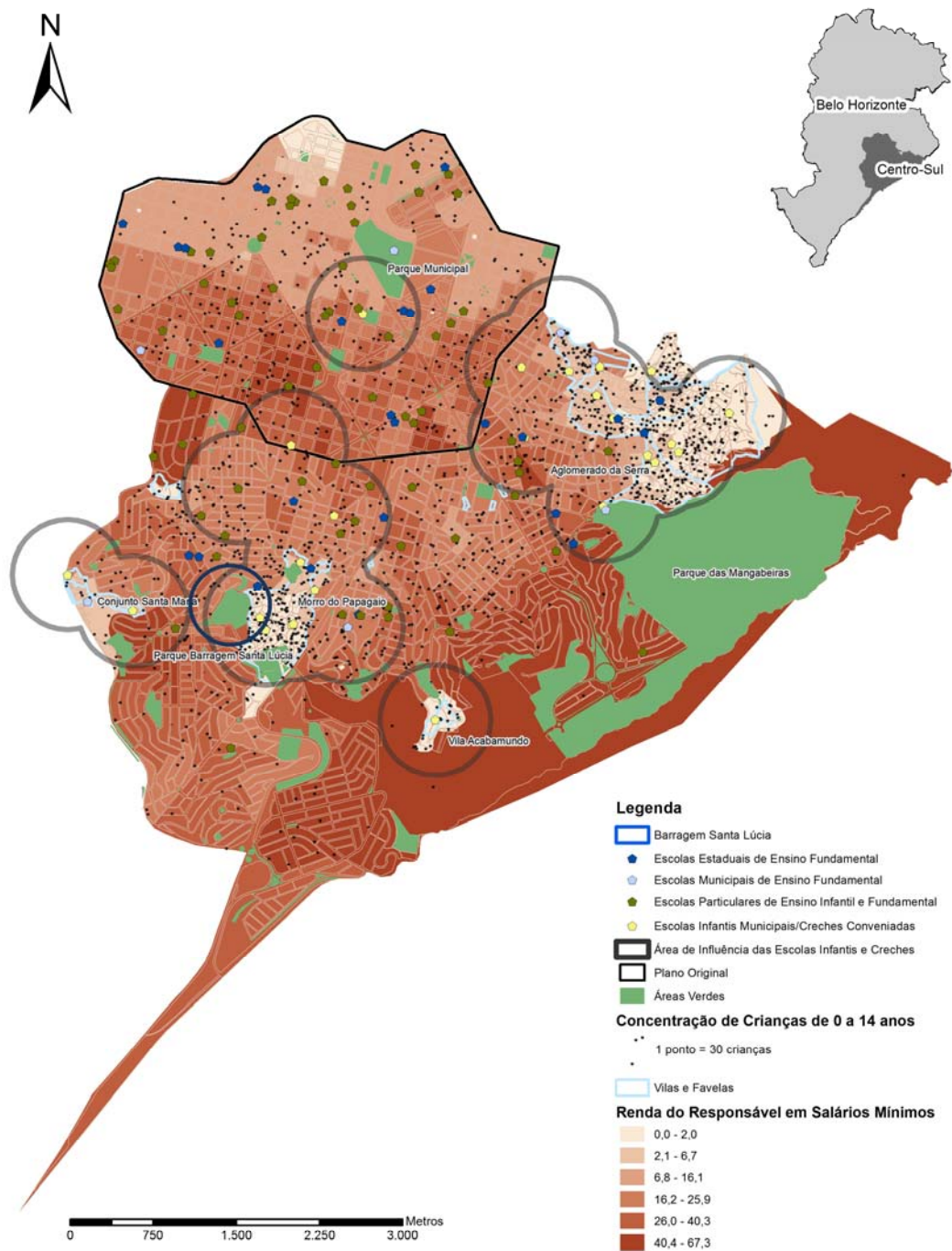


Figura 23 – Concentração de crianças na Regional Centro-Sul de BH, renda, escolas e áreas verdes. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.

gráfica em processo que revela a alternância entre a posição do arquiteto e do etnógrafo. Para isso estabeleço como fio condutor as escalas a partir das quais foi possível me aproximar do mundo das crianças.

É importante destacar os parâmetros utilizados para a reelaboração desses mapas e as distinções entre um mapa e outro. Em primeiro lugar, enquanto no mapa apresentado anteriormente, realizado no âmbito do planejamento, o fundo colorido matizado em tons que vão do bege ao marrom se refere à distribuição de crianças até 4 anos. Nesse mapa, esse fundo se refere à renda dos responsáveis por domicílios e a concentração de crianças é representada por pontos – cada ponto significa 30 crianças. Em torno das escolas de Educação Infantil, sua área de influência de 500 metros permanece, o que leva à conclusão de que, com base na análise dessa figura, em termos espaciais, as crianças moradoras das favelas estão cobertas do serviço, apesar de não terem sido considerados dados sobre o número de vagas ou sobre a qualidade do serviço e mesmo sobre as barreiras presentes no território.

Tanto para a espacialização da distribuição de crianças quanto da renda do responsável por domicílio, utilizou-se o banco de dados do Censo de 2000, o mais atualizado e disponível no momento do encerramento desta escrita. No caso da renda, foram geradas seis classes por meio do comando *Natural Breaks* do *ArcGis*, que identifica mudanças quantitativas e define a divisão entre classes. Além disso, utilizou-se o banco de dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da RMBH para a delimitação das Vilas e Favelas e a marcação da Barragem Santa Lúcia. As áreas vazias são aquelas sem imóveis e ligações na rede elétrica e foram obtidas no banco de dados fornecidos pela CEMIG para o PDDI. As informações relativas ao plano original da cidade, aos museus e teatros, às instituições de assistência social, instituições culturais, aos cinemas e às bibliotecas, às áreas verdes e escolas foram fornecidas pela Prefeitura de Belo Horizonte por meio de órgãos distintos, também, para o PDDI.

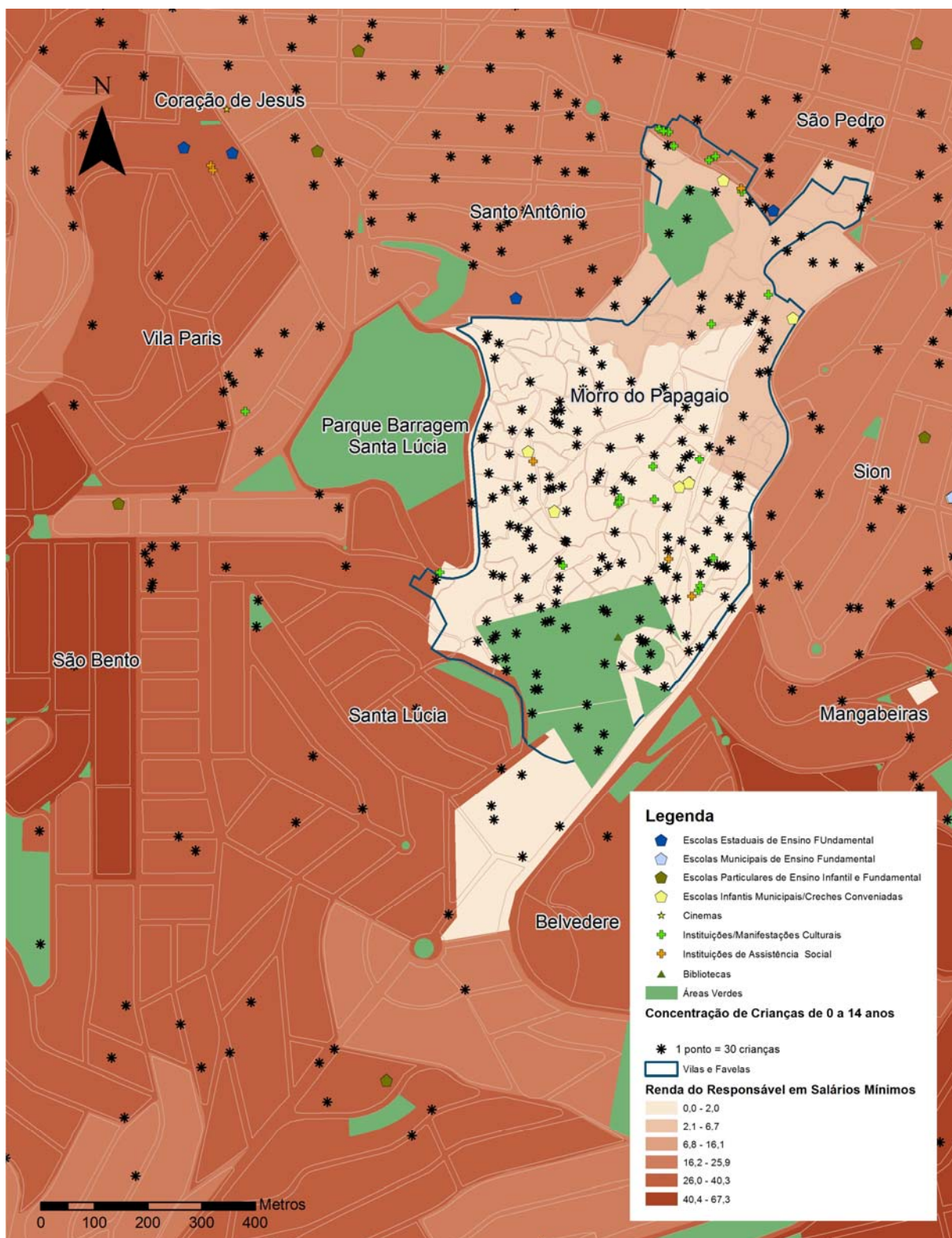


Figura 24 - Concentração de crianças nos arredores da Barragem Santa Lúcia, renda, escolas e áreas verdes. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas, com base em dados do Censo 2000.

Chegando um pouco mais perto do recorte definido para a pesquisa de campo, apresento o Mapa dos Arredores da Barragem Santa Lúcia (FIG. 24). Nessa figura, trabalhou-se com o mesmo banco de dados e metodologia usados no Mapa já apresentado. É possível observar a enorme desigualdade relativa à renda presente no local da pesquisa: fronteira nítida nesse aspecto. Por outro lado, observamos distintas faixas de renda no Morro do Papagaio, dados de difícil apreensão em outras escalas.

Passo, a seguir, à descrição do cenário e ao mapeamento realizado com base na observação participante no campo.